

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**TICIANA SANTA RITA**

**PRÁTICAS FARMACÊUTICAS EM IGUASSÚ ENTRE FINAIS DO SÉCULO  
XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS DE JOSÉ  
MANOEL DE SANTA RITA E JOAQUIM NERY COTRIM DE SANTA RITA**

**Rio de Janeiro**

**2018**

**TICIANA SANTA RITA**

**PRÁTICAS FARMACÊUTICAS EM IGUASSÚ ENTRE FINAIS DO SÉCULO  
XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS DE JOSÉ  
MANOEL DE SANTA RITA E JOAQUIM NERY COTRIM DE SANTA RITA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Salgado Pimenta

Rio de Janeiro

2018

**TICIANA SANTA RITA**

**PRÁTICAS FARMACÊUTICAS EM IGUASSÚ ENTRE FINAIS DO SÉCULO  
XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS DE JOSÉ  
MANOEL DE SANTA RITA E JOAQUIM NERY COTRIM DE SANTA RITA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Salgado Pimenta (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) – Orientadora.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra (Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ) – Examinador externo.

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) – Examinador interno.

**SUPLENTE**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Renilda Nery Barreto (Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação/CEFET-RJ).

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gisele Porto Sanglard (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Rio de Janeiro  
2018

S231p Santa Rita, Ticiana.

Práticas farmacêuticas em Iguassú entre finais do Século XIX e início do Século XX através das trajetórias de José Manoel de Santa Rita e Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita / Ticiana Santa Rita. – Rio de Janeiro: s.n., 2018.

127 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 120-127f.

1. Farmacêuticos - história. 2. História do Século XIX. 3. História do Século XX. 4. Brasil.

CDD 615.1092

Aos meus avós (*in memoriam*):

Octacildo de Carvalho Santa Rita e Maria Aparecida Rodrigues Santa Rita, por tudo que representaram e ainda representam na minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento emocionante. É a hora que olhamos para trás e vemos que apesar de árdua e longa, a jornada jamais foi solitária. Compartilhei com muitas pessoas minhas alegrias, descobertas, ansiedade e inseguranças. Cada um a seu modo foi fundamental nesta caminhada.

Gostaria de começar agradecendo a minha tia Fátima Santa Rita Maia que, ao me confiar o manuscrito deixado pelo meu bisavô Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita, possibilitou a realização deste trabalho. Sem sua cumplicidade e incentivo, esta dissertação jamais seria possível. Não esquecerei os muitos momentos de descobertas, dúvidas e alegrias que dividimos.

À Rosany Bochner que, mesmo sabendo que minha opção pelo mestrado na Casa de Oswaldo Cruz me levaria por caminhos distantes daqueles que percorríamos, me incentivou a fazê-lo.

À minha orientadora Tânia Salgado Pimenta, por ter acreditado em mim e na minha pesquisa, desde o momento que conversamos sobre o assunto. A recepção, o carinho na orientação, a disponibilidade, a confiança, as sugestões, as críticas, o estímulo e a doação do seu tempo e conhecimento.

Aos professores Amália Dias e Luiz Otávio Ferreira por terem aceitado participar da minha qualificação com sugestões, críticas e correções que foram essenciais para este trabalho. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor Luiz Otávio por manter aberta a sua sala aberta, para uma conversa amiga, dicas e palavras de incentivo.

A CAPES pelos dois anos de bolsa de estudos concedida fundamental para minha dedicação a este trabalho.

À coordenação e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, pelo apoio, debates, aulas e palestras que muito enriqueceram meus conhecimentos.

À professora Tânia Amaro, diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, pela acolhida, parceria, indicações, conversas sempre

enriquecedoras, disponibilização de seus acervos e pela disposição incondicional em me ajudar. Gostaria de agradecer também, a toda equipe do Instituto por todo auxílio e atenção.

Aos professores Antônio Augusto Braz e MarluCIA Santos Souza, diretores do Museu Vivo do São Bento, pelas conversas, orientações, a disponibilização de seus arquivos.

Ao professor Guilherme Peres, presidente da Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, pelas conversas fascinantes, pela disponibilização de seu tempo e por dividir seus conhecimentos com quem engatinhava na história da Baixada Fluminense.

À Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) da UFRRJ, pela acolhida e auxílio com os arquivos.

A todos os meus amigos que, com muita fé e apoio acompanharam minha jornada desde a seleção e me incentivaram até aqui.

Não posso esquecer-me daqueles que, ao dividirem comigo as ansiedades da seleção, tornaram a turma do mestrado um ambiente mais prazeroso.

A minha família por compreender minhas ausências, tão difíceis, mas necessárias. A minha mãe Lourdes pela sólida formação que me proporcionou e me permitiu chegar até aqui; as minhas filhas Lidia e Samantha pelo apoio e palavras de incentivo e a minha neta Anne que enche minha vida de alegria.

E por fim, mas não menos importante, agradeço a meu grande companheiro de vida Daniel Suzarte, que esteve ao meu lado em todos os passos da realização deste trabalho. Sua paciência em me ouvir em todos os momentos, o seu apoio incondicional, a companhia nas incursões pela Baixada Fluminense para realização de pesquisa e as inúmeras vezes que me mostrou que eu podia e devia prosseguir. Suas palavras diárias de força, foco e fé, foram determinantes para a conclusão deste trabalho.

*“... a história [contada] se transforma no livro dos vivos, como uma trombeta poderosa, que ressuscita do sepulcro aqueles que há séculos não passava de pó.”*

*Baudolino, na obra Baudolino, de Umberto Eco*

## RESUMO

Este trabalho analisa o exercício da profissão farmacêutica por práticos, boticários e farmacêuticos na periferia da capital do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do XX, a partir do Livro de Assento deixado pelo prático de farmácia Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita. Procurando entender a inserção destes agentes ligados às artes de curar neste universo, identificamos e analisamos a rede de sociabilidade em que estavam inseridos, levando em consideração a história do grupo familiar e as práticas farmacêuticas desenvolvidas. Destacamos além da vida profissional do prático, a de seu pai José Manoel de Santa Rita, boticário desde a década de 1850. Procuramos analisar como o prático e o boticário estavam inseridos nas localidades em que atuavam. O trabalho dividido em três partes privilegia no primeiro capítulo, a apresentação dos personagens que serviram de fio condutor para o desenvolvimento da pesquisa, a Vila de onde partiram e o município no qual se estabeleceram, analisando as transformações que ocorreram nas artes de curar e as legislações que regulamentavam os ofícios farmacêuticos e médicos. O segundo capítulo, destaca a análise da rede de sociabilidade em que estavam inseridos os personagens, a importância deles e do ofício farmacêutico e o envolvimento de outros familiares nas artes de curar, sempre em comparação com que acontecia no resto do país. E, por fim, o terceiro capítulo, evidencia a partir das especificidades de Iguassú, as ações de saneamento por parte do governo na tentativa de tornar a região mais salubre e a atuação de práticos e boticários no contexto das epidemias tão frequentes na localidade. Desta forma, apesar de inicialmente nos debruçarmos sobre os registros de um prático de farmácia, procuramos percebê-lo em cenário mais amplo.

**Palavras Chave:** Iguassú, práticos de farmácia, boticários, ofício farmacêutico.

## ABSTRACT

This Master Degree Dissertation analyzes the practice of the pharmaceutical profession by practitioners, apothecary and pharmacists in the outskirts of the Rio de Janeiro's Capital, between the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century, from the book of practice left by the pharmacy practitioner Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita. In order to understand the insertion of these agents related to the healing arts in this universe, we identify and analyze the sociability network in which they were inserted, taking into account the history of the family group and the pharmaceutical practices developed. In addition to the professional life of the father, José Manoel de Santa Rita, an apothecary since the 1850's. We have tried to analyze how the practitioner and apothecary were inserted in the places where they worked. The Master Degree Dissertation divided in three parts privileges in the first chapter, the presentation of the characters that served as the guiding thread for the development of the research, the Village where they left and the municipality in which they settled, analyzing the transformations that occurred in the healing arts and the legislations governing pharmaceutical and medical services. The second chapter highlights the analysis of the network of sociability in which the characters were inserted, their importance and the pharmaceutical profession and the involvement of other relatives in the healing arts, always in comparison with what happened in the rest of the country. And, finally, the third chapter, from the specificities of Iguassu, shows the actions of sanitation by the government in an attempt to make the region healthier and the practice of practitioners and apothecaries in the context of epidemics so frequent in the locality. In this way, although initially we look at the records of a pharmacy practitioner, we try to perceive it in a broader scenario.

**Keywords:** Iguassú, pharmacy practitioner, apothecary, pharmaceutical craft.

## ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

<b>Figura 1:</b> Fotografia de Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita.....	07
<b>Figura 2:</b> Primeira página do caderno de Joaquim Nery.....	09
<b>Figura 3:</b> Fórmulas da Santa Casa.....	10
<b>Figura 4:</b> Recortes de jornal colados no caderno.....	12
<b>Figura 5:</b> Recorte solto de jornal.....	13
<b>Figura 6:</b> Primeira página do livro de contabilidade de Joaquim Nery.....	15
<b>Figura 7:</b> Árvore genealógica de Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita.....	16
<b>Figura 8:</b> Fotografia de José Manoel de Santa Rita.....	17
<b>Figura 9:</b> Almanaque Laemmert – 1858.....	18
<b>Figura 10:</b> Jornal Correio Mercantil – 1859.....	37
<b>Figura 11:</b> Fórmula Neryna de Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita.....	61
<b>Figura 12:</b> Fórmula para coqueluche de José Manoel de Santa Rita.....	62
<b>Figura 13:</b> Peso Prático das diversas colheres de medicamentos.....	65
<b>Figura 14:</b> Jornal Gazeta de Notícias – Devoção do Menino Deus.....	67
<b>Figura 15:</b> Jornal A Pátria – Câmara Municipal de Capivary.....	77
<b>Figura 16:</b> Jornal A Capital - Transferência da farmácia.....	82
<b>Figura 17:</b> A Gripe Espanhola.....	86
<b>Figura 18:</b> Fugindo da febre. ....	87
<b>Figura 19:</b> Jornal O Paiz – Comércio de Lenha.....	88
<b>Figura 20:</b> Fotografias dos Postos de Profilaxia Rural de Raiz da Serra – Merity e Pavuna..	89
<b>Figura 21:</b> Chegada da luz em Merity.....	90
<b>Figura 22:</b> Conferência de Belisário Penna em Nova Iguaçu.....	91
<b>Figura 23:</b> Fotografia de Armanda Álvaro Alberto.....	95

<b>Figura 24:</b> Escola Regional de Merity – 1928.....	96
<b>Gráfico 1:</b> Distribuição dos Santa Rita registrados no Almanak Laemmert – 1848 à 1885....	32
<b>Gráfico 2:</b> Distribuição dos Cotrim registrados no Almanak Laemmert – 1848 à 1885.....	35
<b>Gráfico 3:</b> Número de cirurgiões, médicos, boticários e farmácias na Vila de Capivary – 1850 à 1885.....	41
<b>Gráfico 4:</b> Número de médicos e cirurgiões, médicos e boticários no município de Iguassú – 1850 à 1885.....	44
<b>Gráfico 5:</b> Número de médicos na Vila de Capivary e no município de Iguassú – 1870 à 1885.....	47
<b>Gráfico 6:</b> Número de boticários/farmacêuticos na Vila de Capivary e no município de Iguassú – 1870 à 1885.....	48
<b>Gráfico 7:</b> Número de médicos, boticários e farmacêuticos na Vila de Capivary – 1870 à 1885.....	49
<b>Gráfico 8:</b> Número de médicos, boticários e farmacêuticos no município de Iguassú – 1870 à 1885.....	49
<b>Mapa 1</b> – Província do Rio de Janeiro – 1887.....	07
<b>Mapa 2</b> – Baixada Fluminense – 19?.....	08
<b>Mapa 3</b> – Município de Iguassú – 1840.....	22
<b>Mapa 4</b> – Municípios de Iguassú e Estrella – 1850.....	24
<b>Quadro 1</b> Registros da família Santa Rita por diversos municípios do Rio de Janeiro: Almanak Laemmert – 1848 à 1885.....	29
<b>Quadro 2:</b> Registros da família Cotrim por diversos municípios do Rio de Janeiro: Almanak Laemmert – 1848 à 1885.....	33
<b>Quadro 3:</b> Relação de boticários atuantes na Vila de Capivary, registrados no Almanak Laemmert – 1850 à 1885.....	42
<b>Quadro 4:</b> Relação de boticários atuantes no município de Iguassú, registrados no Almanak Laemmert – 1850 à 1885.....	45

<b>Quadro 5:</b> Evolução populacional da Vila de Capivary e do município de Iguassú: 1872 à 1940.....	46
<b>Quadro 6:</b> Fórmulas de medicamentos.....	60

**LISTA DE SIGLAS**

ANM – Academia Nacional de Medicina.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LBCA – Liga Brasileira Contra o Analfabetismo.

MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira.

**SUMÁRIO**

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo 1 – Joaquim Nery e José Manoel: a trajetória em busca de novas oportunidades.....</b>	<b>06</b>
1.1 O prático de farmácia Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita seu caderno e seu livro de contabilidade.....	07
1.2 José Manoel de Santa Rita: o boticário da Vila.....	17
1.3 A Vila Nossa Senhora da Lapa de Capivary.....	20
1.4 Iguassú: território de novas oportunidades.....	22
1.5 Laços familiares: Santa Rita e Cotrim pelo Rio de Janeiro.....	27
<b>Capítulo 2 - O Ofício Farmacêutico.....</b>	<b>39</b>
2.1 Os boticários em números: entre médicos e cirurgiões.....	39
2.2 Ofício farmacêutico: a luta pela delimitação dos espaços de cada um.....	53
2.3 Os manuais de medicina.....	63
2.4 Rede de sociabilidades como meio de inserção social.....	66
<b>Capítulo 3 - Saneando o Sertão Próximo.....</b>	<b>72</b>
3.1 A estrada de ferro, a mobilidade e as epidemias.....	73
3.2 A Baixada e a imagem de região insalubre.....	75
3.3 Movimentos Nacionalistas e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada.....	79
3.4 A Liga Pró-Saneamento do Brasil e a campanha para sanear o país.....	80
3.5 A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e “o dever de honra de todos os brasileiros”	92
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>100</b>
<b>Referências .....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse por desenvolver um trabalho sobre boticários foi despertado durante a minha graduação em farmácia e, em especial, depois da descoberta da existência do caderno deixado pelo meu bisavô Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita, um prático<sup>1</sup> de farmácia que atuou do final dos Oitocentos até as primeiras décadas dos Novecentos. Este sentimento foi reforçado ao participar das aulas da disciplina de História das doenças: sua representação, conhecimento científico e instituições, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, que cursei durante o primeiro semestre de 2015.

Apesar da importância de boticários<sup>2</sup> e práticos de farmácia no cotidiano de diversas regiões, são poucos os trabalhos que se debruçaram sobre a história do exercício farmacêutico, principalmente com o olhar voltado para a atuação destes profissionais nas periferias. Neste sentido, podemos citar alguns trabalhos como os realizados por Vera Regina Beltrão Marques, onde a autora aborda o tema no século XVIII; os trabalhos realizados por Tânia Salgado Pimenta com foco no século XIX e os de Flávio Coelho Edler de maneira mais geral.

O presente trabalho pretende estudar o exercício do ofício farmacêutico na periferia da capital do Rio de Janeiro, especificamente no município de Iguassú<sup>3</sup>, a partir das anotações de um prático de farmácia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O recorte escolhido corresponde ao período das anotações deixadas pelo prático de farmácia Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita em seu manuscrito, com início em setembro de 1894, época de seu casamento e terminando com seu falecimento abril de 1937. Neste período, o prático deixa registros sobre sua vida familiar, como o nascimento dos filhos, e de sua prática profissional, quando atuou, por exemplo, na farmácia do dr. Amaro Figueiredo.

---

<sup>1</sup> Estamos entendendo por prático de farmácia, a pessoa que não tinha nenhuma formação acadêmica ou autorização dos órgãos do governo para o exercício farmacêutico e, apenas exercia o ofício a partir de seus conhecimentos práticos.

<sup>2</sup> Assim como Velloso (2007), utilizaremos os termos boticário e farmacêuticos como sinônimos, uma vez que, como aponta a autora, durante todo o século XIX também foram assim empregados pelo senso comum, apesar dos farmacêuticos diplomados questionarem essa prática (VELLOSO, 2007: 225; 2010: 378). Voltaremos a abordar este assunto durante a dissertação.

<sup>3</sup> Optamos por esta grafia do nome do município por ser a mesma encontrada nos documentos no período estudado, assim como das localidades de Capivary, Imbahy, Itaguahy, Pirahy, Estrella e Merity.

É importante ressaltar que, embora esta dissertação não pretenda construir um estudo propriamente biográfico, as reflexões sobre essa questão são fundamentais para essa pesquisa, uma vez que a trajetória<sup>4</sup> de Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita enquanto prático de farmácia norteará nossa investigação sobre o exercício da prática farmacêutica e suas transformações ao longo do período estudado. Ao investigar esse tema, importa-nos também analisar as relações estabelecidas por um prático de farmácia, com farmacêuticos diplomados; com os órgãos que regulamentavam e fiscalizavam sua atuação, assim como com as farmácias; com médicos e/ou terapeutas populares; e com a população atendida. Consideramos, além disso, que os ofícios em questão não constituíam uma categoria homogênea, o que torna essas relações mais complexas.

Através desse tipo de estudo, o historiador lança seu olhar almejando compreender e responder questões mais amplas. Assim, repensa modelos macro-históricos a partir de modelos micro-históricos, considerando que as vivências do homem em seu tempo e lugar são essenciais para o entendimento dos processos sociais (GOMES, 1997; FIGUERÔA, 2007; SCHWARCZ, 2013; XAVIER, 2013).

Ao refletir sobre esse jogo de escalas, Revel (1998), aponta que “variável objetiva não significa aumentar o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama” (REVEL, 1998: 20). Neste sentido, Chartier (2016) destaca a interdependência entre o local e o global apontando que aquilo que observamos em uma escala não pode ser observado em outra, pois existem regras para cada uma delas (CHARTIER, 2016: 56).

Corroborando com esta perspectiva, Muaze (2016) afirma que a micro-história pode contribuir especialmente no que diz respeito à história da família, quando é “capaz de reconstruir as relações entre a experiência dos indivíduos particulares e o espaço de possibilidades existentes no interior de uma determinada formação histórica”. Porém, é preciso a utilização de ferramentas conceituais:

[...] como laços familiares, estratégia familiar, classe social, dinâmica familiar, e poder familiar que se tornam fundamentais para a investigação das alianças matrimoniais, relações de compadrio,

---

<sup>4</sup> Usaremos aqui a noção de trajetória utilizada por Gonçalves e Lisboa (2007), onde esta é entendida como transcurso, e “analisa mudanças sociais, passagens de *status*, de situação econômica, de atividades profissionais, utiliza datas significativas, períodos, números, enfim aspectos quantitativos e qualitativos na mesma abordagem” (GONÇALVES e LISBOA, 2007: 88).

parentela, laços de dependência e amizades vistas como estratégias de poder que ligavam indivíduos e famílias nos diferentes grupos sociais (MUAZE, 2016: 14).

Buscando entender as questões aqui propostas, recorreremos a um conjunto variado de fontes, a saber: o manuscrito e um livro de contabilidade, deixado por Joaquim Nery; o *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ou como era mais conhecido, *Almanak Laemmert*; jornais da época como: *Correio Mercantil* (1866), *Gazeta de Notícias* (1886, 1892, 1893 e 1894), *A Capital* (1907 e 1910), *Correio da Manhã* (1911, 1913 e 1935), *O Paiz* (1916 e 1934), *Correio da Lavoura* (1919), *Diário Carioca* (1933), *Diário da Noite* (1934), *Diário de Notícias* (1937), entre outros; a *Coleção de Leis do Império*; o *Regulamento da Junta de Higiene Pública*; *Relatório dos Presidentes de Províncias dos Estados*; o trabalho intitulado *Da Pharmacia no Brazil e De Seu Exercício*, de Euzebio de Almeida Martins Costa. Também serão utilizados livros, artigos e trabalhos com os realizados, por exemplo, por Tânia Salgado Pimenta com foco no século XIX, Betânia Figueiredo também focando o século XIX em Minas Gerais, o de Beatriz Teixeira Weber sobre a República Rio-Grandense entre 1889 e 1928, que e nos permitirá entender e comparar as informações deixadas por Joaquim Nery com as práticas realizadas em outras localidades.

As informações levantadas, sobretudo no *Almanak Laemmert*, foram sistematizadas em gráficos e quadros que estão distribuídos ao logo da dissertação, visando facilitar a análise dos dados. No interior dos capítulos também estão disponibilizadas figuras para identificação dos personagens abordados e mapas para melhor localização geográfica, fundamentais para o melhor entendimento da pesquisa.

Cabe destacar a dificuldade que tivemos em localizar alguns documentos por motivos diversos. Quanto aos registros de falecimento de José Manoel e Joaquim Nery, os cartórios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu dizem não possuir os arquivos referentes ao período do falecimento dos personagens (1919 e 1937). Segundo o cartório de Duque de Caxias, município no qual Merity passou a compor em 1943, apesar de eles terem sido sepultados na localidade, estes registros deveriam estar em Nova Iguaçu por ser a data anterior a emancipação do município. Porém, o cartório de Nova Iguaçu alega não possuir os documentos desta data, pois estariam em Duque de Caxias. Recorreremos então, aos cemitérios localizados em Duque de Caxias onde esses personagens foram sepultados e, mais uma vez, não obtivemos sucesso. Um dos

cemitérios não possui os arquivos referentes a estas datas porque os mesmos foram perdidos em um incêndio, e o outro está com os arquivos sob a guarda da justiça por conta de uma desavença entre os antigos administradores e os atuais.

Ao buscarmos também, informações sobre uma irmandade a que pertenciam José Manoel e sua família tivemos o mesmo problema: não os localizamos. Procuramos os documentos no arquivo do Bispado da Diocese de Petrópolis, pois a igreja matriz de São João Baptista de Merity fazia parte daquela diocese, mas fomos informadas que os arquivos referentes àquela matriz tinham sido enviados para o arquivo da Diocese de Nova Iguaçu, que por falta de funcionários, não está com os arquivos organizados e não tinha como localizá-los, embora não tivessem conhecimento da dita irmandade.

Dividimos a dissertação em três capítulos: Capítulo I: De Capivary a Iguassú: em busca de novas oportunidades, Capítulo II: Os Santa Rita e o ofício farmacêutico e Capítulo III: Saneando o Sertão Próximo.

No primeiro capítulo que tem por objetivo contextualizar os personagens que servirão de fio condutor para um mergulho no ofício farmacêutico, assim como os locais onde inicialmente residiram e para onde imigraram, nos detivemos na apresentação de José Manoel, Joaquim Nery e o manuscrito e o livro de contabilidade com anotações deixadas por ele, assim como do grupo familiar e sua história. Também procuramos caracterizar o município de Capivary, local de onde saíram, e Iguassú, para onde se transferiram, destacando as diferenças geográficas e populacionais entre as duas regiões.

Buscando entender um pouco mais sobre a inserção de José Manoel e Joaquim Nery no universo das práticas farmacêuticas, no segundo capítulo, vamos destacar a partir das diferenças entre a Vila de Capivary e o município de Iguassú, os números referentes aos atendimentos da população por médicos e boticários. Ainda procuramos identificar e analisar a rede de sociabilidade em que estes personagens estavam inseridos e, neste sentido, as práticas profissionais e o envolvimento de outros familiares em práticas farmacêuticas são abordados. Comparamos a legislação reguladora das práticas farmacêuticas e médicas, com as atividades desenvolvidas pelos personagens em questão, a partir das anotações deixadas por Joaquim Nery com as desenvolvidas em outras localidades e as tensões que envolvia os médicos e

farmacêuticos diplomados, uma vez que estas profissões estavam buscando sua institucionalização.

Por fim, no terceiro e último capítulo, abordaremos as mudanças pelas quais passaram a sociedade da região de Iguassú, com um olhar voltado para as ações do governo visando o saneamento da região. Neste sentido, buscamos entender como as epidemias atingiram além da localidade, a família de Joaquim Nery e como ele e o pai estavam inseridos nas ações de saúde.

Assim, ao enfatizar a atuação de um prático na periferia do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX, este trabalho pretende se inserir na historiografia que tem contribuído para a compreensão da história da saúde não restrita à medicina oficial.

## CAPÍTULO I

### **JOAQUIM NERY E JOSÉ MANOEL: A TRAJETÓRIA EM BUSCA DE NOVAS OPORTUNIDADES.**

Neste capítulo, apresentaremos José Manoel de Santa Rita e Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita, personagens que servirão de fio condutor para análise do ofício farmacêutico, o manuscrito com anotações e o livro de contabilidade, ambos de Joaquim Nery. Buscaremos identificar os laços familiares procurando compreender como a história deste grupo familiar pode nos contar o que acontecia em relação a este ofício nos locais onde atuavam.

Também farei uma breve apresentação da Vila de Capivary, local de onde saíram, e o município de Iguassú para onde se transferiram, com um pouco mais de ênfase neste último, por ser o local que a família se fixou. No mapa 1, podemos identificar a localização destas regiões na província do Rio de Janeiro.

Compreender o antecedente histórico da região da Baixada da Guanabara<sup>5</sup> será fundamental para o entendimento da situação encontrada por José Manoel e sua família à época de sua chegada ao “sertão próximo”<sup>6</sup>, principalmente por ser este o período que temos mais informações sobre a vida pessoal e profissional dos personagens, possibilitando uma observação mais atenta sobre a prática farmacêutica.

---

<sup>5</sup> O termo é uma subdivisão geográfica da atual Baixada Fluminense que abarca as terras baixas e litorâneas, que atualmente correspondem aos municípios circunvizinhos à cidade do Rio de Janeiro (BRAZ e ALMEIDA, 2010).

<sup>6</sup> Segundo Bezerra (2013), a região da Baixada da Guanabara, onde estava inserida a Vila de Iguassú, era conhecida como “sertão próximo” desde o século XVIII. Ainda segundo o autor, o termo designava “um lugar distante, de pouco conhecimento, onde se mantinham problemas de difícil solução”, e foi amplamente utilizado em distintos projetos sanitários e pedagógicos no início dos anos de 1900, visando legitimar as ações ou apontar as ausências destas pelo poder público (BEZERRA, 2013: 209).

### Mapa 1: Província do Rio de Janeiro – 1887.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 12/12/2017. Em preto os Municípios de Iguassú e Estrela e em azul a Vila de Capivary.

#### 1.1– O Prático de farmácia Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita seu Caderno e seu Livro de Contabilidade.

Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita era prático de farmácia, filho do boticário José Manoel de Santa Rita e Henriqueta Cotrim de Santa Rita. Sua família, provavelmente, chegou a então Vila de Iguassú por volta de 1880, quando fixou residência no povoado denominado Pavuna e neste local, conheceu sua futura esposa, Maria Luiza de Carvalho Estudante, filha do comerciante da região Francisco de Carvalho Estudante e Emília Ferreira de Carvalho, com quem teve 10 filhos.

#### Figura 1: Fotografia de Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita.



Fonte: Acervo da família

Durante sua vida em terras iguassuanas, Joaquim Nery fixou residência, no povoado da Pavuna, já mencionado, e também em Coqueiros, Estrella e Merity, onde faleceu em 21 de abril de 1937. No mapa 2, localizamos os povoados de Coqueiros e Merity e no mapa 1, Estrella na região que hoje conhecemos como Baixada Fluminense<sup>7</sup>.

### Mapa 2: Baixada Fluminense – 19?

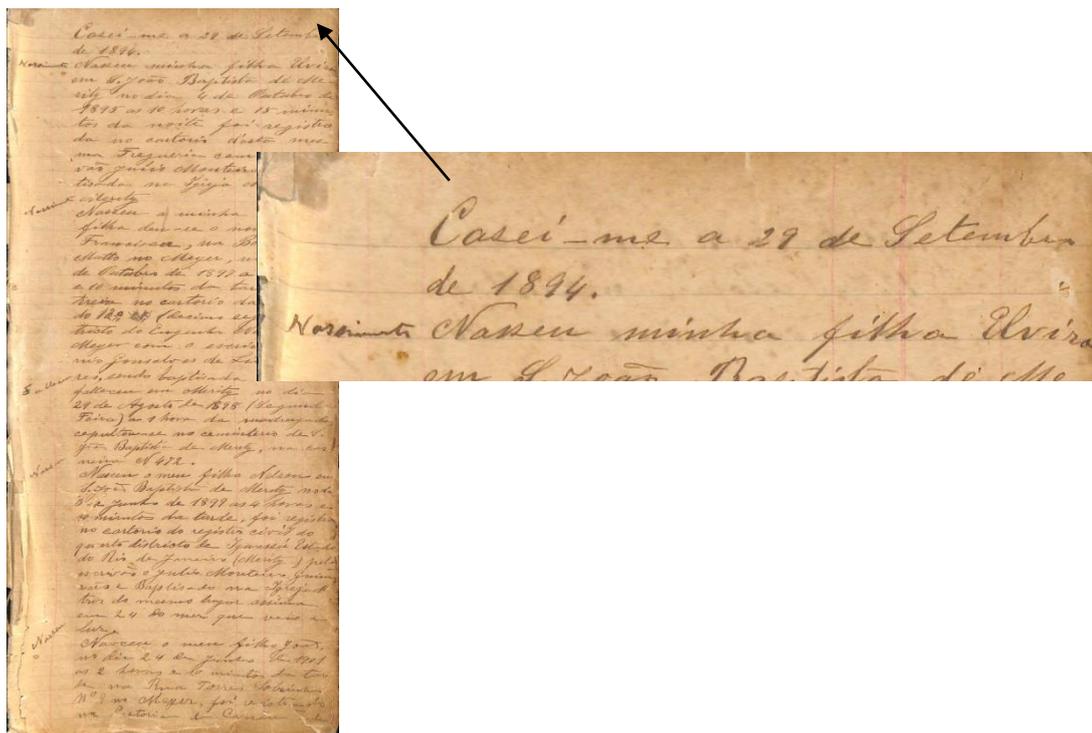


Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 20/12/2017.

A maioria destas informações está em um caderno de 480 páginas deixado por Joaquim Nery, no qual a primeira anotação é de seu casamento em 29 de setembro de 1894, como pode ser observado na figura 1. O seu falecimento foi registrado por seu filho Octacildo de Carvalho Santa Rita, que se tornou responsável pela guarda do mesmo.

<sup>7</sup>O termo Baixa Fluminense, segundo MarluCIA Santos Souza (2014) é um conceito de “múltiplas definições e seu recorte se altera a partir do objeto do pesquisador, dos objetivos das instituições de pesquisa e dos órgãos públicos. Logo, no campo fisiográfico, as fronteiras da região ora são alargadas ora se encurtam (SOUZA, 2014: 16). Aqui, utilizamos o termo apenas para melhor compreensão do mapa 2, no qual o título apresenta tal designação. Durante a dissertação optamos por utilizar o termo Baixada da Guanabara para nos referirmos à região restrita ao entorno da Baía de mesmo nome. Para saber mais sobre o termo Baixada Fluminense, ver Marques (2006) e Silva (2013).

**Figura 2: Primeira Página do Caderno de Joaquim Nery.**



Fonte: Santa Rita, 1894: 1.

Informações sobre trabalho também foram registradas por Joaquim Nery como o trecho a seguir:

Empreguei-me na farmácia do Drº Amaro Figueiredo<sup>8</sup> em março, d'este mesmo ano [1897] como gerente e com o ordenado de duzentos mil réis, passando a dita farmácia para o poder do Drº José Nava<sup>9</sup> continuei gerente [...] (SANTA RITA, 1894: 463).

Segundo Pedro Nava (2012), seu pai José Nava “logo que obteve o título de boticário [1898], instalou-se no Méier, à Rua Goiás 32-F, com a *Farmácia Nava* e manteve a botica e por ela foi mantido até formar-se” [médico em 1901] (NAVA, 2012: 250, grifos do autor).

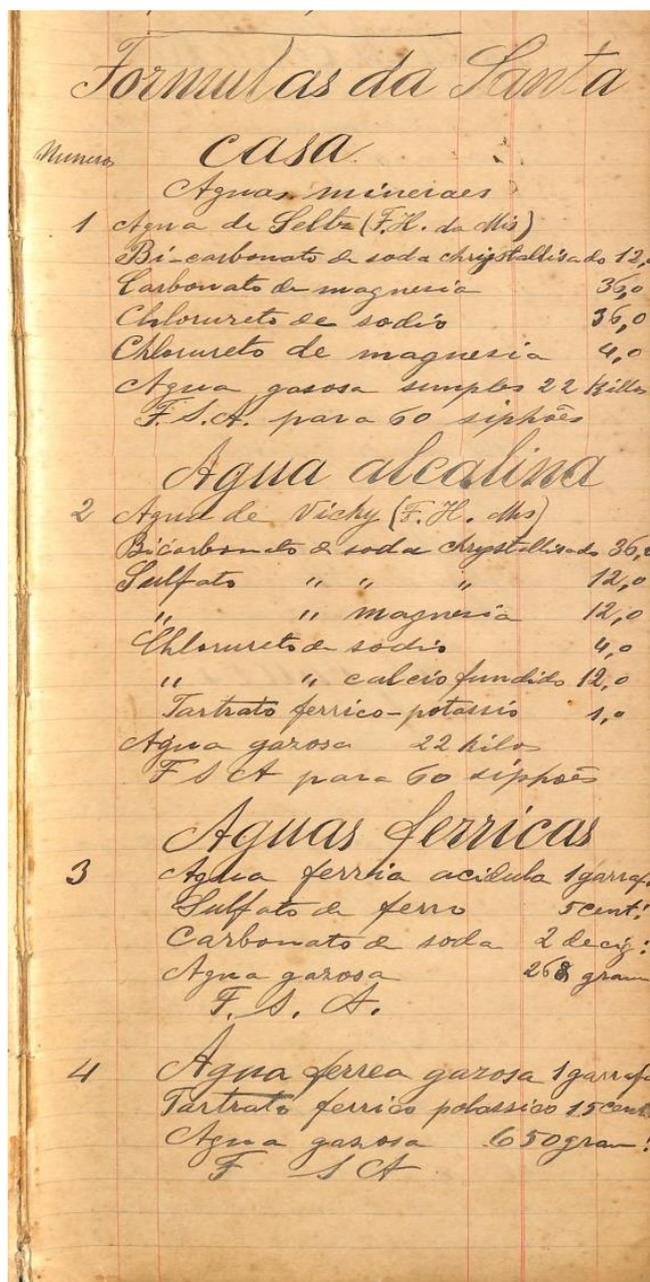
Outras anotações estão presentes no caderno, como: mudança de endereço da família; mais informações sobre locais de trabalho, sociedades e tipo de atividades desenvolvidas por Joaquim Nery; compra e venda de terrenos; construção de imóveis;

<sup>8</sup> Não encontramos mais informações sobre este médico.

<sup>9</sup> José Pedro da Silva Nava (1877-1911) iniciou seus estudos em Salvador, onde frequentou por um ano o curso de farmácia e medicina. Transferiu-se para o Rio de Janeiro onde se formou boticário em 1898, pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e, em 1901, formou-se médico pela mesma instituição. Em 1903, mudou-se para Sossego, localidade próxima a Juiz de Fora e participou ativamente da vida da cidade (NAVA, 2012; VALE, 2012). Para saber mais sobre José Nava ver em Nava, 2012.

brigas familiares; doenças que acometeram alguns parentes; receitas de medicamentos aviadas por ele; uma lista denominada “medicamentos novos” com 398 substâncias, contendo indicação de uso, formas de apresentação do medicamento (hóstia, solução, comprimido, injeção, entre outras) e dose a serem utilizadas; uma tabela com o nome de 52 venenos e seus antídotos, que estão divididos entre químicos e físicos; uma lista com 937 Fórmulas da Santa Casa, como mostra a figura 3;

**Figura 3: Fórmulas da Santa Casa.**



Fonte: Santa Rita, 1894: 99.

Acreditamos que estas sejam as fórmulas de medicamentos aviadas na botica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Levantamos duas possibilidades para explicar como estas receitas foram parar nas anotações de Joaquim Nery: a primeira, por ele ter trabalhado na botica da instituição e a segunda, por ele ter trabalhado com Pedro Nava, que atuou na instituição na época em que Joaquim Nery esteve empregado em sua farmácia. Porém, nenhuma das suposições pôde ser confirmada.

Antes de continuarmos os tópicos referentes às anotações presentes no manuscrito, cabe uma explicação de como as fórmulas estão dispostas. Elas estão relacionadas em ordem alfabética e numeradas. Os medicamentos não eram solicitados pelos nomes e sim pelos números a que estavam vinculados, como apontou Beatriz Teixeira Weber (1999), ao relatar o caso de uma paciente com bronquite asmática internada na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre há 10 anos:

[...] [A paciente] colecionou todas as papeletas de sua dieta e dos remédios, passando a escolher a medicação que queria receber. Citava-a pelo número das fórmulas da farmácia do estabelecimento<sup>10</sup>: “hoje mande fazer o 559 (era uma poção de cafeína)” ou “estou com apetite de tomar o 16 A (água laxativa vienense” ou “dê-me o 236 D (balão de oxigênio)” [...] (WEBER, 1999: 153).

No caderno ainda havia: conselhos morais e úteis; receitas culinárias e recortes de jornais sobre os mais diversos assuntos, tanto de saúde como do cotidiano, como mostram as figuras 4 e 5, a seguir.

---

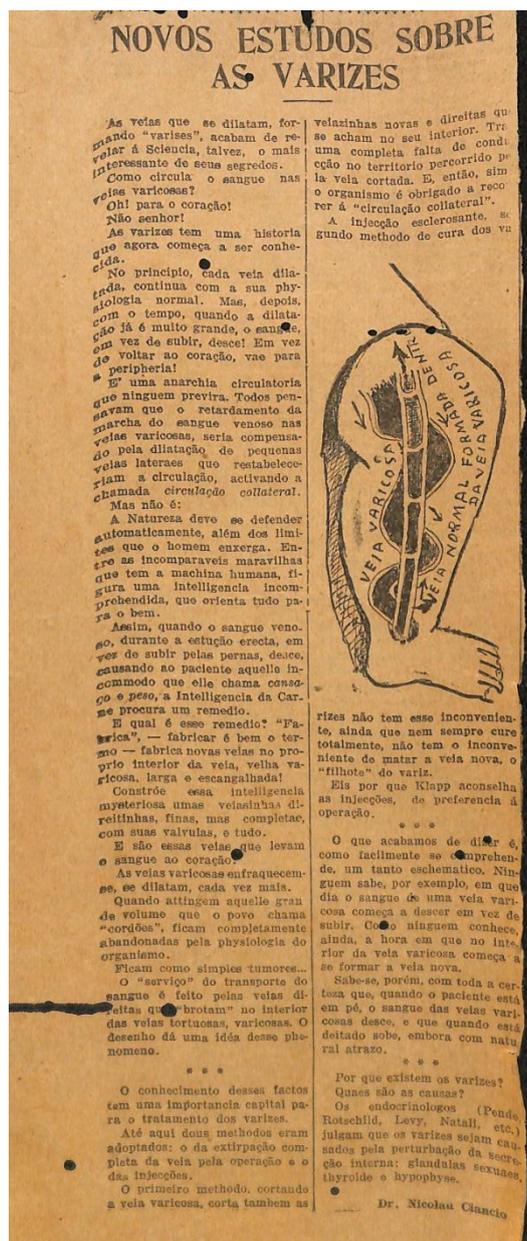
<sup>10</sup> Ao comparar os números das fórmulas citadas pela paciente com as descritas por Joaquim Nery, percebemos que não são iguais. Isto talvez possa ser explicado pela possibilidade de cada instituição ter a sua lista, sem que a mesma fosse padronizada.

Figura 4: Recortes de Jornal Colados no Caderno.



Fonte: Santa Rita, 1894: 442-443. As reportagens foram todas localizadas no Jornal do Brasil, a saber: da esquerda, Dr. Aristides Caire: em 11/11/1924: 11; da direita na parte superior, Soneto de D. Pedro II: em 02/12/1925: 12 e a da direita na parte inferior, Orçamento da Receita para 1926: em 03/01/1926: 6.

Figura 5: Recorte Solto de Jornal.



Fonte: Não localizada.

Nem todas as páginas do manuscrito estão preenchidas, sendo possível observar entre os assuntos, algumas páginas em branco, como se fossem para serem preenchidas ao longo do tempo.

Segundo Mauad e Muaze (2004) e Mello (1997), registros em cadernos, realizados pelo chefe da família, eram comuns no período do império brasileiro em função da fragilidade do sistema de registros da época, de responsabilidade dos párocos. Estes cadernos conhecidos como "livros de assentos", tinham como objetivos garantir o

controle de informações, relacionadas principalmente à preservação do patrimônio da família e os principais acontecimentos da vida doméstica, como os casamentos, nascimentos, batizados e falecimentos, mas também serviam para anotações referentes a vida financeira familiar, dando boas indicações das dinâmicas familiares, sociais e culturais da época em que foram escritos (MELLO, 1997; MAUAD e MUAZE, 2004). Caso em que parece estar inserido o caderno de Joaquim Nery e, por isso, de agora em diante será chamado de Livro de Assento.

Muaze (2016) ainda afirma que os livros de assentos, assim como os diários, cartas e cadernos de anotações, ainda pouco utilizados como fontes, podem dar uma importante contribuição:

[...] na recuperação do papel social e político dos atores históricos nos contextos familiar e não familiar, bem como para as discussões relativas às estratégias familiares de poder e manutenção da riqueza, às redes sociais e de solidariedade construídas no passado (MUAZE, 2016: 14-15).

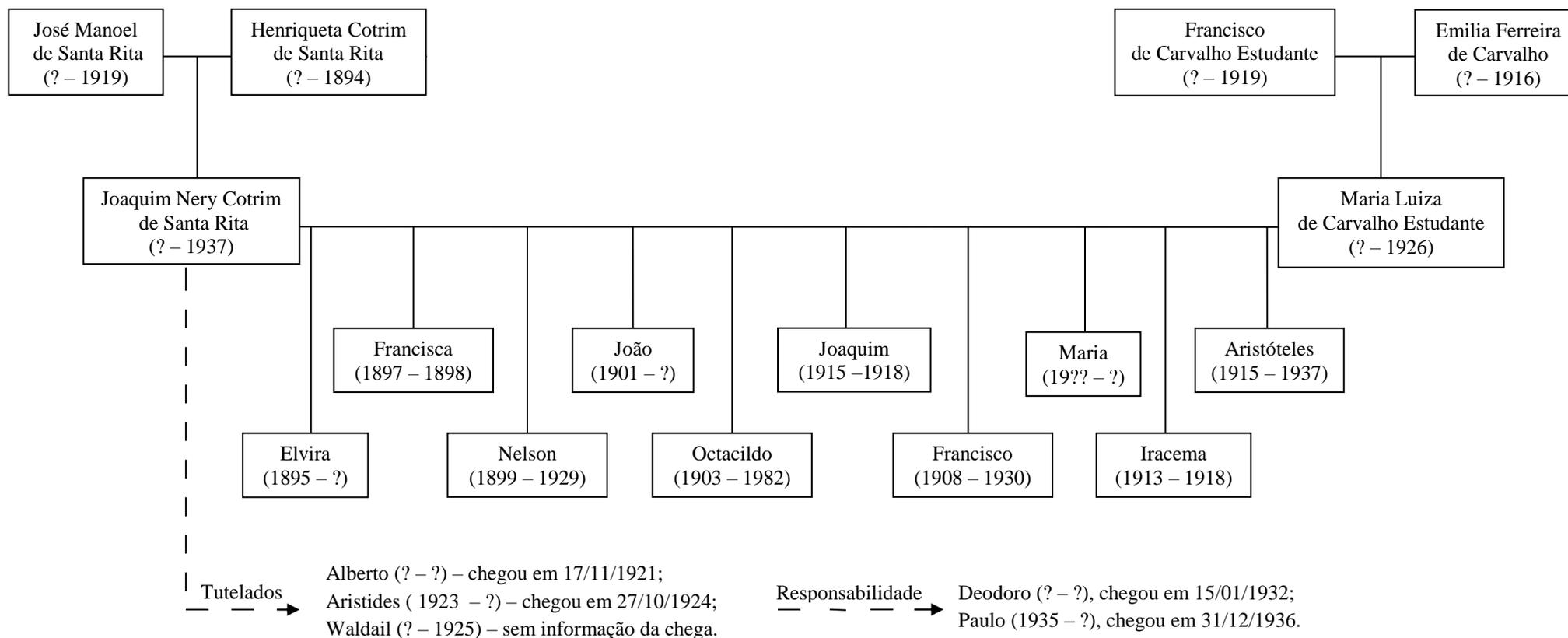
Ao cruzar estes documentos com outras fontes, é possível a construção de reflexões não hierárquicas em escalas micro e macro, uma vez que “cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e por tanto se inscreve em contextos – de dimensões de níveis variáveis” (REVEL, 1998: 28; MUAZE, 2016: 14-15). Este fato abre um leque de possibilidade de investigações, uma vez que “toda ação social é resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar” (SCOTT, 2014: 12 *apud* MUAZE, 2016: 15).

O Livro de Assento de Joaquim Nery cobre o período referente aos primeiros anos da República, começando em de 29 de setembro de 1894, como mencionado anteriormente e, terminando em 21 de abril de 1937, ano de falecimento de seu autor. Durante os anos seguintes, seu filho Octacildo continuou a registrar os nascimentos e falecimento de seus familiares até o ano de 1940.

As informações deixadas por Joaquim Nery vão da sua vida profissional à vida privada da família, possibilitando uma análise da dinâmica familiar da época, das redes de sociabilidade em que estava inserido, do exercício profissional da farmácia, das transformações na sua profissão, das epidemias que atingiram a família e da região onde moravam.



**Figura 7: Árvore Genealógica de Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita.**



- Não foi possível identificar a data de nascimento da filha Maria, por estar ilegível o registro deixado por Joaquim Nery, mas provavelmente está entre 1909 e 1912, se levarmos em conta a data anterior e a seguinte da gestação de sua mãe.
- Os filhos que não aparecem às datas de óbito faleceram depois de Joaquim Nery e, até o momento não foi possível à confirmação das mesmas.
- O menor Alberto era filho da sua cunhada Alice de Carvalho Estudante (? – 12/09/1921) e José Bento dos Reis (? – 04/10/1921).
- Joaquim Nery não deixou nenhuma pista que nos possibilitasse diferenciar “tutelado” de “responsabilidade”.
- Com exceção do Waldail, todas as crianças registradas como “tutelados” ou “responsabilidade”, possuem anotações sobre quem eram os pais.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Santa Rita, 1894: 1-8.

Entre os parentes identificados, destaca-se o pai de Joaquim Nery, José Manoel de Santa Rita, pois se evidencia a ligação entre pai e filho.

### 1.2 – José Manoel de Santa Rita: o boticário da Vila.

Em suas anotações Joaquim Nery não faz nenhuma menção à vida familiar antes de 1894 e, são poucas informações sobre a vida profissional de seu pai. Além da data do falecimento de José Manoel, em 15 de novembro de 1919, são mencionadas algumas receitas de medicamentos de autoria do mesmo e a sociedade firmada entre pai e filho em uma farmácia no povoado da Pavuna, no município de Iguassú em 1892, região em que atuou por mais de 30 anos. Este fato nos levou a procurar outras fontes que pudessem nos dar pistas sobre José Manoel e nos ajudassem a compreender melhor o ofício farmacêutico no período anterior à chegada da família à Iguassú e nesse espaço específico.

**Figura 8: Fotografia de José Manoel de Santa Rita.**



Fonte: Acervo da família

Encontramos no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ou como era mais conhecido, *Almanak Laemmert*<sup>12</sup>, preciosas informações referentes a José Manoel e seu ofício como boticário a partir 1858. Localizamos o

---

<sup>12</sup> O *Almanak Laemmert* produzido pelos irmãos franceses Eduardo e Henrique Laemmert entre 1844 e 1914 foi o primeiro almanaque de publicação anual a circular pelo país. Sua primeira edição possuía um pouco mais de 280 páginas e, chegou a ter 2.500 por volta de 1880 e, trazia em seu conteúdo a “organização administrativa, jurídica, política, social, religiosa e cultural do império”. Era de fácil aquisição por parte de seus leitores, formados por barões, capitães, doutores, profissionais liberais, pequenos comerciantes e funcionários de repartições públicas, religiosas e culturais do império, uma vez que era vendido em livrarias por todo país. Além das informações já citadas, era possível encontrar no periódico, anúncios de academias científicas, escolas públicas e particulares, lojas, serviços profissionais, hospitalares, entre outros (LIMEIRA, 2010: 80).

boticário na freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivary (Vila), no Município de Capivary<sup>13</sup> (Figura 9), na página 98, junto com os boticários Manoel Rodrigues Fernandes e José Ferreira da Silva Campos. É possível verificar logo depois do nome dele a palavra “idem” e como o boticário citado logo acima não estaria aprovado, isto, possivelmente, pode ter ocorrido por conta de trâmites burocráticos ou pendências na documentação apresentada aos órgãos fiscalizadores. Esta situação se repetiu nas publicações de 1859 e 1860, não aparecendo mais a partir de 1861.

**Figura 9: Almanak Laemmert – 1858.**



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 08/06/2016.

Durante o período que vai de 1860 a 1865 é possível encontrar o nome de José Manoel na lista de boticários da Vila. Porém, ele só volta a ser mencionado no *Almanak* na edição de 1870, vinculado ao Curato de Gaviões, na própria Vila de Capivary, ao lado de Antônio Rodrigues Maia Sobrinho. Aparece novamente em 1874, não mais como boticário, mas sim como Inspetor de Escolas Públicas na mesma localidade (LAEMMERT, 1870, p.292; 1874: 106).

Voltaremos às questões sobre o ofício farmacêutico nos próximos capítulos, quando abordaremos a rede de sociabilidade destes personagens, o desenvolvimento profissional de cada um e alguns aspectos familiares. Outros ângulos da vida desse

<sup>13</sup> Para ver localização geográfica do Município, ver mapa 1 na página 7.

boticário são apontados em um anúncio do jornal *Correio Mercantil* de 16 de fevereiro de 1866:

Agostinho, crioulo, escravo de Celestino Mauricio Quintanilha<sup>14</sup>, está fugido desde novembro de 1864, consta que está em Cascadura, e que vem a cidade calçado, intitulado-se forro, consta ainda que vai às casas de José Manoel de Santa Rita e de um Cardoso; gratifica-se a quem apreender e entregar a seu senhor, na rua de Rezende n.10 C, e protesta-se proceder criminalmente contra quem o tiver acoutado. É baixo, grosso, cor bem preta, rosto largo, e com falta de um ou dois dentes na frente. (CORREIO MERCANTIL, 16/02/1866: 4).

Apesar de no anúncio Celestino Maurício Quintanilha ter ameaçado processar quem tivesse “acoutado” seu escravo, não encontramos nenhuma informação sobre o possível processo e qual o desfecho desta situação. A historiografia sobre fugas escravas é bastante extensa, concentrando-se sobre tudo, na Corte do Rio de Janeiro. A preocupação de apontar acoitadores de escravos fugidos é recorrente, porém, Flávio dos Santos Gomes (2006) aponta que, a prática de acoitar escravos era muito difícil de coibir por dois motivos: primeiro por não existir uma lei específica sobre o assunto e segundo, na maioria das vezes, não haver como comprovar a culpa dos envolvidos, principalmente por se tratar de uma rede de proteção clandestina (GOMES, 2006: 73). Provavelmente, foi isso que aconteceu no caso em que José Manoel é citado.

Outra questão ilustrada por este anúncio diz respeito à mobilidade geográfica relacionada à fuga, no caso de cativos, e à procura de melhores condições para construir suas vidas, no caso de José Manoel, que como veremos passa em Capivary pela sede da Vila para Curato de Gaviões e depois, ao chegar a Iguassú passa pelo povoado da Pavuna e pela localidade de Merity. Estas mudanças não são exclusividade de José Manoel, pois a própria família Santa Rita aparece em diversas províncias do Rio de Janeiro que, eram uma estratégia de sobrevivência em busca de dias melhores (BEZERRA, 2012; MATTOS, 2013). Neste sentido, apresentaremos um pouco mais sobre a região em que, especificamente, José Manoel e Joaquim Nery circularam e construíram suas redes de sociabilidade.

---

<sup>14</sup> Morador da Vila de Capivary foi um dos chefes do partido liberal da localidade (A REFORMA, 06/04/1871: 1). Aparece no *Almanak Laemmert* entre os anos de 1847 e 1870, sendo seu primeiro registro como lavrador e proprietário de fábrica de açúcar. Ocupou os cargos de suplente de vereador, vereador, delegado da Agência de Negócios entre Brasil e Portugal, procurador da Vila e membro da Companhia Internacional Forense, entre outros (LAEMMERT, 1847 – 1870). Faleceu em 23 de março de 1871, na cidade de Macaé (A REFORMA, 06/04/1871: 1).

### **1.3 – A Vila Nossa Senhora da Lapa de Capivary.**

A Vila de Nossa Senhora da Lapa de Capivary, atual município de Silva Jardim, foi criada em 1841, a partir de um desmembramento do território do município de Cabo Frio, quando foram instaladas a Câmara Municipal, a cadeia e o cemitério na até então Freguesia, que tinha se desenvolvido ao redor de uma capela erguida em devoção a Sant'Anna, em terras doadas por D. Maria Rodrigues viúva do fazendeiro Manoel da Silveira Azevedo (IBGE, 1959).

Neste período, a Vila era uma comunidade rural com estreito contato com os centros comerciais da província. A localidade controlava política e economicamente a região, apesar de possuir uma pequena produção escravista de baixos rendimentos, formada por pequenos lavradores que por todo o século XIX, se dedicou a produção de subsistência (MATTOS, 2009: 15).

Segundo Hebe Mattos (2009), Capivary possuía uma agricultura não exportadora, de base escravista, praticada por “homens livres pobres<sup>15</sup>, num momento em que a compulsoriedade do trabalho entrava em crise” (MATTOS, 2009: 15). Rica em madeiras de lei como o jacarandá e o ipê, a Vila também explorava suas riquezas naturais. As toras eram transportadas pelo rio até a Vila de Barra de São João, onde eram cortadas em tábuas e enviadas ao exterior. Esta via natural de transporte de mercadorias facilitava a fixação de brancos, mestiços e indígenas (embora raros) sem escravos ou recursos (IBGE, 1959; MATTOS, 2009).

A chegada do café à região nas primeiras décadas dos Oitocentos, logo se mostrou um empreendimento de pouca rentabilidade se comparado às plantações de Rezende e Vassouras, em virtude das desvantagens climáticas e topográficas. Neste cenário desfavorável, a produção cafeeira local sobreviveu, mas em grande desvantagem e com poucos investimentos, o que determinou o declínio financeiro local (MATTOS, 2009).

Longe de parecerem com os grandes plantadores de café do Vale do Paraíba<sup>16</sup>, os fazendeiros de Capivary possuíam pequenas unidades produtivas, com até 50

---

<sup>15</sup> Para a autora, os homens livres pobres, são definidos por desenvolverem uma agricultura e criação de animais voltados ao suprimento de suas necessidades de subsistências, pressupondo a troca. Não visavam à produção de excedente e nem a realização de lucros (MATTOS, 2009: 63).

<sup>16</sup> Grande centro de produção de café, principalmente, a partir de 1820 (MACHADO, 1993).

escravos. Suas residências, em sua maioria, eram feitas de estuque, e “traziam no tamanho, forro e assoalhos” símbolo de riqueza e prosperidade dentro da comunidade em que estavam inseridas (MATTOS, 2009: 31).

Porém, nem só da exportação de madeira vivia Capivary. Em suas terras eram cultivados além do café, cana de açúcar, arroz, milho e feijão. No entanto, como já mencionado, tratava-se de uma plantação de subsistência voltada para a alimentação dos habitantes locais, complementando a produção doméstica de farinha de mandioca. Na mesma situação estavam às criações de animais, que não possuíam nenhuma aspiração comercial, destinavam-se além da alimentação, para o transporte da produção (IBGE, 1959; MATTOS, 2009).

Em 03 de janeiro de 1890, a Vila de Nossa Senhora da Lapa de Capivary, foi elevada à condição de município, passando a se chamar somente Capivari. Nesta época, além da sede, o município era composto pela Freguesia de Nossa Senhora do Amparo das Correntezas e pelo Curato de Nossa Senhora da Conceição dos Gaviões (LAEMMERT, 1880; IBGE, 1959). Em 1943 o município tem seu nome modificado de Capivari para Silva Jardim, em homenagem a Antônio da Silva Jardim<sup>17</sup> (1860-1891), político republicano engajado em lutas abolicionistas que nasceu na localidade (IBGE, 1959).

A partir do final dos Oitocentos e começo dos Novecentos, os fazendeiros locais venderam ou dividiram suas propriedades e em um movimento de êxodo deixaram a Vila. A população branca local diminuiu cerca de 6% (em números absolutos) entre 1872 e 1890, enquanto a população negra e mestiça seguiu o caminho contrário, acentuando-se no mesmo período. Estes dados, segundo Hebe Mattos (2009), “parecem significar que a crise do trabalho escravo na região afetou fundamentalmente a elite branca, oferecendo condições para a permanência da população pobre majoritariamente mestiça” (MATTOS, 2009: 134). Parece-nos que, foi nesta onda migratória que José

---

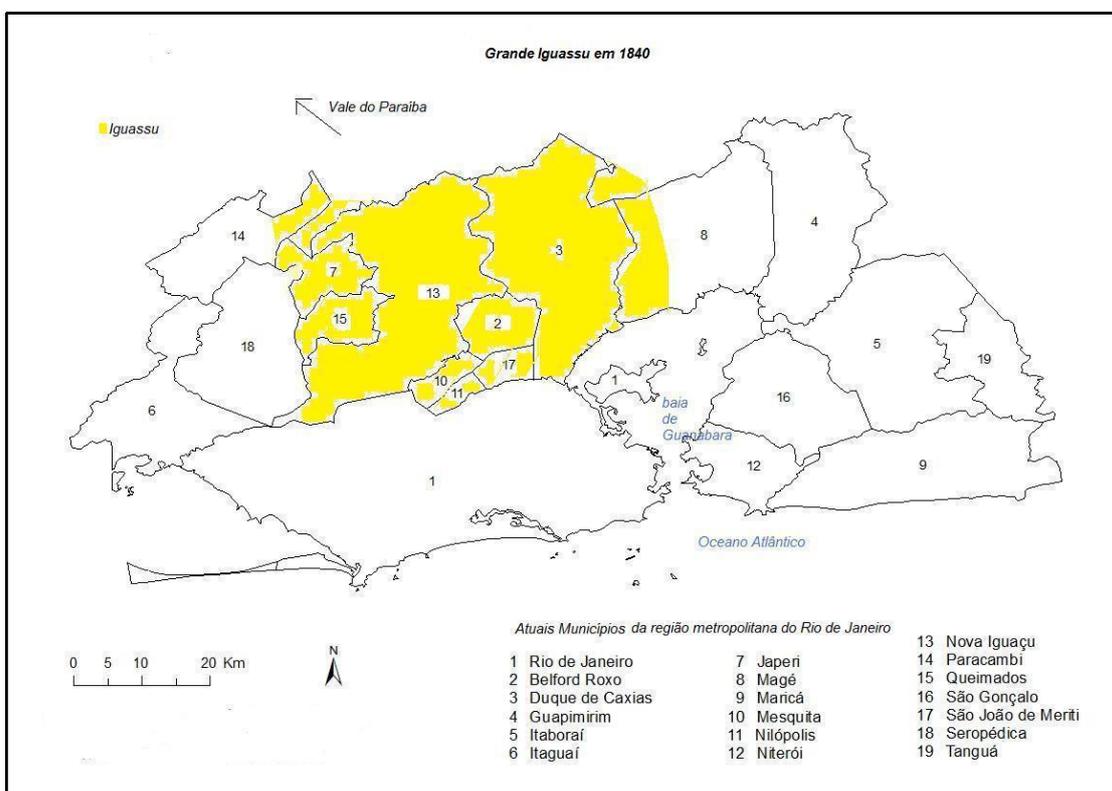
<sup>17</sup> Antônio Silva Jardim nasceu em Capivary em agosto de 1860, filho de Gabriel da Silva Jardim pequeno lavrador e professor primário da localidade e Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim. Formou-se em 1882 bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi membro de sociedades secretas, como a maçonaria e, atuava em movimentos abolicionistas que praticavam o roubo de escravos e os mandava para pra refúgios longe da província. Casou-se em 1883 com Ana Margarida de Andrade, filha de Martins Francisco Ribeiro de Andrade, conselheiro e professor de Direito Eclesiástico da mesma faculdade que se formara, e com ela teve 4 filhos. Faleceu de forma trágica aos 31 anos, quando em uma visita a cidade de Pompéia na Itália para conhecer o vulcão Vesúvio, aproximou-se muito da cratera e foi tragado por uma fenda aberta na montanha (ANTÔNIO SILVA JARDIM, 2017: 2, PASQUIM, 2015).

Manoel e sua família se transferiram para terras Iguassuanas. Com o intuito de entender melhor o quanto a região influenciou e foi influenciada pelo exercício da farmácia, voltaremos nossa atenção para Iguassú nos passos desse ramo dos Santa Rita.

#### 1.4 – Iguassú: território de novas oportunidades.

A Vila de Iguassú foi fundada em 15 de janeiro de 1833, sendo sede do município criado na mesma ocasião. Possuía em seu território antigas freguesias do Termo da Cidade<sup>18</sup> do Rio de Janeiro, ocupando um grande território na parte oeste da baía da Guanabara, como mostra a mapa 3, a seguir.

**Mapa 3: Município de Iguassú – 1840.**



Fonte: Silva, 2013: 52. Em amarelo o território de Iguassú.

O município tinha uma relação estratégica com a capital por ser um importante centro de circulação de pessoas e mercadorias vindas do interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Esta circulação começou ainda no século XVIII com o escoamento de ouro vindo de Minas Gerais e, no século XIX, com

<sup>18</sup> Área fora dos limites urbanos, mas sob a jurisdição da cidade (SILVA, 2013).

o da produção de café (SANTOS, 2008; BRAZ E ALMEIDA, 2010; ALMEIDA, 2014; SILVA, 2017).

O café vindo do Vale do Paraíba passou a circular pela região e trouxe novo fôlego à Baixada da Guanabara que já sofria, com o declínio da produção de ouro proveniente de Minas Gerais. Esta nova condição trouxe à região transformações que impactaram diretamente a sociedade local, modificando os interesses econômicos da elite que, transferiu seus investimentos do cultivo de café que não dera muito certo na localidade, para o transporte e armazenamento de produtos vindos de outras regiões. Juntou-se à pequena população fixa, composta por ferreiros, negociantes e taberneiros, novos elementos como os comissários de café, mercadores e tropeiros sempre de passagem pela região (BRAZ e ALMEIDA, 2010; SOUZA, 2014).

Novas vias de acesso foram inauguradas: a primeira chamada Estrada do Comércio, em 1822, partia de Iguassú e a segunda, a Estrada Normal de Estrella, em 1844, saía da localidade de Estrella em direção ao Vale, transformando os portos de Iguassú e Cava, sede da freguesia de Iguassú, em grandes centros de comercialização (BRAZ e ALMEIDA, 2010; SOUZA, 2014).

Na mesma época em que a Estrada do Comércio recebeu pavimentação, a Estrada da Polícia foi aberta ligando Cava ao atual município de Vassouras, facilitando a fixação nas serras de famílias vindas da região de Pilar, Iguassú e das áreas mineradoras (SOUZA, 2014: 60).

Esta série de transformações levou a região a ter duas dinâmicas econômicas. A primeira voltada para agricultura com a “exportação do café centrada em muares, escravos e transporte fluvial”, localizada na área mais próxima a baía e, a segunda, voltada principalmente para agricultura, como no caso da Freguesia de Jacutinga<sup>19</sup> (SILVA, 2013: 53; 2017).

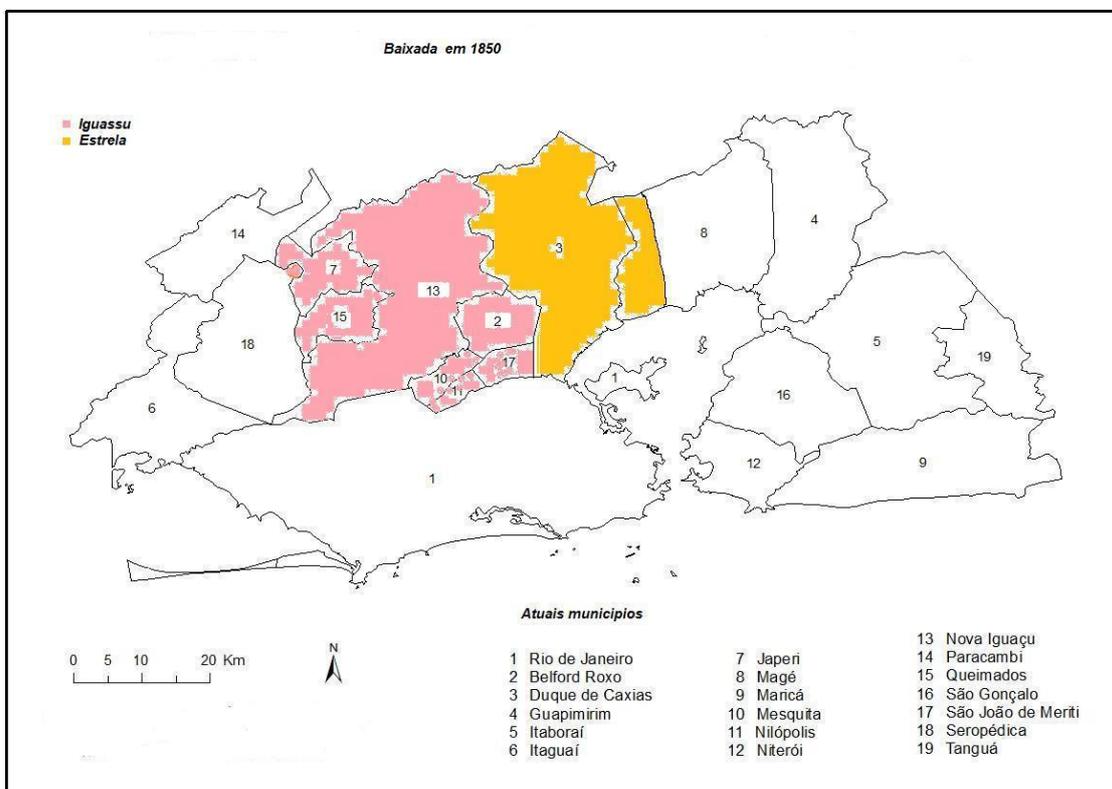
Estas duas dinâmicas acabaram por favorecer a fragmentação da região e, em 1846 foi criado o município de Estrella, com parte do território de Iguassú formando o novo município (mapa 4). Esta emancipação se deu graças ao grande movimento de seu porto. A construção da ferrovia, que passou a concentrar todo o escoamento do café,

---

<sup>19</sup> Local que hoje conhecemos como Nova Iguaçu.

constituiu a causa de sua decadência e a reintegração de parte das terras do município por Iguassú já na época da República (SILVA, 2013: 55; 2017: 420).

**Mapa 4: Municípios de Iguassú e Estrella – 1850.**



Fonte: Silva, 2013:54. Em rosa o município de Iguassú e em laranja o município de Estrella.

A construção da linha férrea se concretizou em 1854 ligando o porto de Sarapuí ao de Iguassú, embora essa ideia viesse sendo pensada desde 1840. Visando facilitar o escoamento da produção cafeeira, Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, construiu a primeira estrada de ferro brasileira, ligando o porto de Guia de Pacopaíba, batizado posteriormente de Mauá, à Raiz da Serra, na subida de Petrópolis. O novo empreendimento se expandiria em 1860, com a estrada de ferro chegando até Minas Gerais, depois que Mauá se associou à Companhia União Indústria, tornando o porto de Guia de Pacopaíba e a Estação de Mauá o principal eixo de circulação econômica (BEZERRA, 2004; BRAZ e ALMEIDA, 2010; ALMEIDA, 2014; SOUZA, 2014).

A linha férrea, sinônimo de modernidade transformou de forma significativa a economia de Iguassú, Estrella e Magé, impulsionando o transporte das mercadorias vindas do Vale do Paraíba em direção à cidade do Rio de Janeiro (BEZERRA, 2012).

Essa nova dinâmica causou a decadência da estrutura de escoamento fluvial de mercadorias, que ocorria nos portos localizados mais próximos à baía (SILVA, 2017).

Cabe aqui um parêntese a respeito da história da região, que será fundamental para entender a realidade encontrada por José Manoel e sua família. Encontramos duas correntes de pesquisadores da história da Baixada Fluminense que explicam de forma distinta essa decadência que atingiu a região. Um grupo formado pelos pesquisadores memorialistas que realizou os primeiros trabalhos sobre a Baixada aponta que, a crise sanitária desencadeada pela construção da linha férrea assolou a região e a dupla epidemias/decadência econômica (por conta da crise do café e a abolição da escravatura), levou a uma forte emigração levando ao abandono da região e uma drástica diminuição populacional no período de 1890 a 1910. Estas ideias foram utilizadas por outros pesquisadores em trabalhos atuais, reforçando a ideia deste vazio demográfico<sup>20</sup> (BEZERRA, 2012: 98; SILVA, 2017: 417-418).

Uma segunda vertente de pesquisadores com trabalhos recentes aponta à necessidade de se repensar a dimensão desta crise. Entre eles podemos citar Nielson Rosa Bezerra que em suas pesquisas vem reafirmando esta necessidade:

Em pesquisa anterior<sup>21</sup>, eu fui enfático sobre a importância econômica e social da farinha de mandioca no recôncavo fluminense desde o período colonial. Desta forma, seria importante repensar as crises de Iguazu e Magé durante o final do século XIX, recorrentemente reproduzida em diferentes pesquisas (BEZERRA, 2012: 99).

Para justificar essa ideia, Bezerra aponta que:

Em um momento de deslocamento do eixo econômico do porto para o entorno das estações ferroviárias, muitos senhores precisaram de um refazer econômico. Em muitos casos, os comendadores já habituados ao comércio em detrimento das atividades agrícolas, tiveram alguma vantagem, sobretudo em relação aos pequenos e médios proprietários. Naquele momento de transformações, era comum que proprietários de terras fossem buscar créditos no mercado local, de forma que tentassem manter a vivacidade de seus negócios. Nem sempre os investimentos obtinham sucesso, pois qualquer movimento podia significar algum risco. Desta forma, alguns grandes proprietários tinham a chance de concentrar mais terras e rendas através da execução das hipotecas feitas sobre aqueles que lhe deviam. Como já mencionei anteriormente, muitas famílias buscaram se

---

<sup>20</sup> Sobre este assunto ver mais em Silva, 2017.

<sup>21</sup> O autor está se referindo ao seu trabalho publicado em 2011, *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*.

associar uma com as outras através do casamento entre seus herdeiros e da parceria em novos empreendimentos. Assim moldava-se a elite iguaçuana que se manteve no poder do município ao longo do século XX (BEZERRA, 2012: 98).

Seguindo esta linha de raciocínio, Silva (2017) buscou informações nos censos locais que, segundo a autora, foram “vistas, *a priori*, como dados da realidade, sem discussão metodológica de como foram constituídas”. O objetivo era “oferecer alguns elementos” que permitissem questionar esse vazio demográfico e a imagem de decadência econômica da região (SILVA, 2017: 416).

Os dados levantados pela autora apontam que, houve um declínio populacional entre 1872 e 1890, porém, pode ter começado mesmo antes desta data, período anterior ao mencionado pela historiografia, ocorrendo de forma desigual no município (SILVA, 2017: 419). Corroborando com essa ideia, Bezerra (2012) destaca que os dados encontrados para algumas freguesias, como no caso de Cava e Santana das Palmeiras que tiveram o número de seus habitantes reduzido pela metade, foi aplicado para toda região indiscriminadamente, reforçando erroneamente a concepção de vazio demográfico (BEZERRA, 2012: 142; SILVA, 2017: 419).

A diminuição da população em Cava pode ser explicada pela alteração dos eixos de ocupação das margens dos rios para o entorno das estações ferroviárias e das rodovias (BEZERRA, 2012; SILVA, 2017). E, a abolição da escravatura longe de provocar o abandono destas terras, apenas mudou a dinâmica local (BEZERRA, 2012).

A proximidade com a corte talvez tenha despertado no boticário José Manoel de Santa Rita a busca por novas oportunidades, impulsionando a mudança da família para Iguassú por volta de 1880. Vindos de Capivary encontraram no município, um lugar que conjugava características rurais e urbanas em franca transformação que, permitia a seus habitantes facilmente chegarem à capital através da linha férrea, o que representava uma possibilidade de crescimento.

Nesta nova dinâmica, a sede do município de Iguassú foi transferida de Cava para Maxambomba em 1891, após uma epidemia de varíola atingir a região (BRAZ e ALMEIDA, 2010; ALMEIDA, 2014; DIAS, 2014; SILVA, 2014; SOUZA, 2014). Nesta época, ainda segundo Silva (2014), a nova sede que tinha no cultivo da laranja sua maior atividade econômica, possuía um comércio com lojas variadas em duas quadras ao redor da estação do trem (SILVA, 2014: 293).

Em 1916 a sede municipal teve seu nome alterado de Maxambomba para Nova Iguassú, e com isso, a antiga sede passou a ser chamada de “Velha Iguassú” (DIAS, 2014; SOUZA, 2014) e, em 1938, o município de Iguassú passou a ser denominado Nova Iguaçu (SOUZA, 2014).

Buscando compreender um pouco mais sobre a inserção de José Manoel e Joaquim Nery nesse universo, a seguir, vamos abordar a história das famílias Santa Rita e Cotrim.

### **1.5 – Laços Familiares: Santa Rita e Cotrim pelo Rio de Janeiro.**

No Brasil as relações familiares vêm sendo objeto da historiografia, com vários autores se dedicando ao assunto principalmente a partir do início do século XX, na tentativa de “entender a vida familiar ao longo do tempo” (SAMARA, 2002: 28; COSTA, 2009; MUAZE, 2016). Entre os primeiros autores a abordarem o assunto, podemos citar Gilberto Freire (1933), Sergio Buarque de Holanda (1936), Caio Prado Junior (1942), entre outros<sup>22</sup> (MUAZE 2008, 2016). Estes primeiros trabalhos relacionados à família, segundo Muaze (2008, 2016), estavam voltados para “o processo de formação da identidade nacional” e abordavam, em sua grande maioria, as classes dominantes consideradas fundamentais para a dinâmica colonial “atrelada às especificidades de uma sociedade escravista e patriarcal” (MUAZE, 2016: 12).

Era um modelo familiar extenso composto por dois núcleos: o principal e secundário. O primeiro formado pelo patriarca (chefe da família), sua esposa, seus filhos e netos e, o segundo, pelos filhos ilegítimos ou de criação, os afilhados, parentes, agregados, serviçais e escravos. Todos estavam submetidos à autoridade do patriarca, a quem cabia defender a honra da família e cuidar dos negócios (SARTI, 1992; SAMARA, 2002; MUAZE, 2008, 2016; ALVES, 2009, COSTA, 2009).

Segundo Samara (2002) este modelo foi utilizado por longo período de forma generalizada para todo o país, sem levar em consideração fatores como contextos econômicos regionais, grupos sociais, etnias, temporalidades e movimento da população (SAMARA, 2002: 45). Pesquisas mais recente apontam que, esta estrutura patriarcal coexistiu com outros modelos de estruturas menores: umas sem a presença do pai, outras com poucos filhos, com muitos filhos, ou ainda com outras combinações, se

---

<sup>22</sup> Para saber mais sobre este assunto, ver em Muaze, 2016.

transformado ao longo do Oitocentos em um sistema patriarcal modificado, ampliando o conceito de família (SAMARA, 2002; MUAZE, 2008, 2016; ALVES, 2009).

Com relação a José Manoel e Joaquim Nery, não pretendemos fazer uma análise profunda da estrutura familiar, mas sim, compreender melhor a trajetória destes indivíduos que se dedicaram à arte de manipular e comercializar medicamentos na região em foco entre o final do século XIX e início do XX. Assim, consideramos importante identificar para onde se moveram e onde se estabeleceram, quem eram as pessoas que compunham essa família e que atividades praticavam. Neste sentido, estamos considerando os laços de família, de parentela, compadrio, amizade e dependência como formas fundamentais de ligação do indivíduo e da família nos mais diversos grupos sociais (MUAZE, 2008, 2016).

Buscando entender as questões acima mencionadas, voltamos ao *Almanak Laemmert* partindo das localidades em torno de Capivary, região onde José Manoel residia no período compreendido entre 1858 e 1874. Encontramos nesta busca 16 pessoas em 6 localidades diferentes, como mostra a quadro 1. É importante ressaltar que este levantamento não esgota a possibilidade de existirem outros Santa Rita registrados no *Almanak*, nem a existência de outros nas mesmas localidades, como veremos mais a frente.

**Quadro 1: Registros da Família Santa Rita por Diversos Municípios do Rio de Janeiro: Almanak Laemmert – 1848 à 1885.**

<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Atividade</b>
1848	João José de Santa Rita; 1835	<b>Campos</b> – Freguesia de São Gonçalo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenhos de Fabricar Açúcar e Aguardente</li> </ul>
1849	Antônio José de Santa Rita	<b>Campos</b> – Freguesia de São Gonçalo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazenda de criação de gado</li> </ul>
1854	Herdeiros de Antônio José de Santa Rita <sup>23</sup>	<b>Campos</b> – Freguesia de São Gonçalo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiros de Açúcar e Aguardente</li> </ul>
1859	Viúva de João José de Santa Rita	<b>Campos</b> – Freguesia de São Gonçalo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenhos de Fabricar Açúcar e Aguardente</li> </ul>
1875 1883  1885	José Francisco de Santa Rita;	<b>Campos</b> – Freguesia de São Salvador	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário de Quitanda 1861;</li> <li>• Proprietário da fábrica de Cigarros e Charutos Santo Amaro;</li> <li>• Diretor da capela da Irmandade Nossa Senhora do Terço;</li> <li>• Proprietário de Secos e Molhados</li> <li>• Proprietário de Açougue</li> </ul>
1849	Luiz José de Santa Rita	<b>Campos</b> – Freguesia de São Sebastião	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inspetor de Quarteirão</li> </ul>
1856	Antônio José de Santa Rita (II)	<b>Campos</b> – Freguesia de São Sebastião	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inspetor de Quarteirão</li> </ul>
1885	Viúva de Joaquim Manoel de Oliveira Santa Rita	<b>Campos</b> - Freguesia Nossa Senhora da Natividade (Carangola)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietários</li> </ul>
1865 1882	Joaquim Manoel de Oliveira Santa Rita	<b>Campos</b> – Freguesia Nossa Senhora da Natividade (Carangola)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construtores e Carpinteiros</li> <li>• Construtores e Carpinteiros; Proprietários</li> </ul>
1858  1865 1871	José Manoel de Santa Rita	<b>Capivary</b> – Freguesia Nossa Senhora da Lapa (Vila); Curato de Gaviões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boticário</li> <li>• Boticário</li> <li>• Fiscal de Escolas Particulares</li> </ul>
1860	Anna de Santa Rita e Mello	<b>Estrella</b> – Nossa senhora da Guia de Pacopaíba	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiros e Lavradores</li> </ul>
1865	Luiz Valeriano de Santa Rita	<b>Estrella</b> – Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiros e Lavradores</li> </ul>
1852	José Faustino de Santa Rita	<b>Itaguahy</b> – Freguesia da Vila	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiros de Café</li> </ul>

<sup>23</sup> Apesar de encontrarmos a palavra “herdeiros” no plural, estamos considerando como uma pessoa para efeito de contagem.

1863 1870	João Faustino de Santa Rita	<b>Itaguahy</b> – Freguesia de São Francisco Xavier (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscal de Quarteirão</li> <li>• Fazendeiros de Café</li> </ul>
1859 1860	Manoel José de Santa Rita	<b>Saquarema</b> – Freguesia de São Sebastião de Araruama Araruama – Freguesia de São Sebastião	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiros e Lavradores de Café</li> <li>• Fazendeiros e Lavradores de Café</li> </ul>
1856	Marianno José de Santa Rita	<b>Saquarema</b> – Freguesia São Sebastião de Araruama	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiros e Lavradores de Café e Criador</li> </ul>

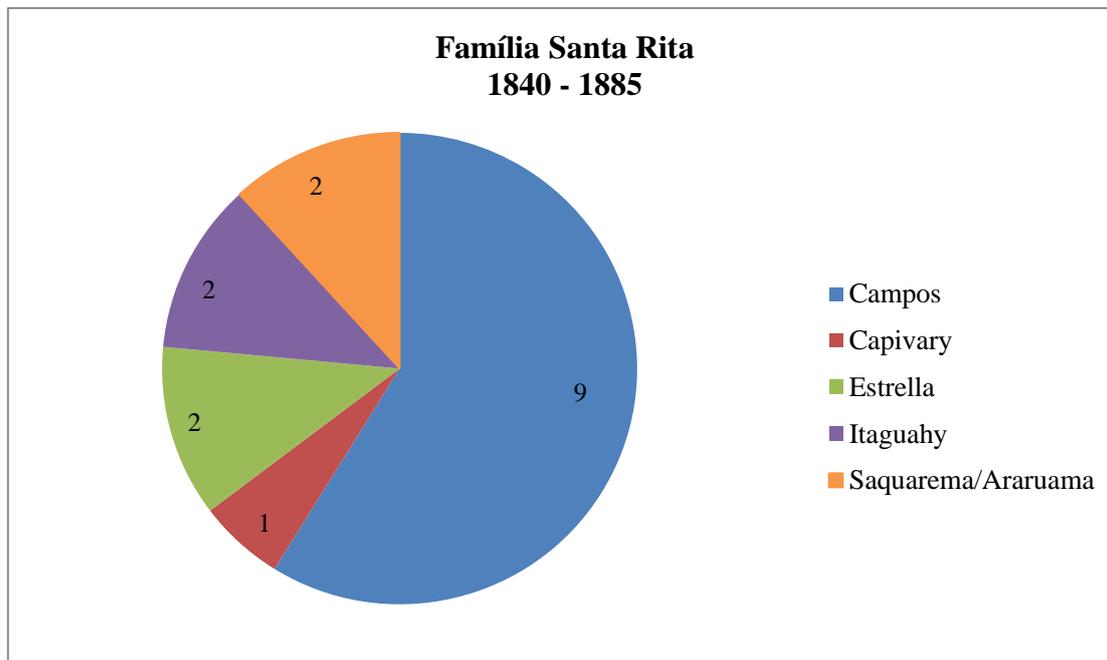
Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert* 1848-1885.

Ao analisarmos o quadro 1, percebemos que das 16 pessoas localizadas, 13 são do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Nos chama a atenção, a referência a Anna de Santa Rita e Melo como “fazendeiros e lavradores” da localidade de Estrella em 1860. A condição de uma mulher como proprietária e à frente dos negócios, não era muito comum. Samara (2002), ao abordar as mudanças ocorridas nas famílias brasileiras ao longo do tempo, afirma que desde o final do período colonial há indícios do aumento do número de mulheres, principalmente em regiões sudeste brasileiro e que a migração masculina para regiões mais atrativas economicamente, alteraram a dinâmica familiar (SAMARA, 2002: 31). Essa poderia ser uma possibilidade para explicar o registro de Anna de Santa Rita Melo como proprietária. Porém, encontramos no *Jornal do Commercio* de 1858, uma nota de Anna e sua filha Angélica de Melo solicitando a parentes e amigos que compareçam à missa pelo aniversário de falecimento de seu esposo Bento José Ferreira de Mello (JORNAL DO COMMERCIO, 10/05/58: 4). Assim, acreditamos que sua propriedade seja fruto de uma herança em consequência de sua viuvez.

Ainda analisando o quadro 1, percebemos que, em relação as atividades desenvolvidas pelos Santa Rita, 3 pessoas estavam ligadas a engenhos de fabricar açúcar e aguardente, 3 eram fazendeiros e lavradores de café, 1 era fazendeiro de café e criador, 2 eram fazendeiros e lavradores sem especificação, 1 era criador de gado e 6 pessoas estavam ligadas a outras atividades não rurais, a saber: 2 inspetores de quarteirão, 1 boticário, 1 construtor, carpinteiro e proprietário, 1 proprietário de quitanda, fábrica de cigarros e charutos, secos e molhados e açougue, e a viúva de Joaquim Manoel de Oliveira Santa Rita, que aparece como proprietária, depois do falecimento do marido. Baseado nestes dados, podemos afirmar que os Santa Rita tinham em sua maioria uma ligação com a terra, desenvolvendo alguma atividade voltada para plantio e/ou criação.

Ao transformarmos os dados do quadro 1 em gráfico fazendo uma distribuição por localidades (gráfico 1), observamos de forma mais clara por onde a família estava estabelecida. Porém, é preciso ressaltar que estes foram dados de Santa Rita registrados no *Almanak Laemmert* e, certamente, existiram outras pessoas da família que não foram relacionadas pela publicação.

**Gráfico 1: Distribuição dos Santa Rita Registrados no Almanak Laemmert  
– 1848 à 1885.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert* 1848-1885. Optamos por colocar as localidades de Saquarema e Araruama juntas porque a segunda surgiu de um desmembramento da primeira em 1860 e, os Santa Rita estavam na localidade na época deste desmembramento, hora aparecendo em um, hora em outro.

Percebemos que a família estava distribuída por Capivary, Estrella, Itaguahy Saquarema/Araruama com uma concentração maior no município de Campos. A partir deste gráfico, surgiu a questão acerca de como os Santa Rita se uniram aos Cotrim através do casamento de José Manoel e Henriqueta. Estariam as famílias na mesma região? Desenvolveriam as mesmas atividades, ou outras sem ligação? Para responder a estas questões, mais uma vez recorreremos ao *Almanak Laemmert*. Encontramos 20 pessoas da família Cotrim relacionadas em 6 localidades diferentes (quadro 2).

**Quadro 2: Registros da Família Cotrim por Diversos Municípios do Rio de Janeiro: Almanak Laemmert<sup>24</sup> – 1848 à 1885.**

<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Atividade</b>
1883	Manuel Custódio Cotrim	<b>Cantagalo</b> – Duas Barras do Rio - Negro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lavradores.</li> </ul>
1866	João Barreto Cotrim de Almeida	<b>Pirahy</b> – Arrabaldes da Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negociantes.</li> </ul>
1848 1850 1851 1852 1853 1854  1855  1856  1857	José Barreto Cotrim de Almeida	<b>Pirahy</b> – Freguesia da Vila;  <b>Pirahy</b> – Freguesia do Arrozal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negociantes;</li> <li>• Fazendeiro de Café;</li> <li>• Subdelegado Substituto;</li> <li>• Negociante, Fazendeiro de Café;</li> <li>• Juiz de Paz; Eleitor;</li> <li>• Subdelegado Substituto; Juiz de Paz; Negociantes; Fazendeiro de Café;</li> <li>• Subdelegado Substituto; Juiz de Paz; Negociantes; Fazendeiro de Café;</li> <li>• Subdelegado Substituto; Negociantes; Fazendeiro de Café.</li> </ul>
1853	José Barreto Cotrim de Almeida Filho	<b>Pirahy</b> – Freguesia do Arrozal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiro de Café.</li> </ul>
1853	Pedro Barreto Cotrim de Almeida	<b>Pirahy</b> – Freguesia do Arrozal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiro de Café.</li> </ul>
1854  1862 1867 1868	José Custódio Cotrim da Silva	<b>Rio Bonito</b> – Freguesia da Vila  <b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Juiz Municipal Substituto, de Órfãos e Comercial;</li> <li>• Delegado;</li> <li>• Fazendeiros e Lavradores de Café;</li> <li>• Fazendeiro e Lavradores de Café em Pequena Escala;</li> <li>• Fazendeiro e Lavradores de Café em Grande Escala.</li> </ul>
1850	Antônio Cotrim da Silva	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazendeiros de Café e Capitalista;</li> </ul>

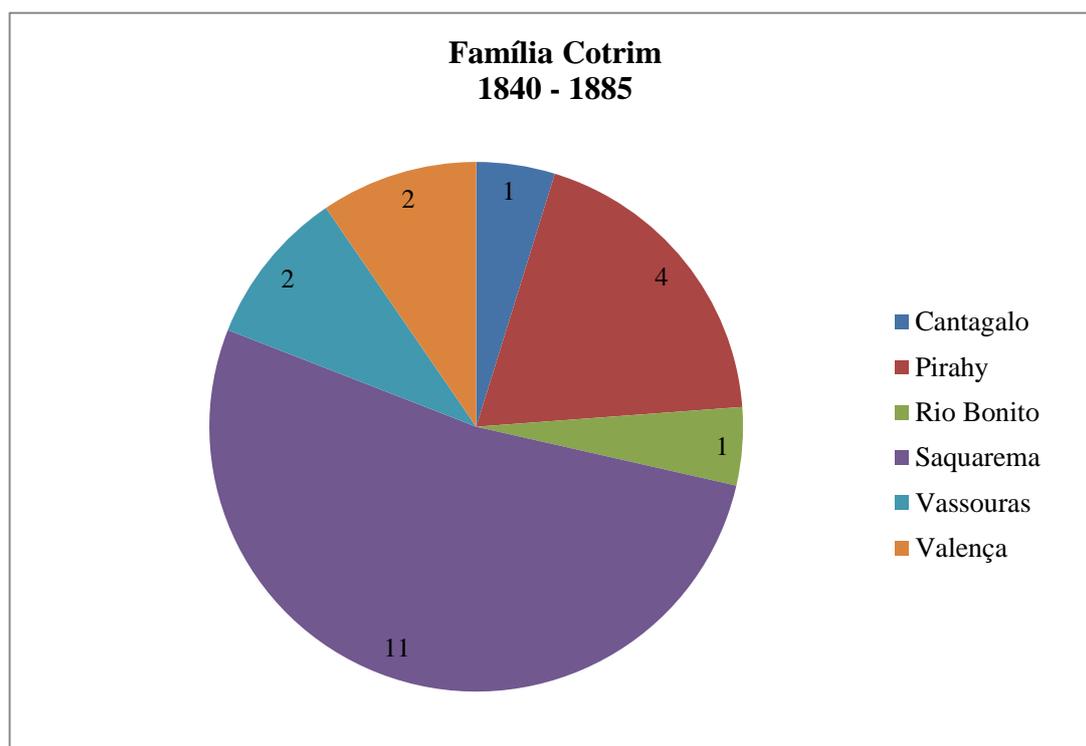
<sup>24</sup> Levamos em consideração apenas o nome Cotrim com a grafia terminada em M por ser a mesma do nome do Joaquim Nery, muito embora tenham sido encontradas grafias terminadas em N.

1856		Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazendeiros e Lavradores de Café.</li> </ul>
1850 1856	Custódio José Cotrim da Silva	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazendeiros de Café e Capitalista;</li> <li>Fazendeiros e Lavradores de Café.</li> </ul>
1852 1862	Custódio Cotrim da Silva	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazendeiros de Café e Capitalista.</li> <li>Médico</li> </ul>
1858	Domingos Freitas Cotrim	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazendeiros e Lavradores de Café.</li> </ul>
1859 1862 1867	Basílio Cotrim Antunes de Carvalho	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lojas de Fazendas, Louças, Ferragens, Secos e Molhados;</li> <li>Fazendeiros e Lavradores de Café;</li> <li>Fazendeiros e Lavradores de Café em Pequena Escala.</li> </ul>
1862 1867	José Cotrim Antunes de Carvalho	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazendeiros e Lavradores de Café;</li> <li>Fazendeiros e Lavradores de Café em Pequena Escala.</li> </ul>
1869	José Cotrim da Costa e Silva	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escrivão – 3º distrito.</li> </ul>
1871	Antônio Cardoso Cotrim da Silva	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lavradores de Café em Grande Escala.</li> </ul>
1878	Maria Angélica Cotrim	<b>Saquarema</b> – Freguesia de Nossa Senhora do Mato – Grosso	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lavradores em Pequena e Grande Escalas.</li> </ul>
1879	Maria Joaquina Cotrim	<b>Saquarema</b> – Freguesia Nossa Senhora de Nazaré (Vila)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazendeiro e Lavradores de Café em Pequena e Grande Escalas.</li> </ul>
1877	Dr. Torres Cotrim	<b>Valença</b> – Freguesia Nossa Senhora da Glória	<ul style="list-style-type: none"> <li>Médicos e Cirurgiões.</li> </ul>
1879	Duarte Gomes Cotrim	<b>Valença</b> – Freguesia Nossa Senhora da Glória: povoação do Desengano	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazendeiro.</li> </ul>
1865	Augusto Cotrim de Carvalho e Vasconcelos	<b>Vassouras</b> – Freguesia Nossa Senhora da Conceição	<ul style="list-style-type: none"> <li>Hospedarias</li> </ul>
1866	Augusto Cotrim Carvalho	<b>Vassouras</b> – Freguesia Nossa Senhora da Conceição	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mordomo do Hospital Santa Casa de Misericórdia</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert 1848-1885*.

Ao analisarmos o quadro 2, encontramos 18 homens e 2 mulheres que, em sua maioria, estavam ligados ao cultivo do café com: 12 pessoas ligadas a esta atividade, 3 lavradores não especificados a cultura e 5 pessoas ligadas a outras atividades que não rurais, a saber: 1 negociante, 1 escrivão, 1 médico, 1 mordomo da Santa Casa de Misericórdia e 1 proprietário de hospedaria.

**Gráfico 2: Distribuição dos Cotrim Registrados no Almanak Laemmert – 1848 à 1885.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert* 1848-1885. O gráfico apresenta um indivíduo a mais, porque um indivíduo está presente em dois municípios: Rio Bonito e Saquarema.

Quando comparamos os gráficos 1 e 2, percebemos que as famílias Santa Rita e Cotrim estiveram na região de Saquarema e, ao recorrermos aos quadros 1 e 2, percebemos que na mesma época, entre 1850 e 1860. Isso talvez possa explicar como as duas famílias se uniram através do matrimônio de José Manoel e Henriqueta. É possível que as famílias se conhecessem e/ou tivessem algum tipo de relação (pessoal ou comercial, ou as duas), uma vez que possuíam o mesmo negócio: o café.

As famílias também estavam inseridas politicamente nas localidades a que pertenciam. Ocupavam cargos de inspetores e fiscais de quarteirão e escolas, no caso

dos Santa Rita e de juiz municipal, delegados, subdelegados e juiz de paz no caso dos Cotrim. Alguns destes cargos também foram ocupados por José Manoel e Joaquim Nery em Iguassú, como veremos no decorrer deste trabalho.

A partir dos dados obtidos, não podemos afirmar qual a relação de parentesco entre a maioria dos membros de cada família e nem mesmo ligá-los a José Manoel e Joaquim Nery, porém, podemos inferir que algum grau de parentesco devia existir. Mattos (2013) afirma que a mobilidade espacial “era comum a “ricos” e “pobres”” e, “se fazia preferencialmente entre áreas próximas em busca de laços que lhe garantissem o acesso costumeiro à terra, ou de outras formas de sobrevivência” (MATTOS, 2013: 41, 43). Neste sentido, José Manoel e Joaquim Nery exemplificam esse padrão de mobilidade.

Ainda analisando os dados das famílias Cotrim e Santa Rita, não podemos deixar de observar que se tratavam de lavradores de café de grande e médio porte em sua maioria, logo, possuíam escravos e capital para investimentos. Sem dúvida, a condição financeira familiar permitiu José Manoel se transferir com sua família de Capivary para Iguassú e lá montar uma nova botica/farmácia, pois o processo de desmontar/transferir/montar um estabelecimento certamente não era barato. Ainda, é importante levar em consideração a rede de sociabilidade e influências que a família estava inserida e que, de alguma forma, facilitou sua fixação na nova região.

Segundo Velloso (2007), “a ocupação de farmacêutico por si só não garantia um lugar ao sol, dependia muitas vezes dos contatos ou apadrinhamentos a começar pela titulação pelos meios oficiais e depois a colocação” (VELLOSO, 2007: 109). Como veremos no decorrer do trabalho, José Manoel possuía as duas condições: tanto o reconhecimento “pelos meios oficiais”, como uma vasta rede de sociabilidade.

Quando recorremos a outras fontes, encontramos referências a outros Santa Rita nas mesmas regiões encontradas no *Almanak Laemmert* e que não estavam listados no mesmo. Por exemplo, localizamos no jornal *Correio Mercantil* de 20/04/1859 o anúncio a seguir:

Figura 10: Jornal Correio Mercantil – 1859.



Fonte: *Correio Mercantil* 20/04/1859: 1.

O próprio Joaquim Nery deixa em seu Livro de Assento, referências de pessoas da família na região de Capivary e Macaé depois que ele e seu pai saíram da região:

Faleceu – faleceu meu irmão Alberto, em Imbahy, N. S. da Lapa de Capivary, no dia 12 de Agosto de 1924, as 22,45 minutos.

Faleceu – faleceu minha sobrinha<sup>25</sup> filha de Alberto em Macaé, a que chamava-se Esther.

Faleceu – faleceu minha irmã Jovita em 15 de janeiro de 1925 em Imbahy [localidade de Capivary] (SANTA RITA, 1894: 6).

Não encontramos nenhuma documentação e nem mesmo informações no Livro de Assento que explicasse porque estes irmãos de Joaquim Nery não migraram com a família, mas podemos inferir que poderiam já ter constituído suas próprias famílias e, por isso, permaneceram em Capivary.

É neste contexto de mobilidade urbana, de uma região em transformação e atingida por epidemias que se instalaram profissionalmente José Manoel e Joaquim

<sup>25</sup> O falecimento da sobrinha está relatado entre os falecimentos do irmão Alberto, pai da menina, e da irmã, nos levando a crer que, mesmo sem a data de falecimento, este deve ter ocorrido entre agosto de 1924 e janeiro de 1925.

Nery. No próximo capítulo, tentaremos compreender melhor a inserção destes personagens na prática farmacêutica, sobretudo relacionando-a às localidades em que atuaram.

## CAPÍTULO II

### O OFÍCIO FARMACÊUTICO

Neste capítulo abordaremos as transformações que ocorreram em relação às práticas de cura, buscando analisar a legislação que regulamentava a prática farmacêutica e médica, embora esta questão permeie toda a dissertação. Buscaremos identificar, descrever e analisar a rede de sociabilidade do boticário José Manoel e do prático de farmácia Joaquim Nery do final do século XIX, início do XX na periferia da Corte. O prestígio, a importância deles/desse ofício para a assistência à saúde, assim como outros Santa Rita estavam envolvidos com ofícios relacionados às artes de curar, assim como outros Santa Rita estavam envolvidos com ofícios relacionados com às artes de curar.

Interessa-nos neste momento, comparar as atividades desenvolvidas por José Manoel e Joaquim Nery durante o período estudado com o que acontecia no resto do país, cruzando as informações deixadas no Livro de Assento com outras fontes consultadas. Na primeira parte vamos explorar os números de boticários que atuavam nas localidades de Capivary e Iguassú. Na sequência, apontaremos como se deu o processo de estabelecimento de José Manoel profissionalmente na nova localidade baseado na legislação vigente, e as atuações dele e do filho. Neste contexto, é fundamental entender em que rede de sociabilidade este prático e este boticário estavam inseridos e, este será o tema da última parte deste capítulo.

#### **2.1 – Os Boticários em Números: entre médicos e cirurgiões.**

Ao longo do tempo, o exercício das práticas terapêuticas sofreu consideráveis mudanças, principalmente na primeira metade do século XIX, com a organização da corporação médica em torno de faculdades, periódicos especializados e sociedades científicas e sua luta para monopolizar as artes de curar. Nesse período, foram redefinidas a autorização e a fiscalização do exercício terapêutico (PIMENTA, 2004; PIMENTA E COSTA, 2008).

Apesar de suas limitações legais, era comum em diversas regiões do país que boticários/farmacêuticos, práticos de farmácia, cirurgiões ou dentistas fizessem às vezes de médicos, diagnosticando e prescrevendo eles próprios os medicamentos, situação que

se prolongaria por todo o Oitocentos. Especificamente no caso dos boticários, era comum estes agentes dividirem seu tempo entre as boticas/farmácias e o atendimento domiciliar aos doentes (MARQUES, 1999: 175; PIMENTA, 2004: 68; FIGUEIREDO, 2005: 63; VELLOSO, 2007: 227).

A clássica divisão de trabalho neste período estava entre os físicos ou médicos responsáveis por medicar os pacientes; os cirurgiões capazes de intervir no corpo e os boticários encarregados de manipular os medicamentos. Porém, esta divisão possuía fronteiras permeáveis, com a presença de outros profissionais que atuavam nestes espaços de cura, como curandeiros, barbeiros e parteiras. Além disso, esta separação hierárquica, não significava que estes atores não fizessem às vezes uns dos outros (PIMENTA, 2003a, 2003b; FIGUEIREDO, 2005, 2008).

Os práticos de farmácia sem formação acadêmica podiam atuar em situações especiais como médicos desde que tivessem determinados aprendizados práticos (PIMENTA, 2004; FIGUEIREDO, 2005). Justificava-se essa flexibilidade devido à dificuldade de acesso da população aos médicos ao longo do Oitocentos, dada a carência numérica de profissionais formados e a distância destes para algumas localidades e da própria população para os centros urbanos. Porém, diversas pesquisas demonstram que no dia a dia a população não se importava com esses critérios oficiais e não reconhecia os médicos como os únicos detentores de saberes capazes de cuidar e curar suas moléstias e aflições (PIMENTA, 1998; SAMPAIO, 2001; VELLOSO, 2007).

O fato de um terapeuta ter um diploma não fazia diferença na hora da escolha por atendimento e era muito comum que pessoas mais abastadas da sociedade também recorressem a curandeiros, parteiras e todo tipo de terapeutas não oficializados, tanto para seus males físicos, como espirituais (PIMENTA, 1998, 2004; SOARES, 2001). Nas cidades mais afastadas, Maria Regina Guimarães (2016) aponta que, se os médicos interferissem nas crenças já estabelecidas da localidade em que atuavam, não seriam bem aceitos (GUIMARÃES, 2016: 30).

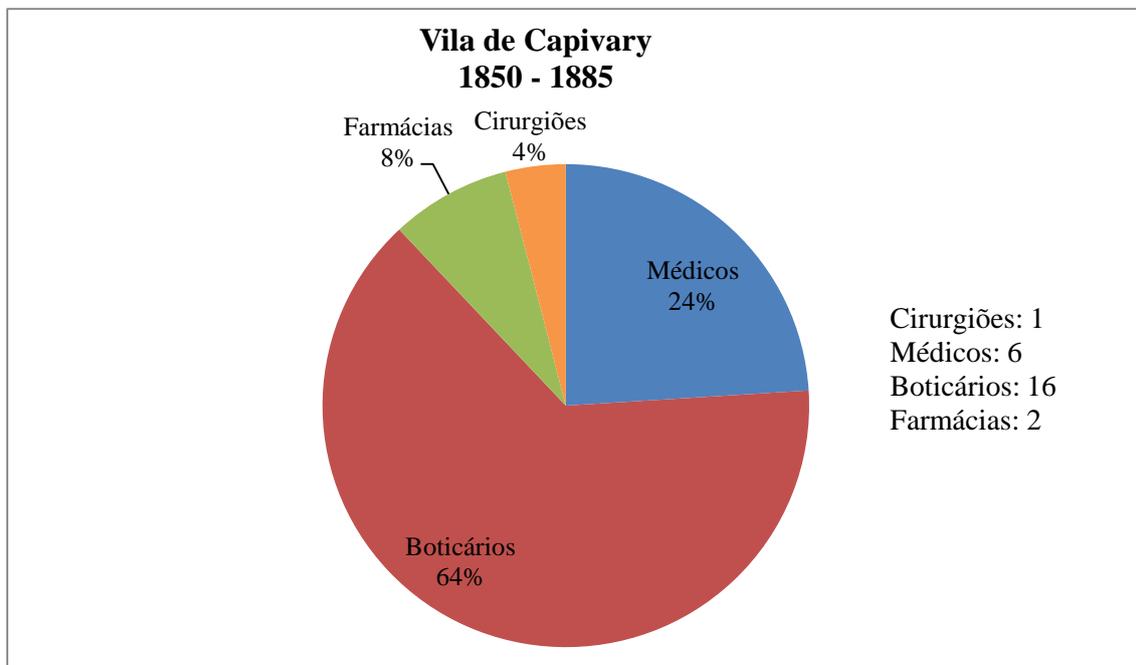
Uma boa ideia desta situação pode ser dada pelos gráficos 3 e 4. Neles aparece o número de médicos, cirurgiões, boticários e farmacêuticos<sup>26</sup> que trabalharam na Vila de

---

<sup>26</sup> Essa divisão entre médico, cirurgião, boticários e farmacêuticos é a utilizada pelo *Almanak Laemmert*, e não nos foi possível através dela entender como era feita a diferenciação entre as profissões.

Capivary e no município de Iguassú, nos períodos entre 1850 e 1885<sup>27</sup>, que estão registrados no *Almanak Laemmert*.

**Gráfico 3: Número de Cirurgiões, Médicos, Boticários e Farmácias<sup>28</sup> na Vila de Capivary – 1850 à 1885.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert* – 1850 a 1885. Os boticários Francisco Dias Pinto Figueiredo e Manoel Rodrigues Fernandes aparecem nos anos de 1883 e 1885 registrados como farmácias e não boticários.

Podemos observar no gráfico acima, que o número de boticários durante o período foi superior ao número de médicos, indo ao encontro do que a historiografia aponta, como foi mencionado anteriormente. Esses números corroboram com a ideia de que, os boticários, em muitas localidades, faziam as vezes de médicos, principalmente quando observamos que entre os anos de 1856 e 1861, não existiam na Vila de Capivary nenhum médico ou cirurgião<sup>29</sup> registrado no *Almanak*. Embora este dado não signifique que eles não pudessem existir, indica que os boticários locais desempenhavam um papel

---

Possivelmente pode estar relacionado a obtenção do título de farmacêutico a partir da implementação da escola de medicina e cirurgia que passou a ministrar o curso de farmácia em 1832.

<sup>27</sup> Estamos utilizando este recorte temporal por contemplar a época que José Manoel se encontrava na Vila de Capivary até o período de sua transferência para o município de Iguassú, possibilitando uma comparação entre as localidades. Para as datas posteriores, as informações sobre a Vila e o município são incompletas ou inexistentes dificultando a comparação dos dados.

<sup>28</sup> A categoria “farmácias” é dada pelo *Almanak Laemmert* e, a incluímos no gráfico por não haver esta separação para o município de Iguassú, onde os empresas estavam incluídas na categoria boticários, facilitando assim, a comparação entre as localidades.

<sup>29</sup> Só aparece no *Almanak Laemmert* 1 cirurgião nos anos de 1850 a 1855, não sendo mais esse agente registrado na Vila.

importante na assistência à saúde da população. Do mesmo modo, estes dados não descartam a existência de outros agentes de cura atuando na região.

Ainda aparecem registrados como farmácia os nomes de Francisco Dias Pinto Figueiredo e Manoel Rodrigues Fernandes<sup>30</sup> para os anos de 1883 e 1885, e os de Eduardo Henrique da Silveira e Marcelino Jardim Guimarães & C<sup>31</sup> para o ano de 1885. Preferimos deixar separada esta classificação no gráfico, para seguirmos a ordenação dada pelo *Almanak*. Aqui também cabe uma explicação a respeito destes registros, eles não se tratam de anúncios pagos e sim a relação de terapeutas presentes nestas localidades ao longo do tempo.

Segundo os registros do *Almanak Laemmert*, 16 boticários atuaram na Vila de Capivary entre 1850 e 1885 (quadro 3) e, o que mais tempo exerceu atividade foi Manoel Rodrigues Fernandes que o fez por 24 anos, de 1850 a 1866; 1871; 1874 a 1877 e em 1883 e 1885, a maioria dos boticários estava sediado na freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivary.

**Quadro 3: Relação de Boticários Atuantes na Vila de Capivary, Registrados<sup>32</sup> no Almanak Laemmert - 1850 à 1885.**

Boticários/ Farmacêuticos	Freguesia	Período	Anos
Manoel Rodrigues Fernandes	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1850 a 1866; 71; 74 a 77; 83; 85	24
Francisco Dias Pinto de Figueiredo <sup>33</sup>	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1866 a 1871; 74 a 81; 83; 85	16
João Manoel da Motta	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1850 a 1854; 59 a 62; 66 a 70	15
Fortunato Joaquim da Silva	Nossa Sr <sup>a</sup> do Amparo de Correntezas	1852 a 1861	10
José Manoel de Santa Rita	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary Curato de Gaviões	1858 a 1865; 1870 a 1871	10
Amaro José Gomes da Silva	Nossa Sr <sup>a</sup> do Amparo de Correntezas	1852 a 1857	08
José Ferreira da Silva Campos	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1858 a 1865	08
Hermínio Cândido de Assis Lopes	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1850 a 1854	05
Jacinto Gonçalves de Siqueira	Curato de Gaviões	1865 a 1869	05
Manoel Rodrigues Fernandes Neto <sup>34</sup>	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1877 a 1880	04
José Antônio da Silva	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1855 a 1857	03

<sup>30</sup> Estes dois agentes já estavam relacionados no *Almanak* como boticários em períodos anteriores ao de 1883, quando aparece a classificação “farmácias”.

<sup>31</sup> Estes dois agentes não estavam relacionados no *Almanak* como boticários/farmacêuticos, mas para comparações iguais em relação ao município de Iguassú, foram incluídos no quadro 3.

<sup>32</sup> Para o ano de 1873, não há informações no *Almanak* sobre o município, e para os anos de 1872 e 1884, não foi possível localizar as informações da Vila.

<sup>33</sup> Denominado farmacêutico a partir de 1879. Não há explicação no *Almanak* para esta troca.

<sup>34</sup> Denominado farmacêutico a partir de 1879. Não há explicação no *Almanak* para esta troca.

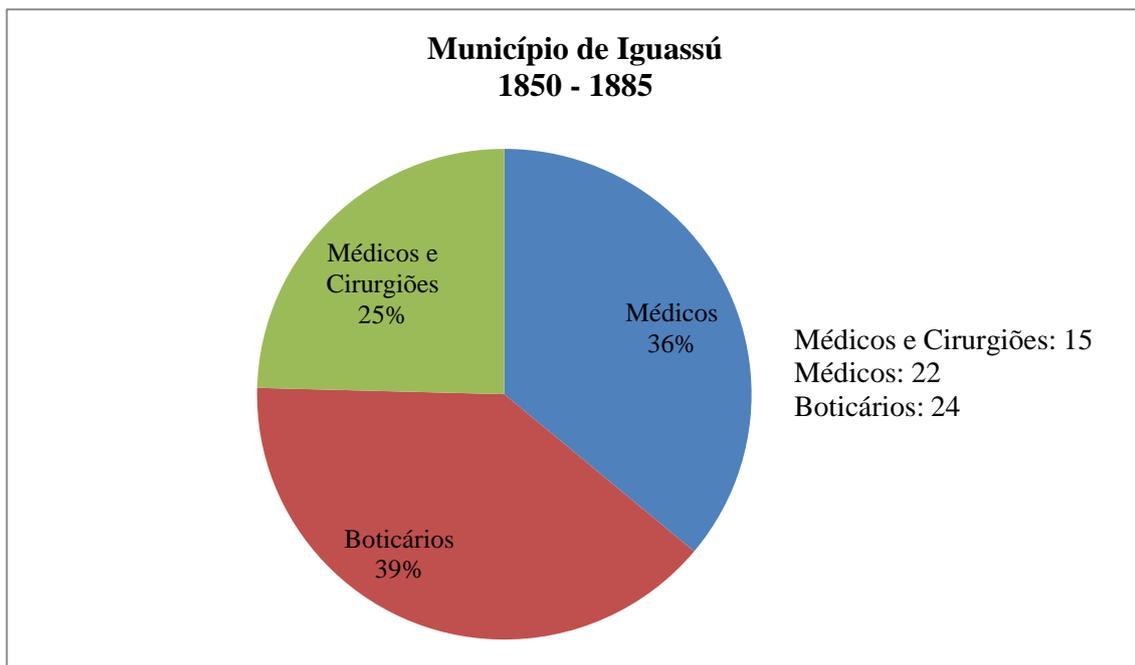
Onofre Francisco Hermes	Curato de Gaviões	1863 a 1867	02
Eduardo Henrique da Silveira	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1883 e 1885	02
Marcelino Jardim Guimarães & C	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1883 e 1885	02
José de Freitas Brandão	Nossa Sr <sup>a</sup> da Lapa de Capivary	1870	01
Antônio Rodrigues Maia Sobrinho	Curato de Gaviões	1871	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert* 1850-1885.

Ainda segundo os registros do *Almanak*, todos os boticários atuaram em apenas uma localidade. A única exceção é o boticário José Manoel de Santa Rita registrado na Freguesia de Nossa Sr<sup>a</sup> da Lapa de Capivary de 1858 a 1865 e depois, no Curato de Gaviões nos anos de 1870 e 1871. O boticário não aparece mais no *Almanak Laemmert* como boticário a partir de 1871, mas não podemos afirmar que ele não tenha continuado a prestar assistência à população local, pois seu nome reaparece como Fiscal de Escolas Particulares na mesma localidade em 1874 (LAEMMERT, 1874:106).

Quanto ao município de Iguassú, médicos e boticários aparecem em todos os anos ao longo do período analisado (gráfico 4), mas registros sobre cirurgiões aparecem apenas até o ano de 1868. A diferença numérica destes agentes de cura em relação a Vila de Capivary pode ser explicado, provavelmente, pela distância da Vila e do município em relação ao Rio de Janeiro. Se traçarmos uma linha reta da sede da Vila de Capivary até o Rio de Janeiro, encontramos a distância de 79 Km separando as duas, enquanto a de Iguassú seria de apenas 39,8 Km (IBGE, 1959). Isso, possivelmente, tornaria o acesso a primeira mais difícil e demorado, não despertando muito interesse nestes profissionais por atuar na localidade.

**Gráfico 4: Número de Médicos e Cirurgiões, Médicos e Boticários<sup>35</sup> no Município de Iguassú - 1850 à 1885.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert*, 1850-1885. Com relação à classificação médicos e cirurgiões, apenas um agente está relacionado apenas como cirurgião.

Outro dado interessante é que a diferença da porcentagem entre médicos e boticários nos sugere que o atendimento à população de Iguassú fosse mais equilibrado entre os dois agentes. Isso não exclui a possibilidade de que, em algumas localidades o atendimento à população fosse realizado por um e/ou por outro destes agentes e até mesmo por outros agentes, como barbeiros, curandeiros e parteiras.

Os dados do município de Iguassú em relação ao tempo de atuação dos boticários na região apontam que 24 destes praticantes das artes farmacêuticas estiveram presentes e que o boticário Antônio Ribeiro de Oliveira atuou na localidade por mais tempo, 15 anos, segundo os registros do *Almanak*, como pode ser observado no quadro 4.

<sup>35</sup> Estamos seguindo para a construção do gráfico, a mesma classificação do *Almanak Laemmert*: médicos e cirurgiões, médicos e boticários. Preferimos não incluir a classe “farmacêuticos”, por não haver nenhum nome novo ao que existia no de boticário. Vamos apenas sinalizar no quadro 4, quando passaram a ter a nova denominação.

**Quadro 4: Relação de Boticários Atuantes no Município de Iguassú<sup>36</sup>, Registrados no Almanak Laemmert – 1850 à 1885.**

Boticários/ Farmacêuticos	Freguesias	Período	Anos
Antônio Ribeiro de Oliveira	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade	1850 a 1864	15
Joaquim Coutinho da Silva <sup>37</sup>	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade	1854 a 1858; 1873; 1877 a 1881; 83; 85	13
Antônio d'Oliveira Moraes <sup>38</sup>	Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1861 a 1870; 1875 e 1876	12
José Gonçalves Cruz <sup>39</sup>	São João Baptista de Merity <sup>40</sup> Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1854 e 1855 1868 1863 a 1870	10
Marcelino José de Almeida <sup>41</sup>	Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1876 a 1883; 1885	09
Clementino José Brandão	Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1854 a 1862	09
Joaquim José Coutinho da Silva	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade	1850 a 1853; 1859 a 1861	07
Antônio José Martins	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade	1851 e 1852; 1854 a 1858	07
João José Couto Braga <sup>42</sup>	Santo Antônio de Jacotinga	1869; 1875 a 1879; 1885	07
Antônio Manoel de M. Coutinho	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade	1859 a 1865	07
Antônio de Carvalho	Santo Antônio de Jacotinga	1856; 1858 a 1863	07
Pedro Avena	Santo Antônio de Jacotinga	1859 a 1864	06
José Mendes Faria <sup>43</sup>	Santo Antônio de Jacotinga Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1871 1875 a 1879	06
Fernando Antônio de Oliveira Moraes	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1864 1880 a 1883; 1885	06
José Francisco Rozas	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade	1868 a 1871	04
Pedro José d'Avena	Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú Santo Antônio de Jacotinga	1861 e 1862 1865	03
Ludovino José de Oliveira	Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1856 a 1858	03
Victor José da Silva & Braga	Santo Antônio de Jacotinga	1866 a 1868	03
Antônio José de Carvalho	Santo Antônio de Jacotinga <sup>44</sup>	1854 e 1855	02
Luiz José Ramos Drumond	Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1859 e 1860	02
Custódio Marinho Bastos & C	Santo Antônio de Jacotinga	1864 e 1865	02
Gonçalves Cruz & C	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade	1866 e 1867	02
Antônio Manoel de Jesus Couto	Nossa Sr <sup>a</sup> da Piedade	1859	01
Manoel Antônio de Souza	Nossa Sr <sup>a</sup> da Conceição de Marapicú	1859	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert* 1850-1885.

<sup>36</sup> Para o ano de 1874, não há informações no *Almanak* sobre o município.

<sup>37</sup> Denominado farmacêutico nos anos de 1873, 79, 80,81, 83 e 85, e boticário nos anos de 1877 e 78. Não nos foi possível entender esta diferenciação, uma vez que o *Almanak Laemmert* não tem nenhuma informação neste sentido, talvez possa ser explicado pelo tipo de informação passada ao periódico.

<sup>38</sup> Denominado farmacêutico em 1876.

<sup>39</sup> Aparece como Capitão José Gonçalves Cruz a partir de 1863, provavelmente isso se deve ao pelo reconhecimento dado a ele pela pessoa que passava as informações para o *Almanak* em cada freguesia.

<sup>40</sup> Em 1882 passa a ser assim denominada no *Almanak Laemmert*: Freguesia de São João de Merity na Pavuna, e em 1883 o destaque é para a denominação Pavuna.

<sup>41</sup> Denominado farmacêutico em 1876.

<sup>42</sup> Denominado farmacêutico em 1885.

<sup>43</sup> Denominado farmacêutico a partir de 1875.

<sup>44</sup> No ano de 1885 aparece no *Almanak Laemmert* a denominação Maxambomba entre parênteses abaixo do nome da freguesia.

Ao observarmos o quadro 4, é possível identificar 3 empresas listadas como boticários/farmacêuticos no *Almanak Laemmert*, sendo elas: Victor José da Silva & Braga, Custódio Marinho Bastos & C, Gonçalves Cruz & C, porém, preferimos deixá-las separadas como se apresentaram, por até o momento não termos localizado todos seus sócios e podermos fazer a contabilização exata dos anos em que estiveram atuando nas respectivas localidades. Quando comparamos com Capivary, apenas uma empresa foi registrada na Vila: Marcelino Jardim Guimarães & C. classificada como farmácia, junto com o nome de mais 3 pessoas, a saber: Francisco Dias Pinto Figueiredo, Manoel Rodrigues Fernandes e Eduardo Henrique Silveira, este último, o único que não aparece na lista de boticários que atendia na Vila, como mencionado anteriormente.

Os registros referentes ao município de Iguassú apresentam outra diferença em relação aos de Vila de Capivary, que é a presença de boticários registrados em locais diferentes ao mesmo tempo, como o caso do boticário José Gonçalves Cruz, que tem seu registro ligado a três freguesias diferentes, assim como os de José Mendes Faria, Fernando Antônio de Oliveira Moraes e Pedro José d’Avena, ligados a duas freguesias diferentes. Este pode ser um indicativo de que estes agentes estivessem à disposição para atendimento apenas alguns dias da semana em cada localidade.

Para um melhor entendimento dos números apontados nos gráficos acima é importante entender a evolução populacional da Vila e do município. Para isso será utilizado o quadro 5 que, apesar de obter um recorte temporal diferente dos gráficos, nos permite ter uma boa ideia da quantidade de habitantes da Vila e do município.

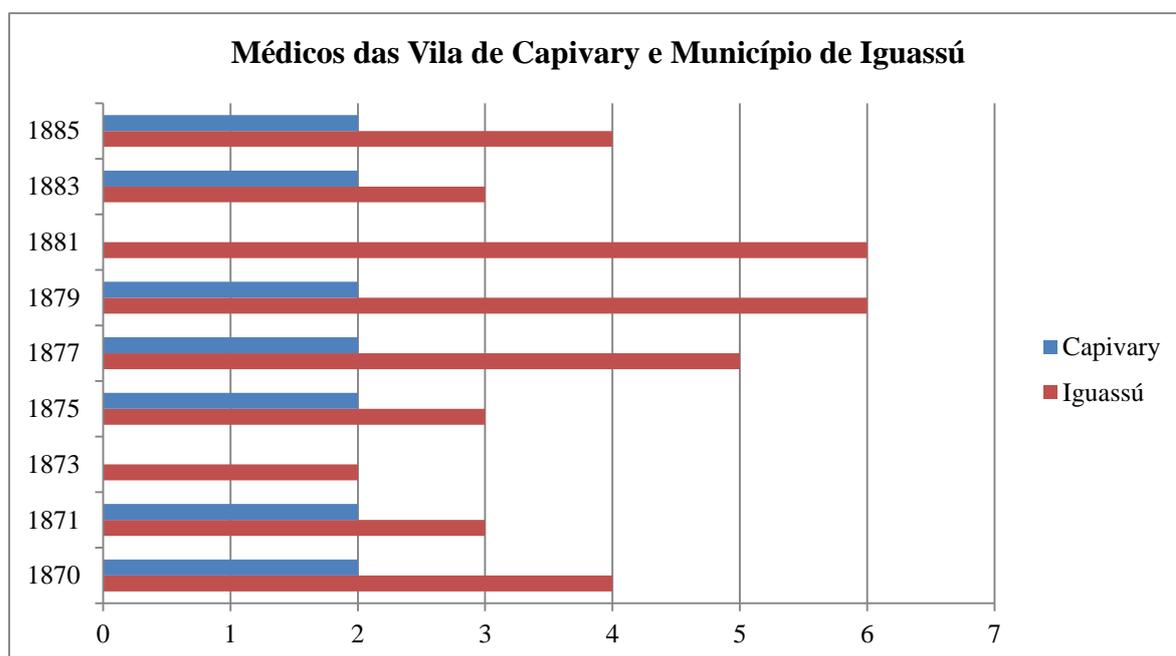
**Quadro 5: Evolução populacional da Vila de Capivary e do Município de Iguassú – 1872 à 1940**

Vila/Município	1872			1900	1920	1940		
	Total	Livre	Escrava	Total	Total	Total	Urbana	Rural
Capivary	17.286	13.348	3.938	17.572	25.406	14.120	910	13.210
Iguassú	21.065	14.081	6.984	18.629	33.396	140.606	110.679	29.927

Fonte: Adaptado de IBGE, 2017, p.215-216.

Se compararmos os anos compreendidos entre 1870 e 1885 da Vila e do município levando em consideração a quantidade de médicos, boticários e farmacêuticos encontraremos os seguintes dados, apontados no gráfico 5:

**Gráfico 5: Número de Médicos<sup>45</sup> na Vila de Capivary e no Município de Iguassú – 1870 à 1885.**



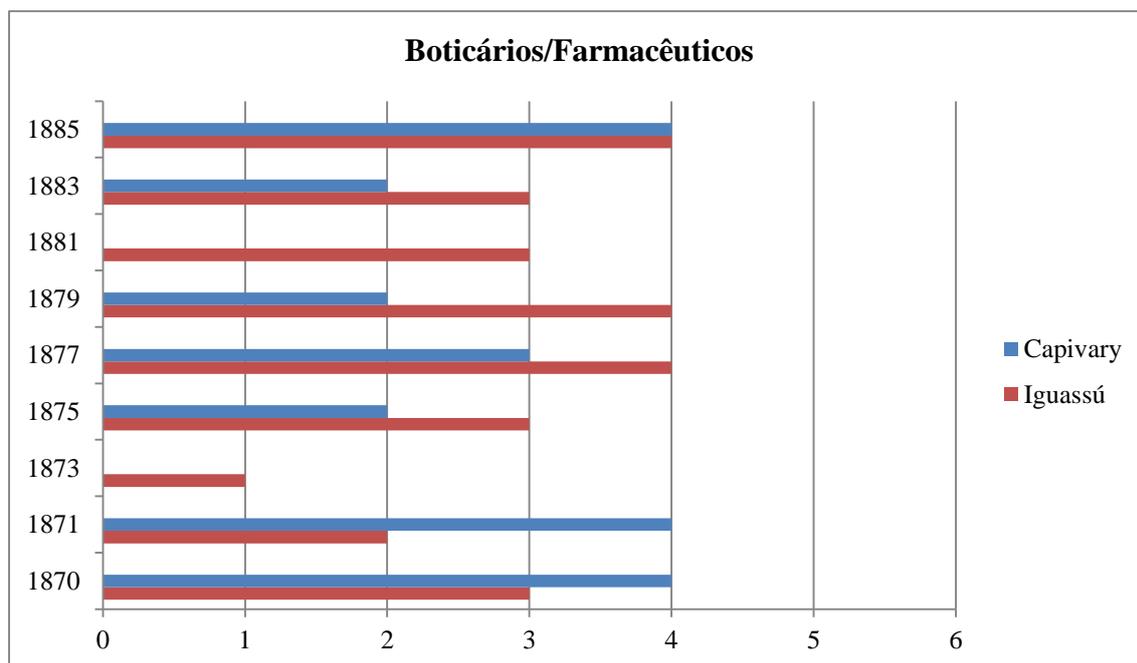
Fonte: Elaboração da autora a partir do *Almanak Laemmert*, 1870 – 1885. Para os anos de 1873 e 1881, não há informações sobre a Vila de Capivary no *Almanak Laemmert*.

Tomando por base o número populacional da Vila e do município em 1872 apontado no quadro 5, podemos verificar que em Capivary, em 1870, havia um médico, em média, para cada 6.674<sup>46</sup> pessoas, enquanto que em Iguassú haveria um médico para cada 3.520 pessoas.

<sup>45</sup> Não levamos em consideração neste gráfico a classificação “médicos e cirurgiões” referentes ao município de Iguassú, uma vez que não tínhamos elementos para uma separação segura destes agentes. Provavelmente, o número de médicos em Iguassú era superior ao apresentado no gráfico.

<sup>46</sup> Estamos levando em consideração apenas o número da população livre, uma vez que o tratamento dos escravos era considerado de responsabilidade de seus proprietários.

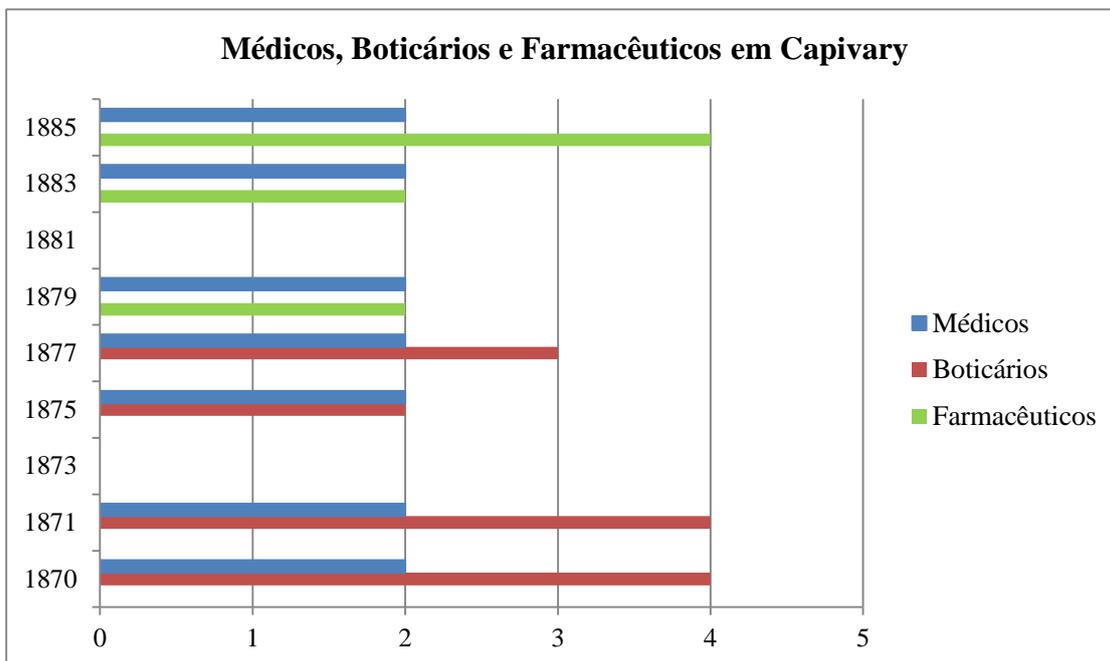
**Gráfico 6: Número de Boticários/Farmacêuticos na Vila de Capivary e no Município de Iguassú – 1870 à 1885.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert*, 1870 – 1885. Para os anos de 1873 e 1881, não há informações sobre a Vila de Capivary no *Almanak Laemmert*. Em Capivary aparecem nos anos de 1876 à 1879 boticários e farmacêuticos, que foram considerados como a mesma categoria para classificação no gráfico, mas a partir de 1880 não há mais no *Almanak* menção a boticários nas duas localidades, apenas farmacêuticos. Também consideramos as informações referentes a farmácias da Vila como boticários, uma vez que, para o município de Iguassú eles estão registrados como boticários.

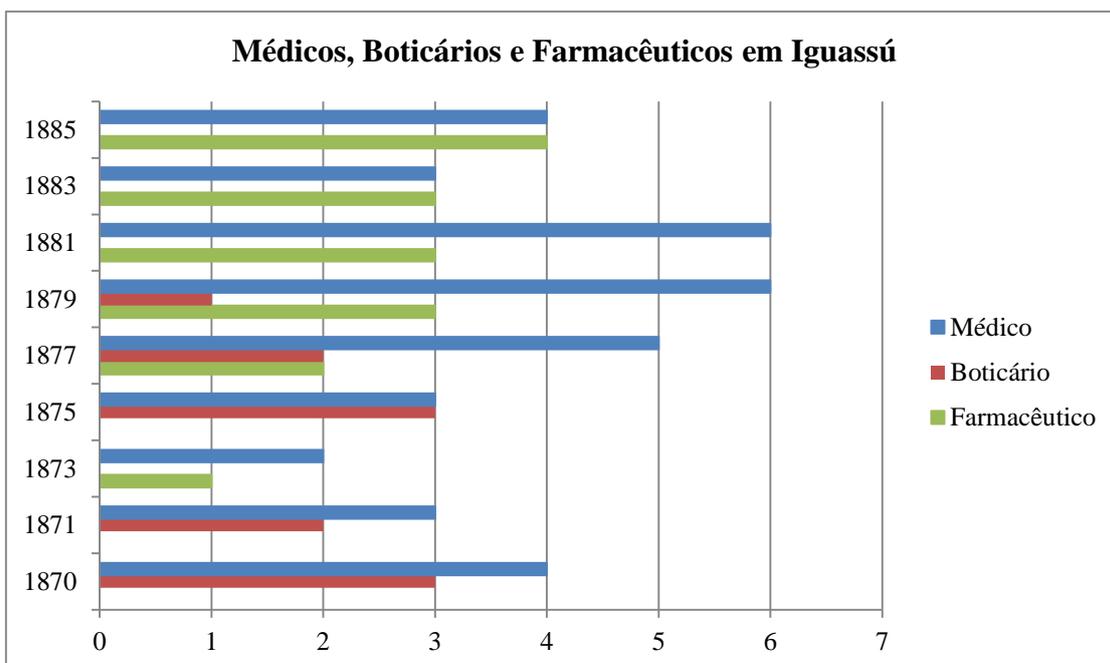
Se compararmos nas duas localidades o número de médicos, boticários e farmacêuticos vamos perceber que Capivary apresenta o número de boticários maior ou igual ao número de médicos entre 1870 e 1885. Para Iguassú, o número de boticários/farmacêuticos e médicos é o mesmo para os anos de 1875, 1883 e 1885, como pode ser observado nos gráficos 7 e 8.

**Gráfico 7: Número de Médicos, Boticários e Farmacêuticos da Vila de Capivary – 1870 à 1885.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert*, 1870 – 1885. Para os anos de 1873 e 1881, não há informações sobre a Vila de Capivary no *Almanak Laemmert*.

**Gráfico 8: Número de Médicos, Boticários e Farmacêuticos do Município de Iguassú – 1870 à 1885.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do *Almanak Laemmert*, 1870 – 1885.

É importante salientar que este é um levantamento inicial sobre os terapeutas a partir do *Almanak Laemmert*, e merece um aprofundamento, contribuindo para conhecermos um pouco mais sobre a assistência disponível nessa região e para situarmos melhor a atuação de José Manoel e Joaquim Nery.

A dificuldade de fiscalização dos ofícios de cura foi uma constante ao longo do tempo. Mesmo entre 1864 e 1883 quando Pereira Rego<sup>47</sup>, então presidente da Junta de Higiene, procurou dar maior atenção a tarefa de fiscalizar o exercício profissional da medicina e da farmácia, a dificuldade persistiu fosse pela falta de estrutura para tal, de pessoal, de recursos, ou pela combinação de alguns destes fatores ou todos (DELAMARQUE, 2011: 123; DANTAS, 2013: 43).

Este cenário repleto de disputas e lutas pela institucionalização e profissionalização médica e farmacêutica, contava também com mudanças na formação profissional. No caso dos práticos e boticários, a transmissão de conhecimento que acontecia do mais velho para o aprendiz ou de pai para filho, passou para um modelo acadêmico, resultando na substituição destes por farmacêuticos diplomados (PIMENTA, 1998, 2004; SANTOS, 2007; PIMENTA E COSTA, 2008).

Os espaços voltados para a formação profissional começaram a ser criados em 1808 com a chegada da Corte, quando foram instituídas a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro<sup>48</sup> e a Escola de Cirurgia da Bahia<sup>49</sup>, que, em 1813 e 1815 passaram a Academias Médico-Cirúrgicas respectivamente. Em 1832 foram criadas as Faculdades de Medicina com cursos voltados para a formação de médicos, farmacêuticos e parteiras. Porém, apenas em 1839 foi fundada a primeira Escola de Farmácia<sup>50</sup>, em Ouro Preto, Minas Gerais que foi também a primeira escola de farmácia da América do Sul (SANTOS, 2007: 1039).

O Oitocentos também foi marcado pela criação de associações de classes, e os boticários/farmacêuticos se reuniam em torno de entidades que os representavam, buscando que seu espaço dentro do mundo das artes de curar fosse reconhecido

---

<sup>47</sup> José Pereira Rego (1816-1892) futuro Barão do Lavradio formou-se médico em 1838 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com relevante atuação na área da saúde ocupando importantes cargos nesta área (Velloso, 2007). Para saber mais, ver Velloso, 2007 e Delamarque, 2011.

<sup>48</sup> Para saber mais ver verbete Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

<sup>49</sup> Para saber mais ver verbete Escola de Cirurgia da Bahia em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

<sup>50</sup> Para saber mais ver verbete Escola de Farmácia de Ouro Preto em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

oficialmente. Para tanto, criaram a Sociedade Farmacêutica Brasileira<sup>51</sup>, fundada em 1851, pelo boticário Ezequiel Correia dos Santos<sup>52</sup> (1801-1864), considerada a primeira sociedade de classes do país (VELLOSO, 2007: 26, 41, 2010: 377; SOCIEDADE FARMACÊUTICA BRASILEIRA, 2017).

Ezequiel nasceu em Iguassú, na freguesia do Pilar, ingressou na Academia Médico-Cirúrgica por volta de 1817 e, recebeu seu diploma de boticário em 1819 através da Carta Régia datada de 2 de junho. Envolvido na vida política, Ezequiel se transformou no “principal representante da classe dos boticários” em sua época, defendendo a necessidade da elaboração de um código farmacêutico brasileiro<sup>53</sup>, foi farmacêutico da Casa Imperial, foi membro da Academia Imperial de Medicina e primeiro presidente da seção de farmácia, atuou como fiscal de boticas e farmácias da Junta Central de Higiene Pública em 1852 (BASILE, 2001: 14, 131; SANTOS, 2007: 1040, VELLOSO, 2007: 26, 2010: 377).

A Sociedade Farmacêutica do Rio de Janeiro tinha como principal objetivo, garantir o exercício da profissão farmacêutica e sua regulamentação, divulgar a matéria médica brasileira e contribuir para o melhoramento da saúde pública. Também ficou especificada na época da sua fundação, a criação de um montepio<sup>54</sup>, a fim de dar assistência a seus sócios contribuintes e familiares em caso de necessidade (EDLER, 2006: 82; VELLOSO, 2007: 42, 2010: 377).

Outra associação criada foi o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro<sup>55</sup>, que teve como um de seus fundadores, o farmacêutico francês Eduardo Júlio Janvrot<sup>56</sup>

---

<sup>51</sup> A criação da Sociedade Farmacêutica do Rio de Janeiro foi favorecida pela epidemia de febre amarela de 1849-1850 e contava com o apoio de D. Pedro II. Tinha entre seus sócios boticários que trabalhavam em hospitais, farmacêuticos proprietários de boticas, botânicos, professores da Faculdade de Medicina e médicos, distribuídos em três categorias: contribuintes, correspondentes e honorários (VELLOSO, 2010: 377; SOCIEDADE FARMACÊUTICA BRASILEIRA, 2017). Para saber mais ver verbete Sociedade Farmacêutica Brasileira em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

<sup>52</sup> O boticário filho de Ezequiel Antônio dos Santos e Maria Rosa de Oliveira Santos, casou-se com Francisca das Chagas Santos, com quem teve um filho. Para saber mais ver Basile, 2001; Santos, 2007 e Velloso 2007.

<sup>53</sup> A proposta de um Código Farmacêutico Brasileiro só seria aprovada em 1926 pelo Decreto nº. 17.509 de 04 de novembro, porém, apenas tornou-se obrigatório a partir de 15 de agosto de 1929 (BRASIL, 2010).

<sup>54</sup> Instituição de cunho assistencialista, onde os sócios com o pagamento de quantias mensais adquirem o direito para si e seus familiares de benefício em caso de doença ou morte.

<sup>55</sup> A data escolhida para a fundação do Instituto foi a do aniversário da princesa Isabel, que se tornou uma das patrocinadoras da instituição. Para saber mais ver verbete Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

<sup>56</sup> Eduardo Júlio Janvrot, nasceu em Paris em 8 de outubro de 1831, formou-se farmacêutico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1854 e junto com outros nomes importantes como de

(1831-1892), que presidiu a instituição por 24 anos. Assim como Ezequiel Correia dos Santos, Janvrot foi farmacêutico da Casa Imperial e membro da seção de farmácia da Academia Imperial de Medicina (EDLER, 2006: 83; VELLOSO, 2007: 41, 2010: 377; SANTOS, 2007: 1041).

Seguindo a mesma direção da Sociedade Farmacêutica Brasileira, o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, “mobilizou a expressiva elite farmacêutica e médica em torno de suas iniciativas, principalmente as voltadas para o ensino farmacêutico”. Já em seus estatutos apresentava a intenção de formar jovens para que pudessem trabalhar como ajudantes em farmácias e/ou prepará-los para o ingresso no curso oferecido pela Faculdade de Medicina (VELLOSO, 2007: 50).

Segundo Verônica Pimenta Velloso (2007, 2010) a relação entre médicos e boticários gerava, ora associações, ora conflitos, tanto no atendimento à população como também no interior das associações às quais pertenciam. A autora salienta que estes personagens estavam presentes nos mesmos espaços acadêmicos e sociais, com médicos participando de associações farmacêuticas, assim como farmacêuticos participavam das associações médicas (VELLOSO 2007: 43, 2010: 379).

Entre tantos exemplos, citamos o farmacêutico alemão Theodoro Peckolt<sup>57</sup> (1822-1912) radicado no Brasil desde 1847, quando chegou acompanhando uma excursão científica alemã com o objetivo de estudar a flora tropical. Aprovado no exame farmacêutico da Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1851, Peckolt, um importante pesquisador das diversas famílias de plantas brasileiras e especialista nos estudos fitoquímicos destas espécies, integrou a Academia de Medicina do Rio de Janeiro como membro titular da seção farmacêutica a partir de 1884; foi titular da seção de farmacologia nos anos de 1896 e 1897 e membro honorário desde 1900. Peckolt ainda pertenceu ao Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, como integrante da seção de química e toxicologia e também foi responsável pelo laboratório químico do Museu Nacional de 1874 a 1876 (SANTOS, 2005: 517, 518,520, 526).

---

Ezequiel Correia dos Santos, lutou pela criação do código farmacêutico Brasileiro. Em 1859 foi eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina e entre os anos de 1891 e 1893 ocupou o cargo de secretário da Seção Farmacêutica (ANM. 2017).

<sup>57</sup> Para saber mais sobre Peckolt ver em Santos, 2005 e verbete Peckolt, Theodor em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

No próximo tópico vamos utilizar outras informações contidas no Livro de Assento sobre a vida profissional de Joaquim Nery para comparar com que acontecia em outras localidades, buscando entender um pouco mais sobre a inserção e as atividades desenvolvidas pelo prático e pelo boticário.

## **2.2 – Ofício Farmacêutico: a luta pela delimitação dos espaços de cada um.**

Na primeira metade do século XIX a elite médica e farmacêutica começou a se formar, sobretudo com a criação da Academia Imperial de Medicina em 1835 e das associações farmacêuticas nos anos de 1850 (VELLOSO, 2007: 216):

[...] buscava então suas diferenças na titulação acadêmica ou na organização de seus saberes específicos em relação a um universo em que as práticas de cura misturavam-se ou concentram-se num mesmo personagem. Neste quadro, a questão da oficialização do ensino e de seus instrumentos corresponderia à criação de espaços de ciência a serem conquistados [...] (VELLOSO, 2007: 216).

Porém, mesmo depois de estabelecido o curso de farmácia, “as designações de botica e boticário continuaram prevalecendo, sendo utilizadas como sinônimos de farmacêutico e farmácia ao longo do século XIX” (VELLOSO, 2007: 225). Corroborando com esta afirmativa de Velloso, observamos esta ocorrência nos registros do *Almanak Laemmert* em relação aos agentes ligados ao ofício farmacêutico na Vila de Capivary e no município de Iguassú entre 1850 e 1885. Para a Vila de Capivary a denominação “farmacêutico” não é utilizada. Apenas em 1883 alguns boticários passam a ser mencionados como farmácias e não farmacêuticos. Em relação a Iguassú, a denominação “farmacêutico” nunca chegou a ser utilizada, os agentes ligados ao ofício farmacêutico sempre foram registrados como boticários.

Os farmacêuticos filiados às associações de classe, desejosos por construir uma nova imagem em relação ao seu ofício, defendiam que a diferença entre boticários e farmacêuticos estava na condição do segundo ser um “profissional científico, o que passava pela sua formação” (VELLOSO, 2007: 229). Velloso (2010) afirma que “a defesa de um perfil de homem de ciência para si, apoiava-se na afirmação da farmácia como área do conhecimento médico”, e assim, “os farmacêuticos buscavam espaço no universo da cura que fosse reconhecido pelo Estado e pela sociedade imperial” (VELLOSO, 2010: 374).

Ainda segundo a autora, a participação da elite farmacêutica em discussões acerca da regulamentação do exercício da farmácia era facilitada pelo fato de estarem na capital do Império (VELLOSO, 2010: 376). E os farmacêuticos de Iguassú? Não possuíam alguma influência? Conseguiram interferir de alguma forma nas decisões municipais? Podemos afirmar que sim. Como veremos, José Manoel e Joaquim Nery possuíam uma rede de sociabilidades e um envolvimento político que permitiam que participassem de ações de saúde desenvolvidas pelo governo municipal para atendimento da população local e também, voltadas para o saneamento da região que, detalharemos melhor no próximo capítulo.

Estas questões acerca das disputas e delimitação dos espaços já pode ser observada no estabelecimento de José Manoel em Iguassú. Apesar de Joaquim Nery não deixa nenhuma anotação referente à chegada da sua família no município, recorreremos a outras fontes em busca de informações. Encontramos no jornal *O Fluminense* de 1886, a primeira menção a José Manoel em terras iguassuanas:

#### Declarações

##### Inspetoria Geral de Higiene

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n.9334 de 3 de fevereiro do corrente ano, a Inspetoria Geral de Higiene faz público, pelo prazo de 8 dias, que José de Manoel de Santa Rita lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigências do artigo 65 do citado regulamento:

“Diz José Manoel de Santa Rita que, querendo estabelecer uma farmácia no arraial da Pavuna, município de Iguazu e achando-se nas condições exigidas no art.65 do decreto n.9334 de 3 de fevereiro de 1886 e tendo os atestados juntos, que garantam o que torna-se necessário para esse fim, pede a V. Ex. a precisa concessão para realizá-lo. Nestes termos, pede deferimento. – E. R. M. – Meriti, 15 de julho de 1886. – José Manoel de Santa Rita. – sobre a uma estampilha de 200 rs.”

E declara que, se nesse prazo nenhum farmacêutico formado lhe comunicar ou à sua Inspetoria de Higiene da Província do Rio de Janeiro a resolução de estabelecer farmácia na citada localidade, concederá ao prático a licença requerida.

Inspetoria Geral de Higiene, 2 de agosto de 1886. – Drº Pedro Affonso de Carvalho, secretário. (O FLUMINENSE, 13/08/1886: 3).

Em 1886 houve uma reorganização do serviço sanitário do Império e, um novo regulamento foi elaborado para a Inspetoria Geral de Higiene. Esta nova edição, voltou a ser conferida aos práticos licença para abertura de farmácias, autorização esta que

tinha sido retirada do regulamento de 1882<sup>58</sup>. (BRASIL, 1882, 1886; VELLOSO, 2007, 2010; PIMENTA e COSTA, 2008).

O Regulamento de 1886 no decreto n.9334 de 3 de fevereiro dispunha no capítulo IV, intitulado: *Do exercício da medicina, da farmácia, da obstetrícia e da arte dentária*, que:

Art.65 – Nas localidades em que não houver farmácia dirigida por profissional habilitado, a Inspetoria Geral de Higiene poderá conceder licença a práticos para abrirem farmácia, dadas as seguintes condições:

1ª Ser a abertura da farmácia julgada necessária pela Câmara Municipal do termo;

2ª Apresentar o prático documentos que certifiquem as suas habilidades e probidade.

Art.66 – Requerida a licença de que trata o artigo precedente, a Inspetoria Geral fará publicar, á custa do requerente, por oito dias sucessivos no Diário Oficial e no jornal oficial da Província onde o prático pretende estabelecer-se, o teor do requerimento; declarando que se nesse prazo nenhum farmacêutico formado comunicar a mesma Inspetoria ou ao Inspetor de higiene provincial a resolução de estabelecer a farmácia na localidade, será concedida ao prático a licença requerida.

Se algum farmacêutico comunicar que pretende estabelecer-se na referida localidade, o Inspetor Geral de higiene ou o Inspetor provincial o intimará a comparecer na Repartição e assinar um termo, no qual se comprometa a abrir a sua farmácia dentro do prazo que for marcado.

Art.68 – Concedida a um prático licença para abrir farmácia, subsistirá ela por todo o tempo, ainda mesmo que na localidade venham-se estabelecer farmacêuticos formados; mas só terá efeito na mesma localidade ou em outra que se achar nas mesmas condições mencionadas no art.65 e para onde poderá ser transferida a farmácia, com autorização da Inspetoria Geral (BRASIL, 1886, parte 2: 74).

Outras solicitações como a de José Manoel estão presentes no jornal *O Fluminense* de 1886, com a de Eustáquio Pinto da Silveira, que solicitava a abertura de

---

<sup>58</sup> O capítulo VII, intitulado *Do Exercício da Farmácia*, em seu art. 55, dispunha que “só poderá exercer a farmácia e abrir botica quem estiver habilitado nos termos do art. 41 e houver cumprido a disposição do art. 44”. O artigo 41 proibia o exercício da “medicina ou qualquer de seus ramos” sem que a pessoa possuísse um diploma expedido pelas Faculdades de Medicina e o 44, exigia que esse diploma fosse apresentado a Junta de Higiene Pública no caso da corte e aos Presidentes das Juntas ou aos inspetores de higiene, caso a pessoa morasse em alguma província (BRASIL, 1882: 97). Para saber mais, ver Brasil, 1882.

uma farmácia na freguesia do Espírito Santo, no termo da cidade de Barra Mansa. Para justificar sua solicitação, Eustáquio alegava que:

[...] não havendo naquela freguesia farmácia alguma e deitando ela mais de duas léguas das cidades de Barra Mansa e Bananal e sendo necessário estabelecer-se aí uma farmácia, como prova com o atestado da Câmara Municipal de Barra-Mansa, e tendo o suplicante dez anos de prática de farmácia com as habilitações necessárias, como prova com os documentos juntos vem pedir a V. Ex. se digne a conceder licença para abrir uma farmácia n'aquela freguesia [...] (O FLUMINENSE, 18/08/1886: 4).

Embora estas solicitações fossem legais, autorizadas pela Junta, os farmacêuticos diplomados reclamavam muito destas autorizações como fez Euzébio de Almeida Martins Costa<sup>59</sup>, formado pela Faculdade de Medicina da Corte, em seu trabalho intitulado *Da Pharmacia no Brazil e do seu Exercício*, publicado em 1880:

[...] Esta prática, nascida, como disse da dificuldade ou antes da impossibilidade de achar-se farmacêuticos legalmente habilitados que se queiram estabelecer no interior, a falta de interesses que compensem os esforços e estudos necessários para a obtenção de um grau científico de tanta importância, como é o de farmacêutico, deve acabar, 1º por causa dos perigos que pode acarretar, entregando-se a homens que não passam as vezes de simples manipuladores de remédios e cuja capacidade é certificada por atestados obtidos a custa do patronato o mais escandaloso, funções tão importantes como são as de farmacêutico; 2º pela ofensa que acarreta aos direitos e regalias que a lei concede aqueles que gastam o seu melhor tempo com estudos difíceis e aturados, equiparando-os aos que não estão em idênticas condições [...]

[...] E que valor tem um moço estudar três anos em uma Faculdade de Medicina, gastar dinheiro, etc., para obter um título de farmacêutico que importância nenhuma tem, por isso que sem estudar, gastar tempo, dinheiro, etc., outros obtêm a mesma coisa e contam maior soma de regalias? Não será melhor que o Governo mande fechar esse curso de farmácia existente nas Faculdades de Medicina? Cremos que sim. (COSTA, 1880: 5,7).

Quanto a Joaquim Nery, é o próprio prático que nos deixa a informação do seu estabelecimento profissional em Iguassú quando conta em seu Livro de Assento, em uma seção intitulada *Diário da Minha Vida* que:

[...] em 1892 botei sociedade com meu pai em uma farmácia na Pavuna dissolvendo a dita sociedade com meu prejuízo e para não

---

<sup>59</sup> O farmacêutico era membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, seção Rio de Janeiro e farmacêutico da Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda.

ficar mal com meu progenitor no ano de 1895 retirei-me [...] (SANTA RITA, 1894: 462).

[...] Falou-me o Sr. Dr. José Nava para comprar a sua farmácia em julho de 1898. Autorizou-me a vendê-la por motivo de minha recusa de comprá-la, dei [como] motivos a esta recusa, a proposta que meu pai fez-me para comprar-lhe a da Pavuna, que efetuei a compra em agosto de 1898, comprometendo-se meu pai a prestar seu nome a referida farmácia, o que mais tarde retirou sem motivo plausível, alegando eu estar prejudicando a interesses seus e como nunca gostei de dar prejuízo a pessoa alguma com especialidade a meu pai a[?] em retirar o seu nome, ficando sem representante na farmácia comecei a tê-la particularmente e estabeleci-me com negócio de secos e molhados na mesma casa na Pavuna [...] (SANTA RITA, 1894: 462-463).

Estas informações deixadas por Joaquim Nery evidenciam que a relação profissional entre ele e o pai eram bem estreita, uma vez que formaram sociedade e desenvolveram a mesma atividade. Este “habito” de filhos seguirem a mesma profissão dos pais boticários/farmacêuticos, era muito comum e seguiu por todo o Oitocentos transformando o exercício da farmácia em um negócio de família, como veremos mais a frente. Neste momento, o que chama mais atenção nos registros feitos pelo prático é o fato de José Manoel “prestar seu nome” para que o filho mantivesse a farmácia recém-adquirida. Esta era uma prática passível de medidas punitivas por parte da Junta de Higiene, que prevista no decreto anteriormente mencionado:

Art. 72 – Os abusos cometidos no exercício das profissões de que trata esse artigo [medicina, farmácia, obstetrícia e arte dentária] serão punidas pelo modo seguinte:

§ 6º– o farmacêutico que der seu nome a farmácia de propriedade alheia e não dirigir pessoalmente, incorrerá na multa de 200\$ e será suspenso do exercício da profissão por três meses (BRASIL, 1886, parte 2: 75).

Além da punição prevista, esse “préstimo” era também muito criticado por farmacêuticos diplomados, como demonstra o relato do farmacêutico Euzébio de Almeida Martins Costa:

Outro fato digno de censura é o completo esquecimento, que o governo bota ao ponto que diz respeito a *venda de nome* ou em outros termos a farmácia exercida por homens leigos sob o nome de um farmacêutico formado (COSTA, 1880: 16, grifos do autor).

O autor continua sua crítica afirmando que “nós conhecemos mais de uma drogaria existentes nos fundos das casas nesta cidade [Rio de Janeiro]” (COSTA, 1880:

19). Porém, apesar da prática de “presta nomes” ser muito criticada por farmacêuticos diplomados, também foi realizada por estes agentes como apontou Velloso (2007). A partir dos relatórios da Junta Central de Higiene, a autora observou que, muitas vezes, as licenças conseguidas pelos próprios farmacêuticos diplomados eram utilizadas nessa prática tão criticada pela classe a que pertenciam (VELLOSSO, 2007: 237). Com isso, podemos afirmar que Joaquim Nery reproduzia comportamentos praticados por outros agentes ligados ao exercício da farmácia diplomados ou não, tanto que sua punição era prevista em lei.

Betânia Gonçalves Figueiredo (2008) em seu trabalho sobre as artes de curar em Minas Gerais no século XIX aponta que, com o aumento do número de farmacêuticos formados pelas faculdades, os conflitos e o combate aos leigos foram se intensificando, na tentativa de delimitar o mercado. Estes farmacêuticos classificavam como charlatões, todos os agentes ligados as artes de curar que não possuísem diplomas, mesmo aqueles legalmente autorizados a trabalhar. Citando *as Representações Dirigidas ao Congresso Mineiro pela Classe Farmacêutica* de 1898, a autora aponta que ao se referirem aos práticos, os farmacêuticos diplomados os acusavam de: “exerceram a profissão por aberração desde o império em todas as localidades; analfabetos, incompetentes e possuidores de uma personalidade mal definida sem distinção alguma”. Ainda segundo a autora, era comum o emprego de adjetivos como: charlatões, inescrupulosos, leigos, entre outros, no tratamento deferido a estes agentes (FIGUEIREDO, 2008: 177-178).

Como mencionado, as autoridades tiveram dificuldades em fiscalizar os ofícios ligados as artes de curar. Legalmente, boticários/farmacêuticos, práticos de farmácia, cirurgiões ou dentistas, estavam proibidos de diagnosticar e prescrever medicamentos (MARQUES, 1999: 175; PIMENTA, 2004: 68; FIGUEIREDO, 2005: 63). A legislação de 1886, já mencionada, previa como punição no caso específico dos farmacêuticos, multa em dinheiro no valor de 100\$ e, se houvesse reincidência, o dobro do valor, além das penas estabelecidas pelo Código Criminal relativas ao exercício ilegal da profissão (BRASIL, 1886, parte 2: 75). Porém, isso não impedia que estes agentes, diagnosticassem e prescrevessem medicamentos (PIMENTA, 2003a, 2003b; FIGUEIREDO, 2005, 2008).

Joaquim Nery não se furtou a esta polêmica e como tantos outros agentes envolvidos na arte de curar também fez às vezes de médico, como veremos em duas

passagens: uma referente ao atendimento que ele fez a sua filha Elvira, chamada pela família de Lili e outra a sua própria esposa Maria Luiza:

[...] Lili a 21 deste mês [janeiro de 1926], ficou com o fígado engorgitado e o baço, sendo eu chamado pelo telefone fui até lá examinei-a e ficou boa (SANTA RITA, 1894: 402).

Minha esposa adoeceu no dia 28 de abril de 1926 com gripe baixando a cama no dia 30, foi durante 15 dias por mim tratada não obtendo melhoras, foi tratada pelo Srº Drº Augusto Suares [...] (SANTA RITA, 1894: 406).

Acreditamos que, assim como Joaquim Nery atendia a sua família, ele também o fizesse a população local, diagnosticando, prescrevendo o medicamento e acompanhando o paciente até o seu pronto restabelecimento. Comportamento registrado por Figueiredo (2008) ao estudar Minas Gerais no século XIX.

[...] Mais do que preparar o medicamento, muitas vezes receitavam-no, ajudando o paciente a conhecer o seu mal e obter solução. Nesses casos aquele que diagnostica é o mesmo que indica o medicamento e o prepara. Provavelmente é ele que acompanha a evolução do tratamento [...]

[...] Não temos dúvidas de que a atuação do farmacêutico inglês<sup>60</sup> não se restringia à manipulação e à venda de remédios. Visitava os doentes, diagnosticava e prescrevia (FIGUEIREDO, 2008: 171).

Quanto à esposa do Joaquim Nery, apenas depois de tratá-la e não obter êxito, é que o prático procura auxílio médico. Nos chama atenção no relato é que depois do primeiro médico a ser chamado para realizar o atendimento, Joaquim Nery recorre a mais 5 ao longo deste “processo”. Maria Luiza não responde bem aos tratamentos e acaba por falecer em 03 de dezembro de 1926, pouco mais de 7 meses após ter adoecido.

Também encontramos no Livro de Assento, informações referentes à manipulação de medicamentos. Das 530 fórmulas anotadas, 7 são de autoria de José Manoel, 20 de Joaquim Nery, 1 de um dentista, 18 de vários médicos e, 5 de outras pessoas sem referência sobre o ofício como pode ser observado no quadro a seguir (quadro 6):

---

<sup>60</sup> A autora se refere a um caso relatado pela Srª Helena Morley, onde a mesma afirma que, seu pai “aprendeu alguma coisa de medicina com seu avô” e atuava como farmacêutico (FIGUEIREDO, 2008: 171).

**Quadro 6: Fórmulas de Medicamentos.**

<b>Agentes</b>	<b>Quantidade de fórmulas</b>	<b>Título das Fórmulas</b>
Dr. Ângelo Tavares	01	Elixir de nós de cola
Dr. Paulo Marisvald	02	Sem título (as duas)
Dr. Amaro Figueiredo	01	Sem título
Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita	20	Neryna; Xarope vermífugo; Pós-vermífugos; Pílulas antirreumáticas; Pílulas contra afecções; Calicura; Elixir estomáquico; Pílulas anti-seronicas (duas); Injeção secativa para gonorreia; Nevralgias dentais; Pomada secativa (duas); Xarope asmático de minha fórmula; Vinho antifebril de minha fórmula; Pomada secativa antissifilítica de minha fórmula (duas); Gonorreia; Febres; Sem título (uma).
Andrade	01	Pomada São Roque
Dr. Milton Alencar	01	Colírio
Remigri de C. Feliz	01	Ingurgitamento do fígado
Gilbert	01	Xarope de iodureto de mercúrio e de potássio - Sífilis
Goelis	01	Poção contra cólica infantil
José Manoel de Santa Rita	07	Para coqueluche; Para coqueluche se tiver febre; Para desinfetar existindo febre; Para rouquidão; Sem título (três).
Dr. A. Guido	01	Soltura
Dr. Holbs	01	Reumatismo
Dr. Torres Homem	02	Pílulas de podofilina; Para inflamação do fígado complicando com tontura e afrontação.
Dr. Lobo	01	Sem título
Dr. Eugênio Xavier de Brito	01	Odontalgico
Azuis Peixoto	01	Sem título
Dr. Augusto Tavares	01	Pílulas vermífugas
Dr. Henrique de [?]	03	Gotas Brancas de Goullart (as três)
Dr. Gastão Figueira	01	Sem título
Dr. José Prota	01	Sem título
Dr. Miranda Carvalho	01	Elixir tônico – galactogeno preparado pelo farmacêutico Silva Araujo

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Santa Rita, 1894.

Ao analisarmos o quadro 6, percebemos que 14 das 21 pessoas relacionadas são médicos, sendo o dr. Eugênio Xavier de Brito identificado como odontologista por Joaquim Nery; 5 não tem nenhuma especificação sobre seus ofícios e não conseguimos determiná-los por falta de maiores informações a respeito destas pessoas, mas, acreditamos que fossem ligadas a algum ofício ligado as artes de curar, apesar de não

podemos afirmar com certeza; ainda constam o nome do boticário José Manoel e do prático Joaquim Nery. Quanto à indicação das fórmulas, observamos uma grande quantidade para as mais distintas finalidades, mas, ao que se refere especificamente a Joaquim Nery, nos chama atenção as fórmulas que estão sinalizadas com “de minha fórmula”, elaboradas pelo próprio prático, indo ao encontro do que vem afirmando a historiografia a respeito da troca de papéis entre os ofícios. Dois bons exemplos são as figuras 11 e 12 onde estão, respectivamente, uma fórmula em nome de Joaquim Nery e outra em nome José Manoel.

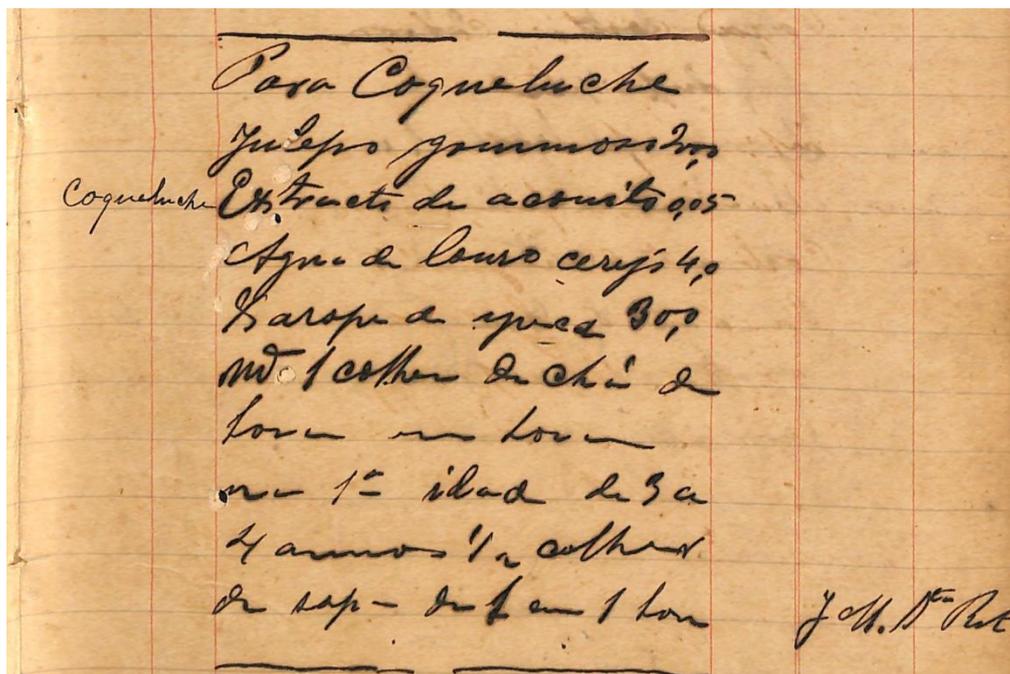
**Figura 11: Fórmula Neryna de Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita.**

Neryna	
Chloroformio	30,0
Cocaina	6,0
Chlorhydrato de morphina	4,0
Hydrato de Morral	10,0
Agua de louro cereji	50,0
Tinct. de ratanhia	
Acido carbolicu	q. s.
Essencia qualquer q. s.	

Nery

Fonte: Santa Rita, 1894: 17.

**Figura 12: Fórmula para Coqueluche de José Manoel de Santa Rita.**



Fonte: Santa Rita, 1894: 23.

Ainda com relação à família Santa Rita, encontramos no *Almanak Laemmert* mais dois membros da família ligados a ofícios farmacêuticos que eram contemporâneos a José Manoel. Em 1857 localizamos Manoel Joaquim de Santa Rita como ajudante interino de boticário no Hospital Militar da Guarnição da Corte e, José Francisco de Santa Rita relacionado na parte referente a mercados e depósitos de sanguessugas, na Rua da Assembleia, número 40, também no Rio de Janeiro (ALMANAK LAEMMERT, 1857: 308, 599). Apesar de não podermos determinar o grau de parentesco entre José Manoel e estes personagens, isso pode indicar que havia uma ligação da família com o ofício farmacêutico.

Os boticários durante o século XIX, em sua maioria, não passavam por escolas formais, aprendiam seu ofício com os mais velhos, muitas vezes seus pais ou avós que passavam seus conhecimentos através das gerações, ou ainda com o sogro ou o velho boticário da localidade em que residiam (MARQUES, 1999: 164; FIGUEIREDO, 2008: 47, 171, 176). Encontramos na historiografia alguns exemplos desta influência profissional como o de Ezequiel Correia dos Santos e seu filho homônimo Ezequiel Correia dos Santos (1825-1899) e o farmacêutico alemão Theodoro Peckolt com seu filho Gustavo Peckolt (1861-1923) e seu neto Oswaldo Lazarini Peckolt (?-?) (BASILE, 2001: 133; SANTOS, 2005: 527), que assim como José Manoel, viram as gerações

seguintes desenvolverem a arte farmacêutica, transformando-a em um negócio de família.

Voltando a questão da formação dos práticos, Figueiredo (2008) ainda salienta que, muitas vezes, os práticos não eram desinformados, pois, “muitos estudavam e mantinham em suas boticas manuais e guias de saúde e manipulação de medicamentos” (FIGUEIREDO, 2005:178). E este, será o assunto desenvolvido no próximo tópico: os manuais presentes nas boticas e farmácias que, também foram utilizados por Joaquim Nery.

### 2.3 – Os Manuais de Medicina.

Os manuais de medicina, voltados tanto para médicos, boticários/farmacêuticos, circularam pelo país desde os tempos coloniais, assim como os voltados para o público leigo. Alguns destes manuais dividiam espaços nas boticas e farmácias com as publicações oficiais (MARQUES, 2003: 3; FIGUEIREDO, 2008: 178). Estes manuais abordavam de forma simples a medicina da época e “procuravam ensinar práticas de cura, indicar como identificar sinais e reconhecer doenças ou tratá-las adequadamente”. Com objetivo de introduzir seus leitores as ciências médicas, adaptaram sua escrita, para que os conhecimentos médicos científicos mais modernos pudessem ser compreendidos pela população em geral, tornaram-se “instrumento essencial para disseminar práticas e saberes aprovados pelas instituições médicas oficiais daquela população” (MARQUES, 2003: 3, GUIMARÃES, 2005: 502,503).

Embora estes argumentos fossem contra o que achavam alguns médicos que desaprovavam este tipo de publicação voltada ao público leigo, seus autores afirmavam que seu principal objetivo era auxiliar àqueles que não tinham acesso aos médicos e assim, estariam sujeitos a serem enganados por aproveitadores. Além do mais, estas publicações poderiam orientar segundo os princípios da ciência médica, agentes ligados as artes de curar, como barbeiros, curandeiros e parteiras (MARQUES, 2003: 5).

Os manuais que alcançaram grande sucesso foram *O Formulário ou Guia Médico*<sup>61</sup> publicado em 1841 e *Dicionário de Medicina Popular*, publicado em 1842 e

---

<sup>61</sup> O *Formulário ou Guia Médico* foi reeditado em 1996, pela editora Itatiaia em uma versão fac-similar da décima nona edição impressa na França em 1920.

reeditado até 1924, ambos de autoria do médico Pedro Luiz Napoleão Chernoviz<sup>62</sup> (1812-1881). Este sucesso pode ser explicado pelo cuidado que o autor tinha de atualizar a obra a cada edição, buscando incluir as últimas novidades em matéria médica e as regulamentações da Junta Central de Higiene Pública, órgão que, na época, fiscalizava entre outras coisas, os ofícios ligados às artes de curar (GUIMARÃES, 2005, 2008, 2016; VIOTTI, 2014).

Voltado para um público com algum conhecimento médico e para servir de apoio a boticários/farmacêuticos, *O Formulário ou Guia Médico* (FIGUEIREDO, 2005: 66), ou simplesmente *Chernoviz*, como passou a ser conhecido popularmente, possuía diversas seções com descrição dos medicamentos. Seu autor buscou descrever as propriedades e doses dos medicamentos, assim como, a indicação das doenças a serem utilizados, além, da formulação dos mesmos. O autor também incluiu em seus manuais as plantas indígenas e águas minerais brasileiras (GUIMARÃES, 2005: 507).

Indo ao encontro do que observou Figueiredo (2008), verificamos no Livro de Assento deixado por Joaquim Nery a preocupação em se manter informado através dos recortes sobre saúde colados ou mesmo guardados, fossem eles referentes a novos tratamentos (figura 5), doenças que acometiam a população ou pela presença de uma folha intitulada *Pesos práticos das diversas colheres de medicamentos* (figura 13), com a indicação de várias medidas e conversões para doses de medicamentos, presentes. Não foi possível identificar a que manual pertencia a página colada, mas comprova a preocupação do prático em se manter atualizado e informado a respeito da atividade que desempenhava.

---

<sup>62</sup> O médico polonês formado pela Universidade de Montpellier, na França, Chernoviz, chegou ao Brasil em 1840 e fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, onde se casou com Julie Bernard, brasileira, filha de franceses com quem teve 6 filhos. Dr. Chernoviz voltou para França em 1855 fugindo de uma epidemia de febre amarela que assolava a cidade, falecendo em Paris em 1881. Após sua morte, um de seus filhos deu continuidade a suas publicações (GUIMARÃES, 2005, 2016). Para saber mais ver em Guimarães, 2016.

**Figura 13: Peso Prático das Diversas Colheres de Medicamentos.**

**Peso pratico das diversas colheres de medicamentos**

	Sôpa	Sobremeza	Cafe
Liquidos aquosos e vinho.....	16 gr.	12 gr.	4 gr.
Liquidos alcoolicos a 60°.....	12 gr.	9 gr.	3 gr.
Xaropes gomosos — Poções.....	18 gr.	13,5 gr.	4,5 gr.
Xaropes.....	21 gr.	16 gr.	5 gr.
Oleos.....	12 gr.	9 gr.	3 gr.

**Numero de gôtas contidas em 1 gr. dos medicamentos liquidos, frequentemente prescritos**

As determinações foram feitas á temperatura de 15° com um conta-gôtas normal, fornecendo xx gôtas d'agua destillada pesando um grama.

Acido chlorhyd. offic. XXI	Licôr de Fowler..... XXIII
— cyanhyd. med. a XX	— de Hoffman..... I XXXII
— sulfúrico officinal XXVI	— de Wan Swieten XXX
Agua distillada de loureiro cerejeira..... XXIII	Perchlorato de Ferro XX
Alcool a 60°..... LXI	Salyclato de methyl... XLIII
— a 60°..... LXII	Soluto de cocaina (a 1 p. 10 ou 1 por 20)... XV
Alcoelaturas diversas (aconito etc.)..... LXIII	— de chlorhydrato de morphina..... XX
Ammoniac..... XXII	Tintura d'acon. (folhas) LXIII
Bromoformio..... XXXVII	— d'aconito (raizes) LXII
Chloroformio..... LXVI	— de belladona..... LXIII
Elixir pargorico..... LXII	— de cantharidas... LXVII
Essencia d'encalypto..... LXVII	— de colchico..... LXIII
— de therebanthina rectificada..... LXIV	— de digitalis..... LXIII
Ether sulfurico..... XC	— de extracto d'opio LXIII
Extractos fluidos diversos..... XLV	d'Hamamelis Virgínica..... XLV
Glicerina officinal (28° Baumé)..... XXV	— d'Hydrastis canadensis..... XLV
Gôtas amargas Baumé LXVII	— de iodo..... LXI
Laudano de Sydenham XXXV	— de kola..... XLV
Licôr ammon. anizado XXXV	— de scilla..... LXIII
— de Boudin..... XX	— de strophantons. LXVII
	— de valeriana..... LXIII
	Trinitrina soluto alcoolico a 1 p. 100... LX

**TABELLA DE GAUBIUS**

Dose para crianças de 1 a 3 annos	1/2	da dose para adultos
de 3 a 7 annos	1/4	
de 7 a 13 annos	1/3	
de 13 a 20 annos	2/3	

9

Fonte: Santa Rita, 1894: 254.

Os boticários além de aviarem e venderem medicamentos desenvolviam um trabalho social, e seus estabelecimentos estavam muito além de simplesmente comércio. Eram também locais de encontros e reuniões para os mais diversos assuntos, fossem eles da vida cotidiana ou política e seus proprietários, um “ouvido confiável e atencioso”. Deste modo, acabavam por conhecer todos os acontecimentos do lugar onde se estabeleciam e eram conhecidos se não por toda população, por boa parte dela, contribuindo para a formação de uma extensa rede de sociabilidade destes agentes (FIGUEIREDO, 2008: 160,163).

Esta era uma condição que se apresentava já há muito tempo. Marques (1999) ao falar dos boticários Setentistas, aponta para importância das boticas como local de “divulgação de novas ideias, opiniões e críticas entre seus frequentadores”. A autora também afirma que as boticas coloniais eram um espaço permeado por discussão política e jogos, trocas de ideias e formação de opinião, muitas vezes diferentes das “estabelecidas e usuais” (MARQUES, 1999: 215, 219). Pesquisas posteriores, que como mencionado anteriormente, comprovam que este hábito perdurou ao longo do

tempo, despertando no dono da botica/farmácia um interesse pela vida política local o que, muitas vezes o levava a participar oficialmente da vida política. Buscando entender a inserção de José Manoel e Joaquim Nery na vida da localidade em que se estabeleceram, passaremos identificar a rede de sociabilidade destes personagens.

#### **2.4 – Redes de Sociabilidade como Meio de Inserção Social.**

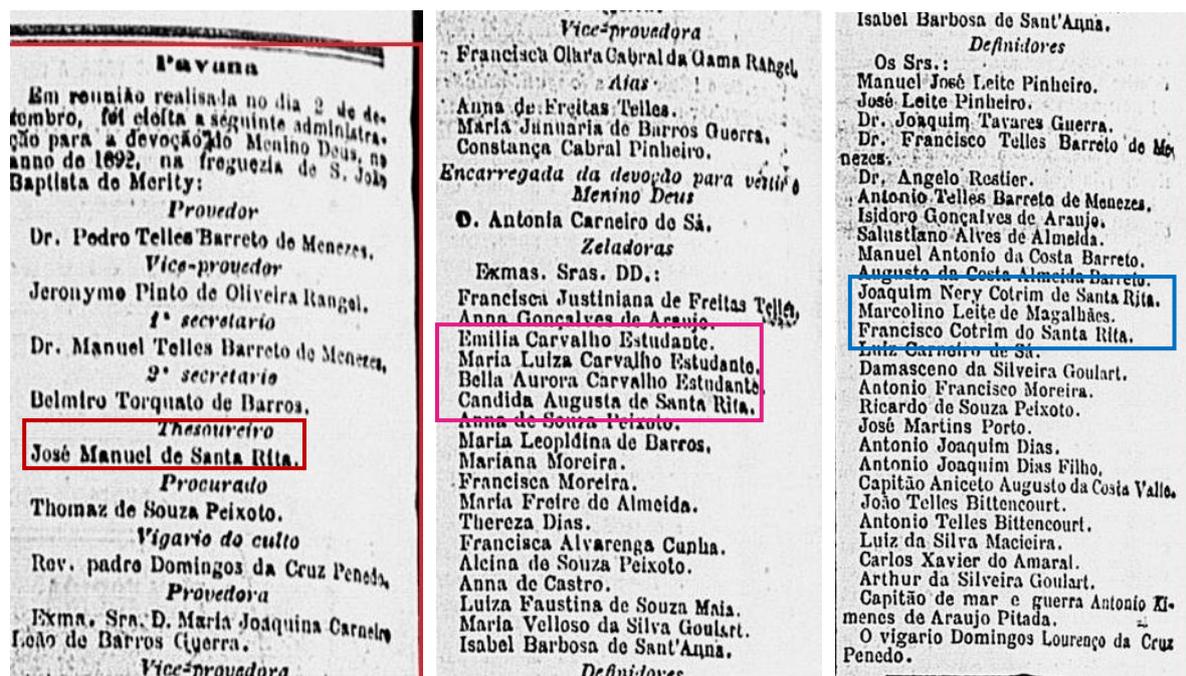
Como já mencionado ao longo da dissertação, trabalhos realizados ao longo do tempo, como os de Pimenta (1998, 2003a, 2003b, 2004, 2016), Marques (1999, 2003), Figueiredo (2005, 2008), Guimarães (2005,2016), Edler (2006), Velloso (2007, 2010), entre outros ao abordarem as artes de curar, tem demonstrado que estes agentes têm um envolvimento local e político muito forte, principalmente na tentativa de delimitar seus espaços de atuação. Veremos que esta realidade não foi diferente em relação a José Manoel e Joaquim Nery, que estavam muito ligados e envolvidos na nova localidade que se estabeleceram.

A família Santa Rita ao se transferir de Capivary para Iguassú, precisava estabelecer novos laços na região para fazer parte da comunidade. Buscando esta nova rede de sociabilidade, localizamos no jornal *Gazeta de Notícias* de 26 de fevereiro de 1892, uma notícia referente a eleição da administração para a devoção do Meninos Deus na Pavuna, localizada na freguesia de São João Batista de Merity, no município de Iguassú. Entre os membros desta devoção encontramos José Manoel como tesoureiro e Joaquim Nery entre definidores, como pode ser observado na figura 14<sup>63</sup> (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26/02/1892: 2). Segundo o jornal *O Paiz* de março do mesmo ano, a devoção compunha-se das “principais famílias do lugar” (O PAIZ, 04/03/1892: 2).

---

<sup>63</sup> Para melhor observação da reportagem, a dividimos em 4 partes, respeitando a classificação da mesma.

Figura 14: Jornal Gazeta de Notícias: Devoção do Menino Deus – 1892.



Fonte: Jornal *Gazeta de Notícias*, 26/02/1892: 2. Em vermelho José Manoel, em rosa a família da futura esposa e uma possível tia de Joaquim Nery e em azul, Joaquim Nery e o irmão Francisco Cotrim de Santa Rita.

Ao observarmos a reportagem, notamos que além dos nossos personagens faziam parte desta irmandade como zeladora a futura sogra de Joaquim Nery, Emília Carvalho Estudante e suas filhas Maria Luiza, futura esposa e Bella Aurora, futura cunhada. Com relação a família Santa Rita, estão presentes Cândida Augusta que, supomos ser irmã de José Manoel, mas não temos nenhuma documentação que comprove essa hipótese e Francisco, um dos filhos de José Manoel.

Duas faltas são sentidas nessa lista: a de Francisco de Carvalho Estudante, futuro sogro de Joaquim Nery e de sua mãe, Henriqueta Cotrim de Santa Rita. Estas ausências não podem ser explicadas pelo falecimento de qualquer um dos dois a época da eleição, pois, Francisco faleceu em 1919, como registrado por Joaquim Nery no Livro de Assento e, sua mãe em 1894, como nota do jornal *Gazeta de Notícias* de 1894 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 05/02/1894: 2; SANTA RITA, 1894: 4-5). Então, porque os dois não pertenciam a adoração? Por vontade própria ou havia alguma restrição? Se

havia restrição, qual seria ela? Não podemos responder a nenhuma destas perguntas por falta de documentação<sup>64</sup>.

Acreditamos que as famílias se conheceram e estreitaram os laços através da igreja e acabaram por unirem-se através do matrimônio de Joaquim Nery e Maria Luiza, como registrada pelo próprio prático. Segundo Mattos (2013) o casamento era uma maneira de “estabelecer relação com uma família da região” quando havia a mobilidade espacial envolvida, permitindo aos estrangeiros, a aceitação por parte da nova comunidade (MATTOS, 2013: 67). Esta nos parece ter sido a estratégia da família, para inserção na localidade.

Ao pesquisarmos os outros membros da devoção, percebemos que esta era composta, assim como publicado no jornal *O Paiz*, por membros de famílias eminentes de Iguassú<sup>65</sup> e políticos importantes. A começar pelo provedor da irmandade, o Sr. Pedro Telles Barreto de Menezes<sup>66</sup>, filho do subdelegado e juiz de paz da então na época freguesia de Iguassú, que tornou-se presidente da Câmara Municipal de 1892, cargo que ocupou até 1894. Ainda faziam parte da irmandade seus irmãos Manoel Telles Barreto de Menezes como primeiro tesoureiro, Antônio Telles Barreto de Menezes, como definidor, e sua mãe Francisca Justiniana de Freitas como zeladora (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/07/1886: 5; O PAIZ, 04/03/1892; 2; PERES, 2011: 9).

Outro membro que merece destaque é Thomaz de Souza Peixoto, juiz de paz da freguesia de Merity em 1886, inspetor de quarteirão em 1870 e 1871 que além de ter ocupado outros cargos na localidade, veio a ser sócio de José Manoel e seu filho Francisco na firma Peixoto, Santa Rita & Filho em 1893 na Pavuna, (ALMANAK

---

<sup>64</sup> Entramos em contato com o arquivo da Diocese de Nova Iguaçu, responsável pela guarda de documentos relativos à Igreja da Matriz de São João de Meriti e fomos informadas que, por falta de pessoal, os documentos não estão devidamente organizados e, além disso, não conheciam a existência desta irmandade e se existiria algum documento relacionado a ela. Fomos orientadas a buscar informação no arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis, responsável na época da criação da irmandade pela Igreja Matriz de São João Batista de Meriti, fomos informadas que todos os documentos daquela igreja, foram encaminhados ou para o arquivo da Diocese de São João de Meriti, que já havíamos consultado, ou para o arquivo da Diocese de Duque de Caxias. Entramos em contato então, com o mencionado arquivo, que alegou não ter nenhuma documentação referente a igreja e que nem sabia da existência desta irmandade. Fomos aconselhadas a procurar o arquivo da Diocese de São João de Meriti, que já sabíamos que não poderiam localizar a documentação e nem mesmo sabiam dizer se ela existe.

<sup>65</sup> Para saber mais sobre esse assunto ver em Peres, 2011.

<sup>66</sup> Em seu mandato na presidência da Câmara, o político providenciou a substituição dos canos de chumbo que transportavam a água da Vila, por canos de ferro; abriu concorrência para a construção de pontes e estradas; implementou a iluminação pública gerada a querosene, aterrou brejos; construiu escolas e tomou providências para a instalação de uma parada de trem na localidade de Heliópolis, atravessada pela Estrada de Ferro Rio d'Ouro (PERES, 2011: 13).

LAEMMERT, 1870: 200; 1871:204; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/07/1886: 5; 18/01/1893: 6). Não temos notícia do tipo de negócio estabelecido pelos sócios, apenas sabemos que ela foi desfeita em 1894 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS; 09/02/1894: 4).

Assim como seu pai, Joaquim Nery possuía uma rede de sociabilidade bem ampla. Contava com médicos, políticos locais, comerciantes, entre tantos outros personagens. Para citar alguns, Joaquim Nery era amigo do Sr. José Luiz Machado<sup>67</sup>, mais conhecido com Machadinho, figura muito popular em Merity, sócio da Instaladora de Eletricidade J. L. Machado & Cia. Machadinho chegou a Merity por volta de 1908 vindo do Distrito Federal (LUSTOSA, 1958: 251) e um de seus feitos foi relatado pelo repórter Waldair José da Costa no *Jornal Tópico*<sup>68</sup> de 25 de agosto de 1958, publicado em comemoração aos 15 anos de emancipação política do município de Duque de Caxias.

[...] Foi (Machadinho) quem mudou a denominação da cidade, com a troca, escoltado, por quatro homens armados, da placa da Estação de “Meriti”, para “Caxias”, estabelecendo um divisor em nossa história (JORNAL TÓPICO, 25/08/1958: 3).

Ainda segundo a reportagem, Joaquim Nery foi um dos fundadores do Clube Carnavalesco Mimoso Beija-Flor<sup>69</sup>, assim como do Centro Pró-Melhoramentos<sup>70</sup> de Merity<sup>71</sup>, do qual foi presidente e Machadinho seu secretário (LUSTOSA, 1958: 59, 235; JORNAL TÓPICO, 25/08/1958: 3). Foi membro do Partido Popular Radical integrando o diretório do partido local em 1934 e candidatou-se, em 1935, ao cargo de primeiro suplente de juiz de paz da mesma localidade, sendo sua nomeação publicada no jornal *Correio da Manhã* em 09 de março (DIÁRIO CARIOCA, 21/08/1934: 2; CORREIO DA MANHÃ, 09/03/1935: 7).

---

<sup>67</sup> Segundo o jornal, José Luiz Machado era o orador oficial de Merity para todas as solenidades públicas e privadas, foi um dos fundadores e secretário da Liga Pró-Melhoramentos de Merity e também da Irmandade Nossa Senhora do Belém, de onde também era leiloeiro substituto (JORNAL TÓPICO, 1858: 3).

<sup>68</sup> Este era um jornal de publicação quinzenal, com sede e distribuição em Duque de Caxias (CUNHA e ALMEIDA, 2003).

<sup>69</sup> Não encontramos nenhuma documentação referente a este Clube.

<sup>70</sup> Abordaremos o Centro Pró-Melhoramentos de Merity no próximo capítulo.

<sup>71</sup> Nesta época, a localidade fazia parte do 8º distrito de Iguassú.

Outras figuras importantes de Merity eram muito próximas à família e chegaram a batizar filhos e sobrinhos de Joaquim Nery, como foi o caso da Armanda Álvaro Alberto<sup>72</sup>, madrinha de batismo de seu sobrinho Alberto.

Batizado – Batizei meu sobrinho, Alberto Bento dos Reis na igreja de Sant’Anna, na Capital-Federal em 24 de junho de 1925, foram padrinhos os Srs. Drs. Edigar<sup>73</sup> e D. Armanda Álvaro Alberto (SANTA RITA, 1894: 6).

Armanda Álvaro Alberto<sup>74</sup> chegou a Vila de Merity em 1920, para visitar a fábrica de explosivos Ruperina de propriedade do seu irmão Álvaro Alberto da Mota e Silva e de Francisco Venâncio Filho. Comovida pela situação precária da população, Armanda fundou em 1921, junto com Edgar e Francisco, a Escola Proletária de Merity, que logo na sua inauguração funcionava em um barracão doado pelo médico local Bernardino Jorge e era mantida pela fábrica de pólvora e por doações de um grupo de amigos (SANTOS, 2008; MIGNOT, 2010).

Com o objetivo de ser uma escola regional, a instituição tinha em sua diretora, a própria Armanda, “uma grande incentivadora de ideais educacionais, sanitários e científicos”. Contando com um vasto círculo de amizades formado por organizações médicas, movimentos feministas e associações e ligas de salvação nacional, logo no primeiro ano de sua criação, a Escola já contava com o apoio de personalidades como: Pacheco Leão, Roquete-Pinto, Lucy Hertz, entre tanto outros. (SANTOS, 2008: 83).

A Escola Proletária de Merity tornou-se, segundo Santos (2008), um importante polo de divulgação e educação dos ideais higiênicos em Iguassú e da Baixada Fluminense, devido à rede de sociabilidade que Armanda pertencia. A instituição estava de acordo com as perspectivas da época, inserida no discurso de salvação da pátria por meio da incorporação dos sertões, mas esta ligação com da escola será abordado com mais profundidade no capítulo 3, quando falaremos sobre epidemias e saneamento da região.

---

<sup>72</sup> Nascida em 1892 na cidade do Rio de Janeiro, filha de Maria Teixeira da Mota e Silva e de Álvaro Alberto e Silva. Segundo Ana Chrystina Mignot (2010), Armanda adquiriu um vasto capital cultural por viver em um rico ambiente intelectual (MIGNOT, 2010). Tornou-se uma importante educadora e feminista brasileira. Foi fundadora e primeira presidente União Feminina do Brasil (VIANNA, 2002).

<sup>73</sup> Edgar Sussekind de Mendonça era professor e casou-se com Armanda em 1928, mas já se conheciam a longo tempo. Trabalharam juntos na Escola Jacobina (fundada em 1902, era reconhecido pelos seus métodos inovadores de ensino) e foram sócios fundadores da Associação Brasileira de Educação. Com Machado de Assis, Edgar foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (MIGNOT, 2010).

<sup>74</sup> Para saber mais sobre, ver em Mignot, 2010.

A ligação de Joaquim Nery com Armanda Álvaro Alberto é anterior ao batizado do seu sobrinho. O prático fez parte da comissão de fundação da Escola Noturna Gratuita de Merity em dezembro de 1921 (JORNAL DO BRASIL, 06/12/1921:12). A escola seria mantida por doações de membros da comunidade, mas teve uma vida breve, funcionando por apenas 6 meses. Apesar do pouco tempo de existência, a escola já possuía contribuições financeiras que, com seu fechamento foram doadas a Escola Proletária de Merity, como mostra a reportagem do Jornal de Brasil:

#### Escola Noturna Gratuita de Merity

Comunicam-nos: “A Comissão administrativa desta Escola tendo verificado a improficuidade dos esforços e sacrifícios despendidos por [?] e pelos que voluntariamente e de bom grado têm moral e materialmente contribuído para o seu custeio e manutenção, resolveram dissolvê-la, em virtude da não objetivação dos fins a que a mesma Escola se propôs. E por motivo desta resolução a mesma Comissão faz público que no período de sua administração (janeiro do corrente ano até a presente data) o movimento financeiro foi o seguinte: Receita. 127\$000; Despesa. 72\$080; Saldo. 54\$920.

E ainda que, em reunião de domingo, 18 do corrente, ficou deliberado, por maioria dos votos, que este saldo seja dado a Escola Proletária de Merity, visto a mesma também ser mantida por iniciativa particular e se propor a colimar os mesmos fins que propendíamos.

Aproveitando esta oportunidade, cumpre-nos constatar os nossos votos de agradecimento, alta gratidão e sabida estima a todos os que nos ampararam com o seu auxílio e dedicação. – A Comissão: Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita, Manoel Martins Costa, Laureano Alverea”. (JORNAL DO BRASIL, 21/06/1922: 8).

Acreditamos que a aproximação entre Joaquim Nery e Armanda tenha começado nesta época, através da doação dos recursos da Escola Gratuita para a escola de Armanda, como mencionado na nota do jornal. É possível que, em virtude da Escola Proletária já possuir uma estrutura em funcionamento, pois foi fundada em 13 de fevereiro de 1921, e possuir os mesmo ideais da Escola Gratuita, seus fundadores tenham achado melhor concentrar os esforços na escola fundada por Armanda que em 1924 passaria a se chamar Escola Regional de Merity.

Segundo Dias (2016), a instrução escolar estava intimamente ligada ao saneamento e a higiene de espaços e da população (DIAS, 2016: 71), por isso voltaremos nossos olhos para saneamento da região no próximo capítulo, buscando entender a inserção de José Manoel e Joaquim Nery e de outros boticários/farmacêuticos neste processo.

### CAPITULO III

#### SANEANDO O SERTÃO PRÓXIMO

No capítulo I fizemos uma breve apresentação de Iguassú com intuito de compreender o antecedente histórico da região, fundamental para o entendimento da situação encontrada por José Manoel e sua família à época de sua chegada ao “sertão próximo”. Percebemos que a partir do advento do transporte ferroviário houve o abandono das vias fluviais, afetando profundamente todo o processo social local. Agora, voltaremos a abordar a região com o olhar voltado para as epidemias que ocorreram e que também atingiram a família de Joaquim Nery. Desta forma, procuraremos destrinchar melhor a atuação dos práticos de farmácia, durante um período de comoção social, assim como contribuir para a compreensão das especificidades da história da saúde pública na região da Baixada.

A Baixada da Guanabara foi alvo de muitas ações de saneamento por parte do governo que, ainda no período imperial, se preocupava com as condições das regiões banhadas pelos rios Irajá, Merity, Pilar e Iguassú, assoladas por epidemias. Em 1883 foi encomendado um estudo para análise da situação visando à resolução do problema, mas, assim como tantos outros que o sucederam, nunca foram levados a diante ou por serem inconclusivos, ou por falta de recursos financeiros para execução das obras. Em 1894 uma nova tentativa de resolver o problema se deu com a criação da Comissão de Estudos de Saneamento da Baixada Fluminense, que chegou a realizar algumas obras em 1900, mas foi extinta em 1902 (MONTEIRO, 2008: 41; FADEL, 2009: 129,134; BRAZ E ALMEIDA, 2010: 45).

José Manoel e sua família já estavam estabelecidos em Iguassú nesta época e o boticário participou da vacinação contra varíola realizada na região em 1895. Joaquim Nery, por sua vez, esteve envolvido com o Centro Pró-Melhoramentos de Merity. Nesse sentido, buscaremos neste capítulo compreender como estes personagens participaram destas ações atendendo a população. Ao mesmo tempo, lançaremos um olhar além dos limites da região, procurando compreender o processo histórico local dentro do contexto da saúde e das ações estabelecidas pelo governo em todo país. Mais uma vez, será essencial a utilização do Livro de Assento deixado por Joaquim Nery, as leis que

regulamentavam as ações em saúde, jornais da época, tanto locais como de outras regiões, e os relatórios dos órgãos do governo voltados para o saneamento da Baixada buscando um melhor entendimento destas ações e como de maneira geral, estes agentes estavam envolvidos. Também utilizaremos trabalhos sobre o tema que nos permitam ampliar nosso olhar sobre essas questões.

### **3.1 – A Estrada de Ferro, a Mobilidade e as Epidemias.**

Ao abordarmos o trem no capítulo I, apontamos que a primeira estrada de ferro do país foi inaugurada em 30 de abril de 1854, ligando a Estação de Mauá em Guia de Pacobaíba à Estação de Fragoso, no início da Serra de Petrópolis, visando facilitar o transporte de café vindo do Vale do Paraíba, mudando drasticamente a região que foi instalada (BEZERRA, 2004; SOUZA, 2014). Além do transporte do café, o trem fazia o transporte de pessoas, fossem elas “cidadãos respeitáveis” ou escravos, “ampliando o leque das possibilidades de interações sociais” (BEZERRA, 2004: 32). Para se ter uma ideia da mobilidade que o trem proporcionou, a frota composta “por um trem imperial, três carros de primeira classe, dois de segunda classe e um de terceira classe, além de 70 vagões de tipos diversos”, transportou em 1855, 658.600 pessoas e 3.680.000 arrobas de produtos agrícolas, principalmente café (RODRIGUEZ, 2004: 18).

A ampliação da linha férrea através da construção da Estrada de Ferro Pedro II inaugurada em 1858 que, assim como o empreendimento do Barão de Mauá, destinava-se ao escoamento da produção de café do Vale do Paraíba e dos planaltos fluminense também fazia transporte da população dos subúrbios, incluindo aí a Baixada, em direção ao Rio de Janeiro. Com 47,21 Km de extensão, a ferrovia na época de sua inauguração, além da já mencionada estação de Maxambomba, possuía as estações da Corte, no Campo da Aclamação, atual Campo de Santana; Venda Grande, atual Engenho Novo; Cascadura e Pouso dos Queimados, atual Queimados<sup>75</sup> (RODRIGUEZ, 2004: 21).

Ainda em 1858, em 8 novembro, 13 Km de linha férrea foram acrescentados à linha já existente e, novas estações surgiram nas localidades de Belém, atual Japeri; São Cristovão e Sapopemba, atual Deodoro, sendo as duas últimas em 1859. Nesta época, “10 locomotivas de fabricação inglesa” composta de 100 vagões e 40 carros de

---

<sup>75</sup> Com exceção da estação do Corte, feita de alvenaria e piso de terra batida, as outras estações possuíam as paredes de terra batida (RODRIGUEZ, 2004). Para saber mais sobre as estradas de ferro do Rio de Janeiro ver Rodriguez, 2004.

passageiros divididos em primeira, segunda e terceira classes faziam esse transporte. Contudo, em pouco tempo, os vagões de terceira classe, destinados aos pobres, identificados por andarem descalços, pois não possuíam dinheiro se quer para comprar sapatos, foram extintos. Isso se deu em função dos passageiros de outras classes entrarem nestes vagões, tirarem e esconderem os seus sapatos para não pagarem passagens (RODRIGUEZ, 2004: 21).

Em 16 de março de 1861, a circulação de trens “ao longo da chamada Linha do Centro e do Ramal de Mangaratiba” passou a ser diário, facilitando ainda mais a mobilidade dos passageiros entre as regiões. Para se ter uma ideia do alcance deste transporte, em 1890, 5.576.290 passageiros foram transportados pelos trens dos subúrbios e em 1906 este número alcançou 19.241.142 passageiros. Com o advento da proclamação da República em 1889, a Estrada de Ferro Pedro II teve seu nome alterado para Estrada de Ferro Central do Brasil (RODRIGUEZ, 2004: 21; SCHWARCZ, 2017:169-170, 172).

Simone Fadel (2009) ao abordar o saneamento na primeira república afirma que a construção da estrada de ferro foi fácil, sem a necessidade de grandes obras ou a movimentação de grandes volumes de terras, apenas sendo necessária a construção de algumas pontes. A autora ainda destaca que, “em nenhum momento, a região sobre a qual se construía essa estrada, foi considerada insalubre” e que a ideia de insalubridade associada aos rios e alagadiços da região, não estiveram presentes pelo menos até meados de 1850, apesar do registro de febres ocorridas em anos anteriores (FADEL, 2009: 98-99).

A construção da Estrada de Ferro Pedro II teve um grande impacto tanto para a Estrada de Ferro Barão de Mauá, que entrou em decadência por ser menos utilizada, como para as localidades de Estrella e Cava, sede do município de Iguassú que, por ficarem distantes da ferrovia, foram sendo lentamente esvaziadas (DIAS, 2014: 65; SOUZA, 2014: 81). Além disso, a construção de pontes para a passagem dos trens dificultou a navegação pelos rios que, ao serem abandonados, favoreceram a propagação das doenças já presentes na região (DIAS, 2014: 65-66).

Um dos principais motivos para o agravamento da situação insalubre local decorria do desconhecimento sobre a região onde os trilhos foram assentados. O despreparo técnico dos engenheiros responsáveis pelo trajeto da ferrovia acabou por

transformá-la em uma grande barreira para o escoamento das águas que, normalmente, já se acumulavam na região. Outro problema diz respeito ao desmatamento para suprir a demanda por madeira tanto da construção, muitas vezes da própria ferrovia, como para servir de combustível para os engenhos movidos a vapor (FADEL, 2009: 103).

Lúcia Helena Pereira da Silva (2014) ao abordar o saneamento e a política na Baixada Fluminense no início do século XX destaca que, apesar de alguns médicos fazerem associação entre o aumento das doenças e o acúmulo de águas paradas, a relação direta entre febres e meio ambiente ainda não existia (SILVA, 2014: 290). A autora ainda destaca, assim como Fadel (2009), a ferrovia como um agravante da situação sanitária da região:

[...] O município sofria com cólera e a varíola, que antes ficavam às áreas ribeirinhas; com a passagem da via férrea na região de Jacutinga, as rotas internas foram criadas e as antigas dinamizadas, transformando-as também em vetores de propagação de doenças. O trem incrementava o uso das vias vicinais à estação. Seriam essas estradas, juntamente com os rios e os pântanos, os principais propagadores das inúmeras epidemias da região como varíola, cólera e malária (SILVA, 2014: 290).

Muitas ações visando sanear a baixada foram empreendidas ao longo do tempo. Em 1857 o principal problema para o controle das epidemias, segundo os presidentes das províncias, era a falta de estrutura da saúde. Porém, apesar de sua proximidade com a Corte e sua importância, Iguassú, que só tinha um médico vacinador e nenhum hospital<sup>76</sup>, sofria com as febres e epidemias presentes na região (SILVA, 2014: 291). Buscando entender este contexto, abordaremos a seguir as ações do governo voltadas para o saneamento da região e a inserção de José Manoel e outros boticários/farmacêuticos nessas empreitadas.

### **3.2 – A Baixada e a Imagem de Região Insalubre.**

Até 1870 “nenhuma ação havia sido estabelecida na região [da Baixada] para resolver o problema dos alagamentos e das doenças palustres”. A partir do estudo apresentado pela Academia de Medicina e a Junta de Higiene, apontando que os terrenos pantanosos em vários pontos da cidade estavam ligados à propagação das doenças na Corte, o então ministro dos negócios do Império disponibilizou recursos

<sup>76</sup> O hospital de Iguassú apenas seria inaugurado em 1935 (DIAS, 2014: 399; 2016: 79).

para a drenagem destas áreas. Neste momento, a imagem de região insalubre começou a ser construída discursivamente e a relação entre a disseminação de doenças e a existência de áreas alagadiças começou a ser consenso entre os médicos. Reforçando essa nova imagem, um estudo realizado em 1883 por uma comissão chefiada pelo engenheiro Rangel de Vasconcelos relacionou enchentes e epidemias, tornando a região alvo de pesquisas por parte dos engenheiros, principalmente, nos locais onde a linha férrea passava (SILVA, 2014: 291, 292).

Em outubro de 1894 o governo estadual criou a Comissão de Estudo e Saneamento da Baixada Fluminense (SOUZA, 2006, 2014; MONTEIRO, 2008; BRAZ e ALMEIDA, 2010) e, em 1895 o governo do estado já comunicava à Assembleia Legislativa suas primeiras ações:

A Comissão de saneamento da baixada prossegue regularmente nos estudos das regiões alagadiças próximas do litoral, para regularizar o curso das águas; realizando esse *desideratum*, o governo entregará à agricultura terrenos fertilíssimos e, valorizados também, pela proximidade de três importantes centros de consumo e libertará as populações vizinhas da malária, que a longos anos as tem dizimado (RIO DE JANEIRO, 1895: 21-22).

Nesta época, Iguassú estava às voltas com uma epidemia de varíola que desde 1882, estava sendo alvo das ações da Câmara Municipal. As medidas tomadas pelos órgãos públicos perduraram pelos anos seguintes até que:

[...] em dezembro de 1895 uma providência mais eficaz de combate a varíola se efetuasse em Meriti “quando José Manoel de Santa Rita, farmacêutico e juiz de paz naquele distrito comunicava haver aplicado em 113 pessoas os seis tubos de “lymphá” enviados pela Câmara, e 21 particularmente pelo dr. Presidente e não haver caso algum de varíola no distrito” [...] (PERES, 2006: 112-113).

O pagamento de médicos e boticários/farmacêuticos por parte da Câmara dos municípios era comum, principalmente para atendimento em áreas desprovidas destes agentes, ação reforçada em épocas de epidemias. Pelo relato acima, este parece ser o caso de José Manoel, que atuou como vacinador em Iguassú. Porém, ser contratado pela Câmara não era novidade para o boticário, que já esteve nesta posição anteriormente como mostra a figura 15.

**Figura 15: Jornal A Pátria – Câmara Municipal de Capivary.**

Deliberou a camara que se officie aos pharmaceuticos existentes neste termo, com botica, os cidadãos Manoel Rodrigues Fernandes, José Manoel de Santa Rita e José Ferreira da Silva Campos, afim de continuarem no corrente anno a fornecer remedios aos pobres, na fórma declarada em officio desta camara que lhes foi dirigido o anno proximo passado; autorizando ao pharmaceutico Rodrigues Fernandes fornecer até a quantia de cem mil réis, e aos pharmaceuticos Santa Rita e Ferreira da Silva Campos com a de cento e cincoenta mil réis cada um; convidando-se por editaes aos pobres da parochia de Gaviões, para que se dirijam em suas precisões de remedio ás boticas da freguezia desta villa, visto não existir naquella parochia botica alguma.

Fonte: Jornal A Pátria, 22/10/1858: 2.

Na seção do jornal *A Pátria*, a Câmara Municipal de Capivary anuncia a prorrogação da deliberação do ano anterior (1857) para fornecimento de medicamentos aos pobres pelos farmacêuticos<sup>77</sup> que possuíam botica na Vila. São citados três farmacêuticos, entre eles José Manoel de Santa Rita, autorizado a fornecer os medicamentos até o valor de cento e cinquenta mil réis a serem pagos pela Câmara. Percebemos no anúncio que, todas as três boticas estão na freguesia da Vila, o que corrobora a informação encontrada no *Almanak Laemmert*, apresentado no capítulo II, onde são mencionados os nomes de Manoel Rodrigues Fernandes, José Manoel de Santa Rita e José Ferreira da Silva Campos como boticários da localidade.

Outra informação importante dada pela nota do jornal é referente ao exercício da farmácia por parte de José Manoel. Apesar de não encontrarmos o nome do boticário no *Almanak Laemmert* no ano de 1857 ligado a Capivary, podemos perceber que ele já estava trabalhando na localidade, com botica aberta e prestando serviço a Câmara, uma vez que a publicação afirma: “*afim de continuarem no corrente ano a fornecerem*

<sup>77</sup> Optamos por utilizar neste parágrafo, a mesma denominação do jornal para facilitar o entendimento do leitor.

*remédios aos pobres, na forma declarada em ofício desta câmara que lhes foi dirigido o ano próximo passado*". É possível que o boticário já atuasse até mesmo antes de 1857, mas essa informação requer mais pesquisas.

Há também na nota uma diferença de pagamento os farmacêuticos. Manoel Rodrigues Fernandes receberia pelo fornecimento dos remédios a quantia de cem mil réis, enquanto José Manoel de Santa Rita e José Ferreira da Silva Campos receberiam cento e cinquenta mil réis, porém, nos faltam informações que nos ajudem a explicar essa diferença de remuneração. Outra questão importante e que nos ajuda a entender a mudança de José Manoel da freguesia da Vila para o Curato de Gaviões em 1870, é a falta de botica na localidade, como aponta a publicação da Câmara. Acreditamos que aliada a esta carência, o crescimento populacional do Curato também tenha sido determinante para esta transferência.

Voltando a Iguassú, no que se refere às "linfas vacínicas" disponibilizadas pela Câmara para imunização da população, encontramos na mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 1896, a informação de que a epidemia de varíola tinha tomado grandes proporções em todo Rio de Janeiro em 1895 e que, a pedido dos poderes locais, o governo enviou "médicos da assistência pública, remédios, desinfetantes e linfas vacínicas em larga profusão" para os municípios (RIO DE JANEIRO, 1895: 7).

Com ações parciais e insuficientes para resolver os problemas da região, a Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada Fluminense foi extinta em 1902, seis anos após sua criação. A Baixada continuava a sofrer com as endemias e o alagamento de suas terras devido aos poucos investimentos e a estratégia ambiental utilizada, fato que já ocorria nas comissões anteriores como mencionamos (SOUZA, 2006: 21, 2014: 90-91; SILVA, 2014: 293).

Com a extinção da comissão, foi assinado um contrato com o dr. Francisco Ribeira de Moura Escobar<sup>78</sup> que, apesar de prever várias ações de saneamento e benefícios, como o direito de exploração das riquezas naturais e preferências para construção de ferrovias, não foi concretizado (SOUZA, 2006: 21; BRAZ e ALMEIDA, 2010: 45; SILVA, 2014: 293). Ações mais efetivas só seriam tomadas a partir da

---

<sup>78</sup> Para saber mais sobre esse assunto ver em Souza, 2016.

atuação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada em 1910 e é isso que veremos a seguir.

### **3.3 – Movimentos Nacionalistas e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada**

Os primeiros anos dos Novecentos foram marcados por intensos debates, sobretudo, a respeito do saneamento rural como foco no combate à malária, ancilostomose e mal de Chagas. Segundo Hochman, na “década de 1910, a intensificação do debate sobre a saúde e saneamento aconteceu no contexto do surgimento de inúmeros movimentos de caráter nacionalista” que acabou por contribuir para o surgimento de “agências e políticas governamentais em saúde pública e saneamento” (HOCHMAN, 2013: 61-62).

A época da criação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada em 30 de dezembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha, ressaltava que a salubridade era um instrumento de desenvolvimento econômico para região. Era necessário combater os focos de malária e “recuperar a vocação natural da região para agricultura” o que acabaria por atrair um maior número de pessoas, sem falar na diminuição da mortalidade da população local. O caminho para sanear o sertão e erradicar as doenças era eliminar os pântanos, principais focos de malária “por meio de obras de engenharia” (FADEL, 2009: 43, 143; DIAS, 2016: 75; SILVA, 2014: 294).

Para Comissão, duas razões contribuía para a formação dos pântanos: a primeira relacionada diretamente à falta de conservação dos rios devido ao abandono das terras, e a segunda ligada à construção da ferrovia e estradas de rodagem. Ainda segundo a Comissão, as obras sem estudos prévios que interferiram no meio ambiente local, como os aterros realizados, se converteram em verdadeiras barragens impedindo o escoamento das águas. Porém, segundo Fadel (2009), “dada a relação já conhecida na historiografia entre a construção de estrada de ferro e progresso, principalmente no período do império, estendendo-se pela República, essa crítica necessita de análise mais acurada” (FADEL, 2009: 150).

Para incentivar a agricultura, o governo federal, além de reduzir impostos, organizou concursos, exposições e criou prêmios voltados para este fim. Neste sentido, Iguassú, que já no final do século XIX cultivava laranjas em alguns distritos, acabou por se destacar, principalmente depois que Nilo Peçanha firmou um acordo de exportação

com governos da Argentina e Uruguai, assegurando melhores condições de comércio do produto. A partir deste acordo comercial, em 1910 a citricultura iguassuana tomou novo fôlego e 500 mil laranjas foram enviadas a Montevideu e Buenos Aires, tornando-se o principal produto da economia local entre 1920 e 1940 (DIAS, 2014: 68).

Um importante meio de divulgação e incentivo da agricultura de Iguassú foi o jornal *Correio da Lavoura*, fundado em 1917 por Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho<sup>79</sup>, na sede do município. O semanário que se dizia independente e apartidário tinha como lema “a defesa da lavoura, da higiene e da instrução”, estando bem de acordo com os ideais da época. Segundo Dias (2014), a preocupação de Azeredo Coutinho “com temas relacionados à saúde das populações, como a profilaxia e o atendimento clínico” pode ser explicada por sua passagem pelo Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro na época de seus estudos (DIAS, 2014: 42, 49).

Os movimentos e organizações nacionalistas, segundo Hochman (2013), “vislumbravam diversos caminhos para a recuperação e/ou fundação da nacionalidade: saúde, educação, civismo e valores nacionais, serviço militar obrigatório, etc.”. (HOCHMAN, 2013: 63). Esses projetos políticos-intelectuais que se formavam por meio de redes de sociabilidades, proliferaram em uma gama de associações que utilizavam a mesma terminologia: Liga. Entre estes movimentos estavam a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista e a Liga Pró-Saneamento do Brasil (NOFUENTES, 2009: 59). Neste trabalho, vamos enfocar apenas a Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, uma vez que Joaquim Nery manteve algum envolvimento com estes dois movimentos.

### **3.4 – A Liga Pró Saneamento do Brasil e a Campanha para Sanear o País.**

A partir de 1916, com a publicação do relatório da expedição realizada por Belisário Penna e Arthur Neiva em 1912, o movimento higienista ganha novo ânimo. O relatório feito a partir da expedição pelas regiões nordeste e centro-oeste do país,

---

<sup>79</sup> Nascido na Vila de Iguassú em 1859, Azeredo Coutinho, fundou o jornal *Correio da Lavoura* em 22 de março de 1917, aos 58 anos, após se aposentar. Considerado o jornal mais antigo ainda em circulação em Nova Iguaçu, atualmente tem como editor-chefe Robson Belém de Azeredo, neto do fundador. Azeredo Coutinho foi aluno do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, trabalhou no Laboratório Químico Farmacêutico. Depois de morar em Paty de Alferes onde lecionou em uma escola local, voltou ao Rio de Janeiro em 1904 como funcionário da Alfândega e em 1908 estabeleceu-se em Maxambomba, atual Nova Iguaçu (DIAS, 2014: 45-50). Para saber mais sobre Azeredo Coutinho e o *Correio da Lavoura* ver em Dias, 2014.

evidenciava a precariedade do quadro sanitário e as condições de vida da população dos sertões. Os sanitaristas descreviam o povo como “ignorante, abandonado, isolado, com instrumentos primitivos de trabalho, desconhecendo o uso da moeda, tradicionalista e refratário ao progresso”. O quadro de isolamento era o grande causador da falta de identidade nacional, reforçado “pelo abandono por parte do Governo Federal” (HOCHMAN, 2013: 66-67). A superação das doenças endêmicas estaria ligada à constituição do senso de nacionalidade (NOFUENTES, 2009: 64).

A Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em 1918, por Belisário Penna tinha como objetivo a erradicação das doenças endêmicas que acometiam a população do interior do país através da distribuição gratuita de medicamentos. O sanitarista acreditava que, para prosperidade do país, era fundamental o saneamento e a fixação do trabalhador rural no campo e que os serviços de saúde em todo o país deveriam ser uniformizados através da criação de uma agência pública de âmbito nacional (NOFUENTES, 2008: 37; DIAS, 2014: 71, 73).

Neste contexto, Iguassú funda um Centro de Melhoramentos em setembro de 1919, como noticiado no jornal *Correio da Lavoura*:

#### Centro de Melhoramentos de Iguassú

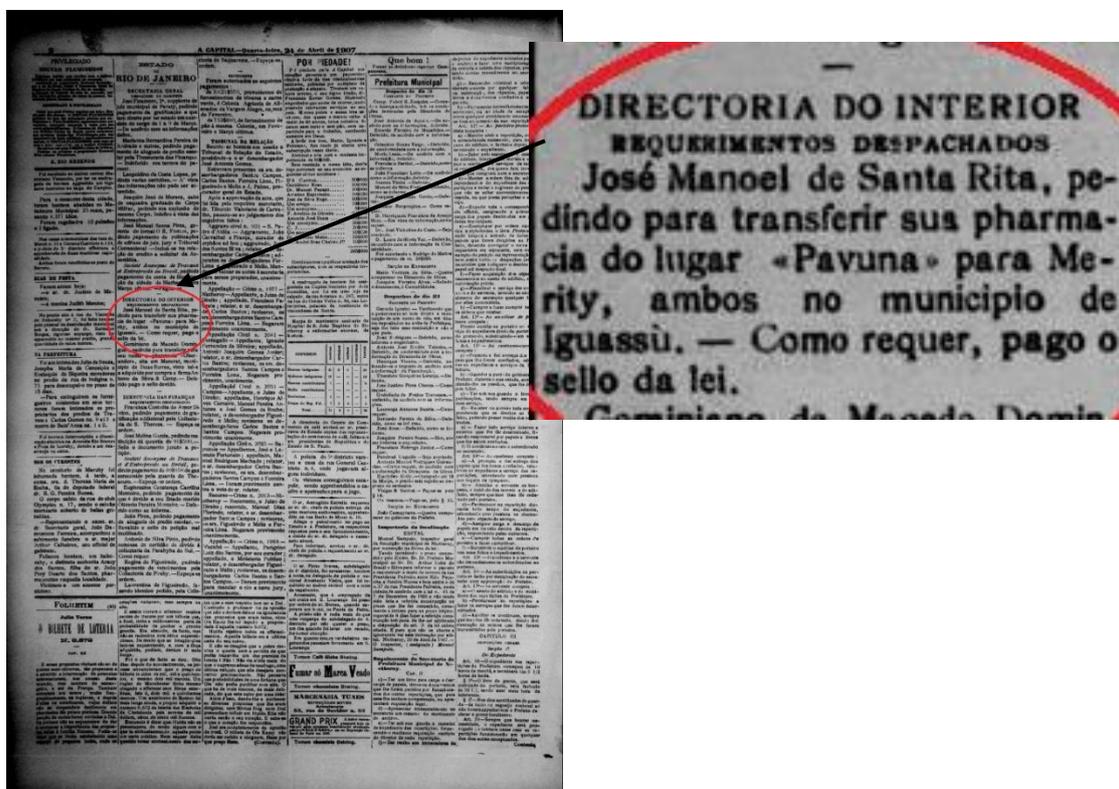
Em Belford-Roxo efetuou-se traz ante-ontem uma reunião para a criação do Centro de Melhoramentos de Iguassú, que se propõe a promover junto as autoridades públicas locais e federais os melhoramentos que necessitam os vários distritos deste importante município do Estado [...] (CORREIO DA LAVOURA, 04/09/1919: 1).

Em outubro de 1919 uma Comissão ligada ao Centro de Melhoramentos de Iguassú entregou ao Ministro da Aviação, um abaixo assinado com 800 nomes solicitando mais trens para o ramal do Rio d'Ouro e a redução de passagens e tarifas. Nesta mesma época, a Comissão também encaminhou ao presidente da Câmara Municipal de Iguassú uma solicitação para a conclusão do saneamento de Belford-Roxo e o concerto de uma ponte, localizada no bairro Retiro (CORREIO DA LAVOURA, 16/10/1919: 1; DIAS, 2016: 73).

Como mencionamos no capítulo II, Joaquim Nery fundou na localidade de Merity o Centro Pró-Melhoramentos de Merity, do qual era o presidente. Não encontramos nenhum registro a respeito do Centro fundado pelo prático, mas, a partir da

reportagem do *Correio da Lavoura*, podemos inferir que, assim como o de Iguassú, aquele fundado por Joaquim Nery tivesse os mesmos objetivos: fazer reivindicações em prol do melhoramento da localidade. Mas porque Joaquim Nery estaria preocupado com a melhoria de Merity e não da Pavuna onde estava estabelecida a farmácia da família? Encontramos a explicação para esta pergunta em uma publicação do jornal *A Capital* de 1907 (figura 16), onde José Manoel solicita a transferência da sua farmácia da Pavuna para a Merity. Neste sentido, as melhorias na localidade seriam boas para os negócios e para a família de modo geral que, já residia por lá.

**Figura 16: Jornal A Capital – Transferência da Farmácia.**



Fonte: Jornal *A Capital*, 1907: 2.

Na época da fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, a gripe espanhola<sup>80</sup> fazia muitas vítimas, sobre tudo entre março de 1918 e janeiro de 1919, provocando a morte de trinta milhões de pessoas em todos os continentes (HOCHMAN, 2013: 63). Aqui no Brasil, os relatórios apresentados às Assembleias Legislativas em 1919 por vários estados, dava a gravidade da situação enfrentada. Em Minas Gerais a epidemia

<sup>80</sup> Para saber mais sobre gripe espanhola ver em Goulart, 2005; Silveira, 2005; Bertucci, 2009 e Souza, 2010.

chegou ao final de 1918 deixando um total de 239 mortos só em Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 1919: 68-69). No Pará, apesar de já terem sido registrados casos de gripe em épocas anteriores, nenhuma se apresentou “sob a forma minimamente disseminadora e mortífera” como a de 1918 (PARÁ, 1919: 102). E no relatório do Amazonas, a gripe era considerada “mais violenta, talvez que a própria guerra” (AMAZONAS, 1919: 16). O relatório do Rio de Janeiro informava que:

Nos últimos meses do ano passado [1918] e começo do atual [1919], foi o Estado invadido pela epidemia de gripe, que tendo manifestado os primeiros casos nesta Capital, rapidamente se propagou aos demais municípios, fazendo inúmeras vítimas.

Apesar dos poucos e minguados recursos de que dispunha, a Administração esforçou-se a atender as perturbações trazida a sociedade pela violência do mal, que invadiu todos os lares, suspendeu quase totalmente as transações comerciais, paralisou as indústrias, prejudicou os trabalhos agrícolas, interrompeu a regularidade dos trabalhos administrativos, espalhando em sua passagem o terror e a morte [...] (RIO DE JANEIRO, 1919: 58).

Por todos os lugares, os jornais denunciavam a desorganização do país que, paralisado pela doença, via um governo incapaz de suprir a população de medicamentos e alimentos, que escassos, tornavam-se muito caros. O grande número de mortos fazia com que sobrassem corpos e faltassem caixões e coveiros para os enterros das vítimas (GOULART, 2005: 198; HOCHMAN, 2013: 124-125).

Até as últimas décadas do século XIX, a medicina contava com uma grande quantidade de misturas de eficácia duvidosa utilizadas amplamente em várias doenças e restrita quantidade de medicamentos eficazes contra limitado número de enfermidades (EDLER, 2006: 94; VELLOSO, 2007: 91). Assim, o medicamento, objeto principal da farmácia, a quem era atribuído papel primordial como meio de cura, nem sempre cumpria seu intuito (VELLOSO, 2007: 91).

Um novo cenário começou a se delinear, a partir de novas investidas químicas no campo terapêutico, com o desenvolvimento de novos medicamentos mais eficazes tanto na proteção, quanto no combate a doenças específicas (em função do distanciamento médico das concepções hipocráticas), e do surgimento da microbiologia (EDLER, 2006: 94).

Lentamente a produção industrial de medicamentos se multiplicou, com a transformação de algumas farmácias brasileiras em laboratórios farmacêuticos surgindo

assim, pequenas indústrias que introduziram novas técnicas de produção e formulação dos mesmos. As boticas que até então ocupavam um espaço importante nesta produção, presenciaram a mudança desse perfil, com a proliferação das farmácias que além de manipular os medicamentos prescritos pelos médicos, vendiam os industrializados (FERNANDES, 2004: 31; EDLER, 2006: 94-95).

O primeiro recenseamento realizado na época da proclamação da República voltado para incipiente indústria farmacêutica apontava 35 laboratórios localizados majoritariamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1907, o censo mostrava que esse número tinha se multiplicado chegando a um total 60 laboratórios (FERNANDES, 2004: 31).

A perplexidade diante da falta de medidas e medicamentos eficazes para combater a gripe espanhola e a dúvida sobre o agente causador e forma de transmissão colocava a medicina – e os laboratórios – diante de uma situação delicada em relação aos progressos apresentados a partir da bacteriologia (GOULART, 2005; SILVEIRA, 2005; BERTUCCI, 2009; SOUZA, 2010).

A população, de modo geral, recorreu às práticas populares para combater e evitar a gripe espanhola. Receitas milagrosas se multiplicavam em vista da ineficácia apresentada pelos medicamentos prescritos pelos médicos e a dificuldade destes em estabelecer um diagnóstico preciso. Eram comuns a utilização de cebola, limão e alho para infusões, sendo este último, utilizado também na confecção de patoás para serem pendurados no pescoço. Também eram utilizados suco de frutas, fórmulas vegetais tradicionais e receitas familiares antigas, disseminadas em conversas informais ou através de publicações de anúncios em jornais (GOULART, 2005: 112; BERTUCCI, 2009: 469; SOUZA, 2010: 57).

A comunidade médica queixava-se que a falta de conhecimento sobre o agente causador da gripe espanhola, limitava o tratamento ao simples alívio dos sintomas, levando-os a indicar a cada enfermo o tratamento de acordo com os sintomas apresentados, coisa que não diferia muito das práticas populares. Recomendavam a seus pacientes, dieta, repouso absoluto e medicamentos que na maioria das vezes, se mostravam ineficazes, aumentando a desconfiança da população em relação à medicina oficial e o consumo de qualquer produto que possivelmente promovesse a cura ou

prevenisse a tão temida doença (GOULART, 2005: 113; SILVEIRA, 2005: 92; SOUZA, 2010: 60). O saber da época não tinha respostas frente à epidemia, e a controvérsia acerca da determinação do agente causador da gripe espanhola persistiria até a década de 30 (SILVEIRA, 2005: 93; BERTUCCI, 2009: 471).

A força da epidemia pode ser medida pelo número de mortos decorrente da sua grande virulência. Foram contabilizados no Rio de Janeiro apenas no dia 22 de outubro de 1918, em um total de 1.073 óbitos, 930 por gripe. Segundo fontes da época, 66% dos cariocas, aproximadamente 600.000 mil habitantes, ficaram de cama acometidos pela gripe e entre 12.000 e 18.000 pessoas faleceram em decorrência da doença de outubro a dezembro de 2018 (GOULART, 2005: 105; BERTUCCI, 2009: 460; HOCHMAN, 2013: 125).

No município de Iguassú em 1918 foram registrados 1.267 óbitos, sendo 410 apenas no distrito sede e o relatório enviado à Câmara Municipal em 12 de junho de 1919 afirmava que todos os distritos foram “violentamente” atacados pela gripe. Na tentativa de socorro à população, foi montado um posto médico, abastecido de medicamentos pelas farmácias Werneck e Santo Antônio. Além disso, solicitou-se aos farmacêuticos Sebastião Herculano de Matos e Gouvêa Matos & Companhia, que dessem socorro médicos e medicamentos a todas as pessoas que necessitassem (PEIXOTO, 1960: 68).

Nestas estatísticas, está a família de Joaquim Nery. A epidemia levou a morte, em 02 de novembro de 1918, dois de seus filhos: Iracema de 5 anos e Joaquim de 3 anos, com diferença de 10 horas entre um e outro (figura 17).

**Figura 17: A Gripe Espanhola.**

Falleceu a minha filha  
 Joazeira no dia 2 de Novem-  
 bro de 1918, as 5 e 1/2 da ma-  
 nhã de grieppe peneumático  
 esta sepultada no cemité-  
 rio de Merity, na sepultu-  
 ra n° 736, 5ª sepultura a  
 contar da rua do cruceiro enfren-  
 te ao pé de ipe que tem  
 na rua

Falleceu o meu filho Joa-  
 quim, no dia 2 de Novem-  
 bro de 1918, as 3 horas da  
 tarde de grieppe peneuma-  
 tico, esta sepultado no cemité-  
 rio do Cajú, no quadro  
 6ª sepultura n° 68,905

Fonte: Santa Rita, 1894: 4.

O prático ainda registrou o falecimento de mais duas pessoas da família no ano em que a epidemia grassava. Seu cunhado Joaquim faleceu no dia 20/10/1918 e sua cunhada Bella Aurora, um pouco mais de um mês depois em 25/11/1918 (SANTA RITA, 1894: 5). Não há registro do motivo do falecimento, mas não podemos descartar a possibilidade de terem sido acometidos pela doença, tendo em vista ser a época de seus falecimentos a que a doença mais vitimou.

Outra informação deixada por Joaquim Nery sobre epidemias se refere a febres muito comuns na região da Baixada. Em janeiro de 1918 a família tinha se mudado para a localidade de Estrella, porém, o prático volta com a família para Merity em março de 1920 na tentativa de fugir das febres tão presentes na região (figura 18). Segundo os relatórios do governo, o impaludismo (malária) era frequente na Baixada e em 1919, apesar de a situação sanitária do estado ser considerada boa sem nenhuma grande

epidemia, o impaludismo assolava a Baixada Fluminense (RIO DE JANEIRO, 1920: 36).

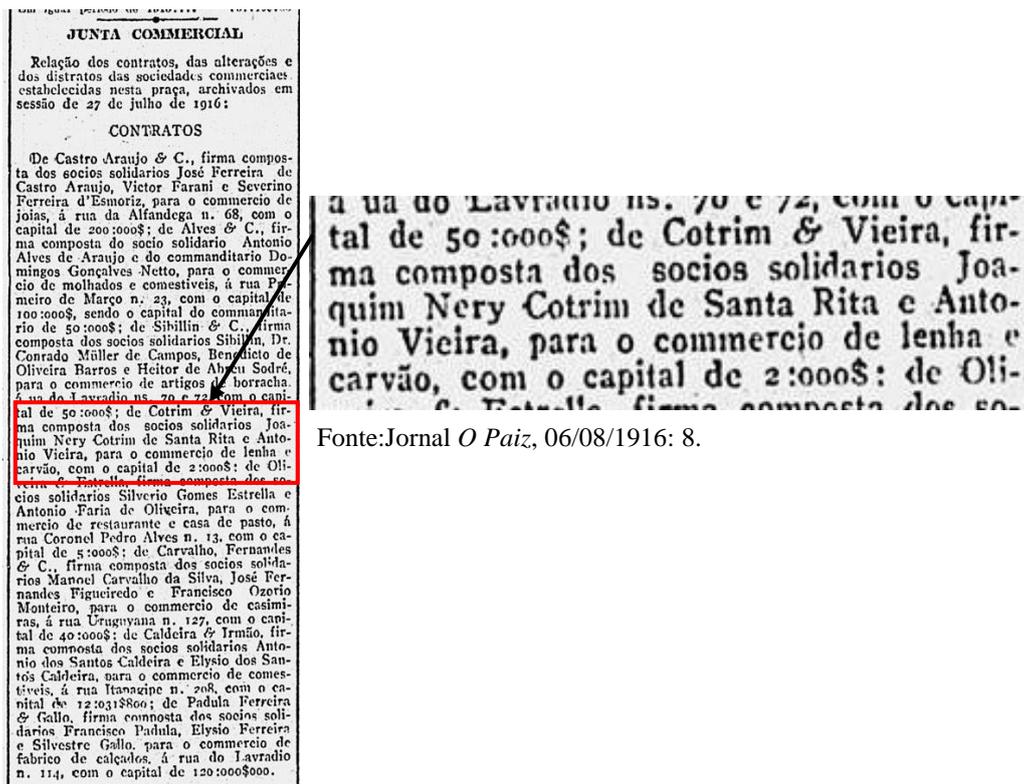
**Figura 18: Fugindo da Febre.**

mudei-me para a  
 Estrella em Janeiro de  
 1918 em 9 de Setembro  
 de 1919 mudei-me para  
 uma casa que mandei  
 dizer que fôr em Caco-  
 tá na Estrella.  
 Mudei-me para Murty  
 em Março de 1920 por ter  
 a febre me perseguindo e  
 toda minha família, deixo  
 como encarregado no fabrico  
 de metros de lenha o José  
 Pinto, que me roubou 300  
 metros a rasar de 9,000  
 cada em pagamento a  
 quantia de 2,100,000, total  
 do roubo.

Fonte: Santa Rita, 1894: 465.

As informações deixadas por Joaquim Nery são muito interessantes e mostram outras faces de sua vida. Ao sair de Estrella, o prático relata ter deixado um encarregado “no fabrico” de metros de lenha e alega ter sido roubado por ele em 300 metros. Procurando entender se esta era uma extração ilegal, buscamos mais informações e achamos no jornal *O Paiz* de 1916 (figura 19), uma relação de contratos registrados na Junta Comercial. No anúncio, verificamos o registro da criação da empresa Cotrim & Vieira, de propriedade de Joaquim Nery e Antônio Vieira em 1916, destinada a comercialização de lenha. Esta informação sobre a exploração de lenha vai ao encontro do que a historiografia e os documentos falam sobre o desmatamento da região para fabricar lenha e carvão vegetal, muito comum na região e que contribuía para o agravamento das ocorrências epidêmicas.

**Figura 19: Jornal O Paiz – Comércio de Lenha.**



Fonte:Jornal O Paiz, 06/08/1916: 8.

Os acontecimentos desencadeados pelas epidemias, em especial pela a gripe espanhola que vitimou pessoas de várias classes sociais, sem respeitar sexo ou idade, fez a percepção em relação à doença ser alterada, sobretudo, no que diz respeito ao papel das autoridades públicas. Os debates em torno da necessidade de uma reforma sanitária se intensificaram e políticos de várias linhas concordavam, em algum grau, que o modelo do sistema de saúde adotado não funcionava. Os argumentos variavam, mas a conclusão era quase unânime: a necessidade de mudança. Porém, a mesma unanimidade não se dava em relação à solução do problema (HOCHMAN, 2013: 125-126).

Após a epidemia, o governo implementa uma série de ações em políticas públicas nas regiões que eram consideradas predominantemente rurais. Os esforços para sanear os “sertões”, visavam transformar as regiões consideradas insalubres em locais habitáveis e produtivos, melhorando, por consequência, a saúde da população. (HOCHMAN, 2013:130; DIAS, 2014: 75).

Neste sentido, o Governo Federal criou em abril de 1919 o Serviço de Profilaxia Rural, para que estados e União desenvolvessem ações conjuntas com foco nas

endemias rurais. Subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Serviço de Profilaxia Rural permitia aos estados mais acesso à ajuda financeira disponibilizada pelo Governo Federal (HOCHMAN, 2013: 130; DIAS, 2014: 75). No Rio de Janeiro foram instalados nas zonas rurais do estado 10 postos sanitários. Inserido nestas ações, Iguassú foi beneficiado com um posto na sede do município, agora denominada Nova Iguassú<sup>81</sup> e subpostos foram instalados em outras localidades do município como em Raiz da Serra, em Merity e na Pavuna (figura 20) (THIELEN e SANTOS, 2002: 396; DIAS, 2014: 75).

**Figura 20: Fotografias dos Postos de Profilaxia Rural de Raiz da Serra – Merity e Pavuna.**



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Na primeira foto o posto de Raiz da Serra em Merity e na segunda, o posto da Pavuna.

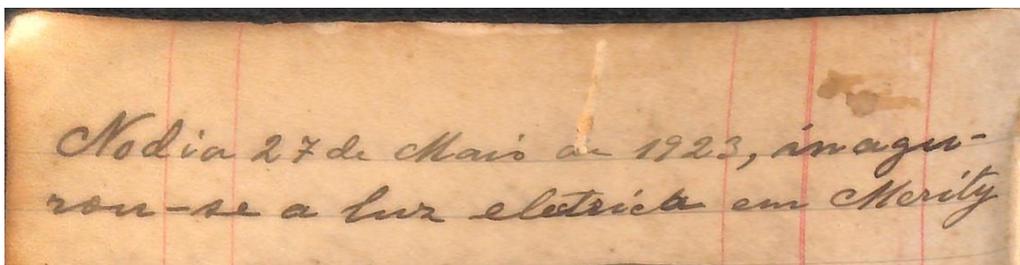
<sup>81</sup> Em 1916 a sede do município teve seu nome alterado de Maxambomba para Nova Iguassú. Segundo Dias (2014), a palavra “nova” foi incluída sinalizando “para as mudanças em curso, onde a nascente cultura da laranja afirmaria uma nova elite rural” (DIAS, 2014: 69). O nome do município só mudaria de Iguassú para Nova Iguacu em 31 de março de 1938.

Para que as ações do Serviço de Profilaxia Rural fossem efetivas, os encarregados julgavam necessária uma obra para a construção de uma rede de esgotos. Contudo, o município de Iguassú não possuía recursos para arcar com os custos da obra que foram assumidas pelo estado por considerar que esta era de “interesse geral”. Esta situação de dependência financeira levou o estado, baseado na reforma constitucional de 1903, a criar a prefeitura e designar como prefeito de Iguassú o médico sanitarista Mário Pinnoti (DIAS, 2014: 75, SILVA, 2014: 296).

Esta indicação apesar de ser comemorada por algumas pessoas, principalmente as engajadas nas causas sanitárias que viam na indicação do chefe do Posto de Profilaxia Rural, a possibilidade de realizações de grandes obras e reformas sanitárias, foi motivo de desavenças. As disputas políticas da região foram acirradas e a resistência do grupo ligado à presidência da Câmara Municipal, dificultou as obras levando a sua interrupção em 1920, após Pinnoti ter sido destituído (DIAS, 2014: 75-76, 2016: 73; SILVA, 2014: 296).

Apesar destas disputas, serviços como “canalização de esgotos; limpeza de valas e ruas; reformas e construção de pontes, ações do posto de profilaxia rural e medidas destinadas à instrução” foram noticiados nas páginas do jornal *Correio da Lavoura*, que comemorava estas ações. As transformações que ocorriam na localidade, vistas como símbolos do progresso local, continuaram tendo destaque no jornal que ainda anunciou a instalação da nova sala de telégrafos e as inaugurações de estradas e da luz elétrica em várias localidades (DIAS, 2014:76, 2016: 72, 74), esta última também registrada por Joaquim Nery em seu Livro de Assento (figura 21).

**Figura 21: Chegada da Luz em Merity.**



Fonte: Santa Rita, 1894: 436.

O registro da chegada da luz elétrica em Merity mostra a importância dada pelo prático a este fato. Porém, encontramos uma divergência de datas em relação à chegada

da luz na região que, segundo Souza (2014), teria chegado aos arredores de Merity em 1924. Na anotação do prático é possível notar que a inauguração da luz elétrica se deu em 27 de maio de 1923, porém, não localizamos documentos com a data correta desta inauguração.

A visita do chefe do Serviço de Profilaxia Rural e Saneamento e fundador da Liga Pró-Saneamento do Brasil, Belisário Penna, a Iguassú para uma conferência em comemoração ao aniversário de um ano do posto de Profilaxia Rural municipal, também foi noticiada pelo *Correio da Lavoura* (DIAS, 2016: 71). Na figura 22 vemos Belisário Penna em uma conferência em Nova Iguassú.

**Figura 22: Conferência de Belisário Penna em Nova Iguassú.**



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

O sanitarista acreditava que a educação em prol do saneamento não deveria ficar restrita ao espaço da Capital da República, por isso, fez várias conferências como a realizada em Nova Iguassú, pelos subúrbios e cidades do interior do Brasil em associações privadas e públicas. Através destas palestras, Belisário Penna distribuía “panfletos de caráter pedagógico que alertavam a população para a importância dos princípios básicos de higiene fundamentais para preservação da saúde” e propagava os ideais da Liga (BRITTO, 1995: 21).

Em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública pelo Congresso Nacional no final de 1919, a Liga Pró-Saneamento do Brasil foi extinta. O novo órgão criado a partir de uma reforma nos serviços de saúde possuía abrangência

nacional, antes de competência exclusiva dos governos estaduais, e incorporou muitos membros do movimento sanitário, entre eles Carlos Chagas, diretor do Instituto Oswaldo Cruz que assumiu a direção do Departamento (BRITTO, 1995: 25).

Anos após as ações realizadas pela Liga Pró-Saneamento do Brasil em Iguassú, jornal *Correio da Lavoura* publicou em suas páginas que o desenvolvimento do município estava prejudicado pela deficiência das intervenções sanitárias e da profilaxia destinados à população local (DIAS, 2014: 79, 2016: 72).

Não podemos esquecer que além do saneamento rural e da saúde, para a Liga Pró-Saneamento do Brasil, a educação “constituía um problema primordial” que devia ter toda atenção (BRITTO, 1995: 22). Neste contexto, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, um dos projetos políticos-intelectuais da época, vislumbrava a salvação nacional, principalmente com o combate ao analfabetismo. Conforme mencionamos no capítulo anterior, Joaquim Nery também esteve inserido neste movimento.

### **3.5 – A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e “o dever de honra de todos os brasileiros”.**

Fundada em 21 de abril de 1915, A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo<sup>82</sup>, estava inserida entre os muitos movimentos nacionalistas dos anos de 1910, que se propunham a pensar a Nação e o brasileiro, e viam na educação uma estratégia civilizatória. Com o lema “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo o cidadão”, tinha por objetivo combater o analfabetismo para que cidades e vilas pudessem na comemoração do primeiro centenário da independência do país, declararem-se livres do analfabetismo (NOFUENTES, 2008: 38, 42; 2009: 66).

Ao abordar a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, Nofuentes (2008), destaca que entre os sócios fundadores da Liga estavam o poeta Olavo Bilac que também integrava a Liga de Defesa Nacional e o dr. Luiz Palmier membro da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, da qual falaremos mais adiante. A autora ainda aponta que entre os sócios encontravam-se pessoas dos mais variados grupos sociais.

[...] com destaque para a participação intensa de militares, sobretudo em razão da difusão da ideia de soldado-cidadão e a noção ampla de defesa nacional [...] o que fazia com que muitos destes

---

<sup>82</sup> Para saber mais sobre, ver Nofuentes, 2008.

membros frequentassem os diversos tipos de associações fundadas neste contexto. Este pertencimento marcaria uma reciprocidade entre tais instituições. (NOFUENTES, 2008: 50).

Antes de continuarmos a falar sobre a Liga, cabe um parêntese para falarmos um pouco sobre o dr. Luiz Palmier<sup>83</sup>, um dos principais divulgadores e membro atuante na luta contra o analfabetismo no estado do Rio de Janeiro. O médico nasceu no município de Sapucaia, no interior do Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1893. Terceiro filho do casal Felício Palmier e Florisbela da Silva Palmier, na juventude trabalhou como balconista em uma farmácia, local onde provavelmente desenvolveu seu interesse pelos cuidados com a saúde. Formando-se farmacêutico em 1912, pela Escola de Farmácia de Ouro Preto em Minas Gerais e de volta ao Rio de Janeiro, iniciou o curso de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1918 (REZNIK e ARAUJO, 2007: 1123).

Visando o início dos trabalhos, logo após a sessão de inauguração em setembro de 1915, a Liga organizou três comissões: uma para trabalhar junto ao poder legislativo federal: uma para atuar junto aos poderes municipais e outra para atuar pela criação de escolas para analfabetos por associações de auxílios mútuos, esportivas, industriais religiosas ou de qualquer outra ordem. A estratégia de atuar ao mesmo tempo junto aos três níveis do poder legislativo: federal, estadual e municipal, assim como a “busca pelo apoio da sociedade civil” foram fundamentais para atuação da Liga que também contava com a imprensa para divulgação dos seus ideais (NOFUENTES, 2008: 52-53).

Através da nomeação de delegados, que iam pelo país fazendo propaganda contra o analfabetismo e verificando o andamento da campanha, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo se espalhou por todo o território nacional. Ligas Contra o Analfabetismos foram fundadas em 20 estados brasileiros e um dos primeiros estados a se filiar a organização nacional foi Minas Gerais que, em 12 de outubro de 1915, fundava no município de Barbacena a Liga Barbacenense Contra o Analfabetismo. Quanto ao estado do Rio de Janeiro, a cidade de Campos foi a primeira a promover ações em favor do combate à luta contra o analfabetismo, logo seguida por outras cidades como Araruama, Petrópolis, Teresópolis, entre outras (NOFUENTES, 2008: 88-89).

---

<sup>83</sup> Para saber mais sobre, ver Reznik e Araujo, 2007 e Santos, 2008.

Em dezembro de 1915 durante as providências para a fundação da Liga em Niterói, dr. Luiz Palmier ressalta a importância da criação da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, que já vinha sendo articulada:

O Major Maximiliano Martins, nomeado delegado da LBCA [Liga Brasileira Contra o Analfabetismo] na capital do estado do Rio vinha desenvolvendo atividades em torno desta iniciativa. Nilo Peçanha, Presidente do estado do Rio de Janeiro, havia conversado com o Major Maximiliano Martins sobre a organização de uma Liga Fluminense Contra o Analfabetismo [...] (NOFUENTES, 2008: 89).

A Liga Fluminense Contra o Analfabetismo fundada em 1916 possuía os mesmos objetivos da Liga Brasileira, libertar do analfabetismo a maior parte das cidades do estado até o centenário da Independência do país. Seu conselho consultivo, composto por mais de 30 nomes, possuía cidadãos fluminenses importantes como Alberto Torres, Feliciano Sodré e Oliveira Botelho. Seu presidente era Leopoldo Teixeira Leite e um dos vices- presidentes, dr. Luiz Palmier. A Liga chamava a atenção para a necessidade de alfabetização de pessoas entre 14 e 50 anos de idade, a partir da abertura de cursos noturnos gratuitos (NOFUENTES, 2008: 111).

Em Iguassú, o fundador do jornal *Correio da Lavoura* Silvino Azeredo, através de uma iniciativa particular criou uma escola gratuita para adultos e, este empreendimento lhe rendeu um convite para ser delegado da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. A Liga ficou sabendo da escola gratuita de Iguassú, através de Luiz Palmier que era sócio do diretor do jornal na fundação da escola (DIAS, 2014: 53).

Neste contexto, também foi fundada uma Escola Noturna Gratuita de Merity em dezembro de 1921, como já mencionamos:

#### Contra o Analfabetismo

##### Escola noturna gratuita de Merity

Por iniciativa de alguns moradores de Merity efetuou-se anteontem [04 de dezembro de 1921], nesta localidade, uma reunião em que se tratou da fundação de uma escola gratuita noturna com o fim altruístico de combater o grande analfabetismo aí campeia lastimavelmente.

Esta instituição será mantida e custeada pela contribuição voluntária dos habitantes da localidade, para o que já muitos se subscreveram.

Na citada reunião tomaram-se diversas resoluções atinentes ao assunto, nomeando-se uma comissão de três membros para confecção do Regulamento da Escola e ficou convocada uma nova assembleia para o dia 18 do corrente [dezembro] às 18 horas.

Todos os que compareceram ficaram bem impressionados e convictos da grande utilidade da iniciativa (JORNAL DO BRASIL, 1921: 12).

Já havíamos levantado à hipótese de os fundadores da escola gratuita terem achado melhor concentrar os esforços para ajudar a manter a Escola Regional de Merity, em vez de manter a escola gratuita. Porém, não podemos deixar de supor que, a rede de sociabilidade em que estava inserida a fundadora da escola pode ter influenciado também nesta decisão, uma vez que contava com apoio de várias personalidades envolvidas em lutas sociais e políticas do país. Como já mencionamos anteriormente, Armanda Álvaro Alberto estava inserida em diversos projetos de salvação nacional, logo no primeiro ano de fundação da escola já possuía o apoio de personalidades. A rede de sociabilidade a que pertencia Armanda e seus feitos ligados à educação levaram a educadora a assumir a vice-presidência da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo em 1923 (SANTOS, 2008: 83-84, MIGNOT, 2010: 144).

### **Figura 23 – Fotografia de Armanda Álvaro Alberto**



Fonte: Lazaroni, 2010.

Quando Armanda chegou a Merity em 1920, na localidade faltava água potável, atendimento médico e hospitalar, escola pública e saneamento. Neste contexto, a educadora funda sua escola, se inserido nos “projetos médicos-higienistas e sanitaristas” em voga. Estes projetos vislumbravam a “construção de uma nova identidade nacional através dos preceitos higiênicos utilizando como instrumento de inserção de suas ações,

a escola primária”. Para isso, a grade curricular e os programas pedagógicos da escola contavam com o ensino de higiene e, na tentativa de diminuir a evasão escolar, oferecia a seus alunos merenda que, na maioria das vezes consistia em mingau de fubá e mate, o que rendeu a instituição o nome popular de “Mate com Angu” (SILVA, 2011: 9, 11, 13).

Ao fundar a Escola Regional de Merity (figura 24), Armanda pretendia atender a população carente da região, com um modelo de escola voltado para o ensino primário e regional, como já fazia em Angra dos Reis em 1919, onde havia fundado uma escola ao ar livre para os filhos de pescadores locais. A Escola Regional de Merity apesar de particular era gratuita mantida pela fábrica de explosivos Rupturita, de propriedade de seu irmão Álvaro Aberto da Motta e Silva e de Francisco Venâncio e por um grupo de benfeitores (SANTOS, 2008: 83; MIGNOT, 2010: 24, 28; SILVA, 2011: 9).

**Figura 24 – Escola Regional de Merity – 1928.**



Fonte: Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Mignot (2010) ao descrever a escola afirma que:

[A] Escola Regional de Meriti, em muito se assemelhava ao que ficara definido em Calais, pelo *Bureau International des Écoles Nouvelle*, em 1921, como características que deveriam ter as escolas novas. Tinha, quanto à organização geral, a preocupação de ser lugar de experimentação científica; estava situada no campo, em regime de coeducação; ministrava trabalhos manuais com fins educativos, mais

que profissionais; estimulava a jardinagem, criação de animais, tempo livre para trabalhos extraclasse, como ginástica e excursões. No âmbito da formação intelectual, privilegiava o espírito crítico, em lugar da memorização. Fatos e experiências tinham precedência sobre o ensino livresco. Baseava-se na atividade, na expressão espontânea da criança por meio dos desenhos, jogos e trabalhos coletivos. A disciplina, parte da formação moral, não era imposta, e os alunos participavam do funcionamento escolar. Não estimulava a competição, nem aplicava castigos. O ambiente procurava ser bonito, ordenado, higiênico.

[...] Em 1928, a mantenedora da Escola Regional de Merity contava com “220 sócios, concorrendo cada um, mensalmente, com uma importância módica que perfaz, atualmente, 1:200\$000.” Também contribuía, espontaneamente, “casas comerciais, em gêneros, calçados, fazendas, utensílios etc. Os sócios da Fundação são contribuintes, benfeitores, beneméritos, fornecedores etc” (MIGNOT, 2010: 24 , grifos da autora).

Um dos maiores colaboradores da Escola Regional de Merity foi o sanitarista Belisário Penna que, através de suas conferências sobre educação sanitária e outros assuntos relacionados à saúde, realizadas em Merity a convite de Armanda Álvaro Alberto, contribuía para proposta educacional da escola voltada para “educação higiênica dos alunos e de toda comunidade” (SILVA, 2011: 15).

Outro momento importante de atuação da escola foi quando o Posto de Profilaxia Rural local foi fechado em 1922. Na época, o médico escolar passou a acumular duas funções: o atendimento aos alunos e às famílias das crianças matriculadas. Entretanto, o resto da população local que não tinha nenhum contato com a escola ficou sem atendimento. Armanda nos anos seguintes continuou a lutar por uma condição melhor para os moradores de Merity, acreditando que a localidade tinha sido abandonada depois que Belisário Penna tinha deixado o cargo em 1923 (SANTOS, 2008: 100).

Os esforços de Armanda se estenderam pelos anos seguintes, mas a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo da qual fez parte, encerrou suas atividades em 1940. Através da publicação de uma nota no *Jornal do Commercio* em março daquele ano, anunciava-se a extinção da instituição, apesar de não ter alcançado sua meta principal de erradicar o analfabetismo até o centenário da Independência do país. A Liga dava sua missão por concluída, após presidente Getúlio Vargas decretar a obrigatoriedade do ensino primário, maior bandeira defendida pela instituição (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/1940: 8).

Porém, o saneamento continuava a ser o principal objetivo a ser alcançado para que o progresso social e econômico da região da Baixada Fluminense fosse alcançado. A imagem de lugar insalubre já estava consolidada e outras comissões seriam designadas para solucionar os problemas da região, mas assim como as anteriores, não obtiveram sucesso. Este foi o caso da Comissão nomeada em 1920 para sanear a região que ia de Manginhos à Raiz da Serra em Petrópolis, chefiada pelo engenheiro João Batista de Moraes e a de 1921, com a Empresa de Melhoramentos da Baixada, chefiada Jerônimo Alencar Lima (MONTEIRO, 2008: 41; SILVA, 2014: 299).

Depois destas tentativas frustradas, apenas na década de 1930, se dariam medidas mais eficazes. O governo de Getúlio Vargas criaria em 1933 a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, subordinada ao Departamento de Portos e Navegação do Ministério da Viação e Obras Públicas, sob a coordenação do engenheiro Hildebrando de Góes que “inauguraria um novo capítulo de intervenções na região” (MONTEIRO, 2008: 41, SILVA, 2014: 299).

O principal objetivo da comissão era fazer um estudo sobre a região, avaliar os trabalhos realizados anteriormente e propor novas intervenções para o saneamento. Porém, as obras efetivamente só começariam três anos após a criação do órgão, com o mapeamento da região, criação de equipes de manutenção e desobstrução dos rios, entre outras ações. Isto se deu após a Comissão tornar-se independente e transformar-se em Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense em 1936 (MONTEIRO, 2008: 41, FADEL, 2009: 217, 219; SILVA, 2014: 299).

Em 1933, relatórios enviados pelo interventor estadual Ari Parreiras ao presidente Getúlio Vargas dando conta da situação sanitária do Rio de Janeiro, informava que em Iguassú o “estado sanitário” era bom, principalmente devido aos serviços realizados pela prefeitura municipal. Nestes relatórios, além dos dados sobre os serviços de saneamento, contavam ainda com informações sobre praças, estradas de rodagem e instrução pública (DIAS, 2014: 389, 2016: 76).

Especificamente no que diz respeito a Merity, lugar onde Joaquim Nery residia, a Comissão de Saneamento da Baixada atuou na drenagem e aterro das áreas pantanosas, na instalação de bicas de água, na drenagem dos rios Merity, Sarapuí, Iguassú e Estrella, assim como na aplicação de inseticidas. Essas novas ações de saneamento acabaram por contribuir para o avanço imobiliário e a ocupação das terras

que foram divididas em lotes e vendidas, beneficiando especuladores e antigos proprietários de terra. Esta nova realidade transformou a localidade que, no lugar de grandes propriedades rurais, passou a ter estabelecimentos comerciais e residenciais, o que contribuiu para a expansão populacional da região a partir de década de 1940 (MONTEIRO, 2008: 41; SOUZA, 2014: 97,100).

Percebemos ao longo do capítulo, que as ações de saneamento da Baixada Fluminense, foram repletas de “avanços e recuos, impasses e entraves que permearam este processo desde fins do século XIX”, com muitos conflitos entre os poderes federal, estadual e municipal como destacou Dias (2014: 391; 2016: 76). Nos anos seguintes, a Baixada Fluminense continuou sendo alvo de ações por parte do governo, mas os problemas de infraestrutura não foram resolvidos e ainda perduram na região.

Neste contexto de epidemias e saneamentos, verificamos a participação de José Manoel e Joaquim Nery, assim como de outros farmacêuticos no auxílio à população local, tanto no fornecimento de medicamentos quanto ao atendimento a população. Em 1895 em meio à epidemia de varíola José Manoel aplicava as linfas vacínicas na população iguassuana, porém, o boticário em épocas anteriores já havia trabalhado para a Câmara Municipal de Capivary. Anos mais tarde, observamos o envolvimento de Joaquim Nery nas ações voltadas ao saneamento da região com seu envolvimento na fundação da Liga Pró-Saneamento de Merity e de alguma forma na Liga Contra o Analfabetismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos três capítulos apresentados, buscamos compreender como o ofício farmacêutico era desenvolvido em Iguassú, na periferia do Rio de Janeiro, a partir das anotações deixadas pelo prático de farmácia Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita, em seu Livro de Assento. Os registros, que mostram a vida cotidiana da família e a atuação profissional do prático, possibilitaram a análise das redes de sociabilidades em que a família estava inserida, o exercício do ofício farmacêutico, às transformações ocorridas em relação à profissão assim como, as epidemias que atingiram a família e a região onde fixaram residência.

Desde o início não tínhamos a pretensão de construir um estudo propriamente biográfico. Pretendíamos que as anotações deixadas por um prático de farmácia norteassem os caminhos da pesquisa sobre o exercício da farmácia e suas transformações ao longo do tempo. Porém, fazer uma apresentação do Joaquim Nery e José Manoel era fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Contudo, é importante ressaltar que apenas alguns pontos na história do prático e do boticário foram destacados, “para não incorrer[mos] nos efeitos de compor uma trajetória homogênea, encadeada [e] autoexplicativa” (DIAS, 2016: 45).

Durante este processo, percebemos a atuação de Joaquim Nery em algumas farmácias, ora como empregado, ora como proprietário e seu envolvimento em movimentos em prol da melhoria da localidade onde residia. E, mesmo o prático não fazendo muitas menções sua vida antes de 1894, localizamos seu pai, José Manoel de Santa Rita trabalhando na Vila de Capivary, na Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, como boticário, inclusive prestando serviço à Câmara municipal daquela localidade.

Ao caracterizarmos a Vila de Capivary e o município de Iguassú pudemos observar e comparar como se dava a presença de boticários e médicos nas regiões no período entre 1850 e 1885, através dos registros do *Almanak Laemmert*. Percebemos por meio dos dados levantados, que o registro de boticários presentes na Vila de Capivary sempre foi maior que o número de médicos que, muitas vezes não aparecem registrados. Estes dados nos sugerem que os boticários faziam o atendimento à

população, assim como apontou Weber (1999) ao abordar as artes de curar na República Rio-Grandense:

[...] muitas vezes, [...] o farmacêutico atuava como médico, já que era o único que possuía o conhecimento sobre os medicamentos e as doenças em várias cidades. Construíram-se espaços onde o socorro se dava não só no atendimento efetivo da doença, mas também de na convivência de solidariedade, entre os habitantes de uma localidade, como troca de notícias, sabendo-se dos doentes e dos falecimentos, quando as pessoas se congregavam nas farmácias [...] (WEBER, 1999: 217).

Quanto ao número de boticários no município de Iguassú, verificamos que aparecem registrados em todos os anos analisados, e os números destes agentes são sugestivos de um atendimento mais equilibrado em relação à Vila de Capivary. Neste sentido, podemos afirmar que, apesar dos números, não podemos excluir a hipótese de boticários e/ou outros agentes de cura fazer o atendimento a população local. Entretanto, vamos repetir que este é um levantamento inicial sobre os terapeutas a partir do *Almanak Laemmert* e necessita de aprofundamento para melhor entendimento destas questões.

Acreditamos que em algum momento, Iguassú pareceu mais promissor que a Vila de Capivary e José Manoel se mudou com a família para o município. Ao chegarem, a necessidade de inserção no novo meio, levou a família a construir novos laços de sociabilidades. O pertencimento a irmandade local e o casamento de Joaquim Nery, certamente facilitaram a inserção da família na nova localidade, assim como o estabelecimento da farmácia e o envolvimento político de José Manoel.

Na tentativa de melhor entender a trajetória destes personagens, voltamo-nos para a estrutura familiar, mas sem a pretensão de uma análise profunda. Encontramos os Santa Rita e os Cotrim distribuídos por 6 localidades do Rio de Janeiro, entre elas a região de Saquarema que acreditamos, possa ter sido o local no qual as famílias se conheceram e possivelmente se uniram através do matrimônio de José Manoel e Henriqueta. Neste levantamento, percebemos o envolvimento político de ambas as famílias nos locais em que residiam e, apesar de não conseguirmos estabelecer algum laço de parentesco entre os membros das famílias, o padrão encontrado, corrobora com o mencionado por Mattos (2013) quando a autora afirma que a mobilidade por localidades próximas em busca de novos laços familiares era recorrente que, sem dúvida ajudou no estabelecimento da família na nova localidade.

Além destes Santa Rita, encontramos no *Almanak Laemmert* mais dois membros da família ligados ao ofício farmacêutico. Um como ajudante interino do boticário no Hospital Militar da Guarnição da Corte e, outro relacionado na parte referente a mercadores e depósitos de sanguessugas, na Rua da Assembleia. Estas informações corroboram com o que diz a historiografia sobre o ofício farmacêutico ser um negócio de família, passado através das gerações. Neste sentido, podemos apontar o boticário Ezequiel Correia dos Santos que viu seu filho homônimo Ezequiel Correia dos Santos seguir seus passos, assim como o farmacêutico Theodoro Peckolt viu seu filho Gustavo Peckolt e seu neto Oswaldo Lazarini Peckolt.

Percebemos a chegada da família em Iguassú através da solicitação de José Manoel a Junta de Higiene para abertura da sua farmácia no arraial da Pavuna. Apesar de uma prática legal, a autorização dada aos práticos sem formação acadêmica era motivo de muitos protestos por parte dos farmacêuticos diplomados. Não podemos esquecer que esta era uma época de delimitação dos espaços de atuação tanto de médicos como de farmacêuticos, que lutavam contra aqueles que classificavam como charlatões. Estavam incluídos nesta categoria todos os agentes ligados as artes de curar que não possuíssem diplomas, mesmo aqueles legalmente autorizados a trabalhar.

Além da solicitação de José Manoel encontramos outros boticários fazendo a mesma solicitação à Junta de Higiene, respaldados pela lei. Apesar disto, as críticas dos farmacêuticos diplomados ecoavam por todos os lugares. Mesmo assim, as autorizações eram concedidas e as farmácias eram abertas segundo os requisitos legais.

Outra prática igualmente criticada era o empréstimo da autorização de um boticário legalmente autorizado para abertura da farmácia, para práticos não licenciados. Encontramos no Livro de Assento de Joaquim Nery o relato do práctico afirmando ter pegado emprestada à carta de autorização concedida a seu pai pela Junta de Higiene. Segundo o práctico, seu pai ao oferecer-lhe a compra da farmácia localizada na Pavuna, se compromete a empresta-lhe a carta para que possa manter os atendimentos na localidade. Certamente esta era uma prática recorrente, pois além das reclamações dos farmacêuticos, era prevista, por parte da Junta de Higiene, uma punição àqueles que praticassem esse ato.

Voltando os olhares para Iguassú, especialmente nas questões do saneamento da Baixada da Guanabara, percebemos que essas estiveram na pauta do Estado desde a época do império que, preocupado com a região assolada por epidemias, encomendava vários estudos com o objetivo de analisar a situação local e traçar ações de saneamento. Porém, estes estudos, muita vezes, não foram levados adiante por serem inconclusivos ou por falta de verbas para a realização das obras e, durante todo o Oitocentos, a região continuou sofrendo com endemias e alagamento de suas terras.

Na primeira década dos anos 1900, ações mais efetivas foram tomadas a partir de intensos debates sobre saneamento rural, momento em que surgiram movimentos de caráter nacionalistas que acabaram por contribuir para o surgimento de políticas governamentais voltadas para a saúde pública e o saneamento. Neste contexto, interessa-nos destacar a atuação de José Manoel e Joaquim Nery nas ações de saúde da região.

Assim como outros farmacêuticos locais, José Manoel e Joaquim Nery estiveram envolvidos com as ações voltadas de alguma forma para o saneamento da região. José Manoel foi vacinador na época da epidemia de varíola de 1895, aplicando as linfas vacínicas na população local. Porém, trabalhar para a Câmara Municipal não era novidade para o boticário que já estivera ligado a de Capivary em meados do século XIX, fornecendo medicamentos a população carente local. Junto a ele estavam mais dois boticários contratados para o mesmo fim.

Quanto a Joaquim Nery, constatamos que o prático esteve envolvido em movimentos de caráter nacionalista que se espalharam pelo país, tendo como objetivos o saneamento dos sertões. Seu envolvimento com O Centro Pró-Melhoramentos de Merity do qual foi presidente comprova esse engajamento. Já sua participação na Liga Contra o Analfabetismo através da fundação da Escola Noturna Gratuita de Merity, nos leva a crer que permitiu a sua aproximação com Armanda Álvaro Alberto e mostra como as relações de sociabilidades em que estava inserido lhe conferiam capital social.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o impacto das epidemias que assolavam a região e que não pouparam a família de Joaquim Nery, evidenciado através do Livro de Assento e do cruzamento das informações ali contidas com outras fontes. Através dos registros do falecimento de seus filhos e cunhados, podemos observar a chegada da gripe espanhola na localidade e a incidência das febres tão comuns na região, que

acabaram por fazer a família mudar-se de um local para outro na tentativa de fugir do mal.

Concluimos essa pesquisa, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim, objetivando contribuir para o melhor entendimento da prática do ofício farmacêutico na região de Iguassú. Trabalhos voltados para as artes de curar da região, especificamente relacionados ao ofício farmacêutico são escassos, apesar da crescente historiografia sobre a região.

## REFERÊNCIAS

### 1. FONTES MANUSCRITAS

SANTA RITA, Joaquim Nery Cotrim de. *Livro de Assento*. Iguassú, 1894.

SANTA RITA, Joaquim Nery Cotrim de. *Livro Caixa*. Iguassú, 1936.

### 2. FONTES IMPRESSAS

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1844 – 1880.

COSTA, Euzébio de Almeida Martins Costa. *Da pharmacia no Brazil e de seu exercicio*. Rio de Janeiro, Typ. De Molarinho & Alverne, 1880.

## PERIÓDICOS

*A Capital*, Rio de Janeiro – 24 de abril de 1907.

*A Pátria*, Niterói – 22 de outubro de 1858.

*A Reforma: Órgão Democrático*, Rio de Janeiro – 06 de abril de 1871.

*Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – 04 de setembro de 1919.

*Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – 16 de outubro de 1919.

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro – 09 de março de 1935.

*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro – 20 de abril de 1859.

*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro – 16 de fevereiro de 1866.

*Diário Carioca*, Rio de Janeiro – 21 de agosto de 1934.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro – 04 de julho de 1886.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro – 18 de janeiro de 1893.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro – 09 de fevereiro de 1894.

*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro – 26 de fevereiro de 1892.

*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro – 05 de fevereiro de 1894.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro – 06 de dezembro de 1921.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro – 11 de novembro de 1924.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro – 02 de dezembro de 1925.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro – 03 de janeiro de 1926.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro – 10 de maio de 1858.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro – 14 de março de 1940.

*Jornal Tópico*, Duque de Caxias – 25 de agosto de 1958.

*O Fluminense*, Niterói – 13 de agosto de 1886.

*O Fluminense*, Niterói – 18 de agosto de 1886.

*O Paiz*, Rio de Janeiro – 04 de março de 1892.

*O Paiz*, Rio de Janeiro – 06 de agosto de 1916.

### 3. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *Olhares Sobre uma Cidade Refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.

ALVES, Rosenberg Rodrigues. Família Patriarcal e Nuclear: conceito, características e transformações. Disponível em: [http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/16/file/Anais\\_II\\_Seminario\\_de\\_Pesquisa\\_da\\_Pos-Graduacao\\_em\\_Historia\\_UFG-PUC\\_Goias/textos.htm](http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/16/file/Anais_II_Seminario_de_Pesquisa_da_Pos-Graduacao_em_Historia_UFG-PUC_Goias/textos.htm). Acesso em 05 de janeiro de 2017.

AMAZONAS. Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa de Amazonas no dia 10 de julho de 1919 pelo governador do estado Sr. Dr. Pedro de Alcântara Bacellar. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em 26 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DA SILVA JARDIM. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro-DHBB. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/JARDIM,%20Silva.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2017..

ANM. Academia Nacional de Medicina. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: [http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=291&descricao=Eduardo+J%C3%BAlio+Janvrot](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=291&descricao=Eduardo+J%C3%BAlio+Janvrot). Acesso em 16 de novembro de 2017.

BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BERTUCCI, Liane Maria. A onipresença do medo na influenza de 1918. *Varia História*. v.25, n.42, 2009, pp.457- 475.

BEZERRA, Nielson Rosa. As Chaves da Liberdade: estratégias de resistência escrava na ferrovia. *Revista Pilares da História*: Duque de Caxias, v.2, n.4, 2004, pp.26-45.

\_\_\_\_\_. *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias-RJ: APPH-CLIO, 2011.

\_\_\_\_\_. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias-RJ: APPH-CLIO, 2012.

\_\_\_\_\_ Escravidão, liberdade e pós-abolição no sertão próximo ao Rio de Janeiro. *Revista Outros Tempos*, v.10, n.15, 2013, pp.2017-224.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1882. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8387-19-janeiro-1882-544934-publicacaooriginal-56615-pe.html>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18662>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.

BRASIL. Farmacopeia Brasileira, volume 1. Agência nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2010.

BRAZ, Antônio Augusto e ALMEIDA, Tânia Maria Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2010.

BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

COSTA, Livia Fialho da. Notas Sobre Formas Contemporâneas de Vida Familiar e seus Impactos na Educação dos Filhos. In: NASCIMENTO, A.D. e HETKOWSKI, T.M. (Orgs.). *Educação e Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp.356-371.

CUNHA, Rogério Torres da; ALMEIDA, Tânia Maria da Silva Amaro de. Seção de Transcrição. *Revista Pilares da História*, v.2, n.2 maio, 2003, pp.61-68.

DANTAS, Rodrigo Aragão. *Barbeiros-sangradores: as transformações no ofício de sangrar no Rio de Janeiro (1844-1889)*. 131p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

DELAMARQUE, Elizabete Vianna. *Junta Central de Higiene Pública: vigilância e política sanitária (antecedentes e principais debates)*. 201p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

DIAS, Amália. *Entre Laranjas e Letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

\_\_\_\_\_ Construir a Nova Iguaçu: instrução, saneamento e a campanha pelo hospital: (1917-1936). *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias, v.15, edição especial, maio 2016, pp.71-80.

EDLER, Flavio Coelho. *Boticas e Pharmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 07 de dezembro de 2017.

ESCOLA DE CIRURGIA DA BAHIA. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 07 de dezembro se 2017.

ESCOLA DE FARMÁCIA DE OURO PRETO. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 07 de dezembro se 2017.

FADEL, Simone. *Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. OS manuais de Medicina e a Circulação do Saber no Século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Revista Educar*, Curitiba, n.25, 2005, pp.59-73.

\_\_\_\_\_. *A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Brasília,DF: CAPES; Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

GONÇALVES, Rita de Cássia e LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o Método da História Oral em sua Modalidade Trajetórias de vida. *Revista Katálysis*, Santa Catarina, v.10, 2007, pp.83-92.

GOULART, Adriana da Costa. Revisando a gripe espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.12, n.1, 2005, pp.101-142.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio-ago., 2005, pp.501-514

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Os Manuais de Medicina Popular do Império e as Doenças dos Escravos: o exemplo do Chernoviz. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v.11, n.4, dez. 2008 (suplemento), pp.827-840.

\_\_\_\_\_. *Civilizando as Artes de Curar: manuais de medicina popular do Império*. Rio de Janeiro: Ed: Fiocruz, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases políticas da saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, IBGE, v.XXII, 1959.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_evolucao.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm). Acesso em 05 de novembro de 2017.

INSTITUTO FARMACÊUTICO DO RIO DE JANEIRO. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 07 de dezembro de 2017.

LAZARONI, Dalva. *Mate com Angu; a história de Armanda Álvaro Alberto*. Rio de Janeiro: Editora Altadena, 2010.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Almanaque de primeira: em meio à ferrenha concorrência editorial do século XIX, o Almanak Laemmert se destacou pela variedade de informações. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2010, pp. 80-83.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1958.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos senhores e café*. Niterói: Clube da Leitura Cronos, 1993.

MAPA. Memória da Administração Pública Brasileira. Coordenação Geral de Gestão de Documentos - Coged. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=8038>. Acesso em 30 de março de 2017.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação as problemática sociais contemporâneas. *Revista Pilares de História*, Duque de Caxias, v.3, n.4, 2006, pp.7-16.

MARQUES. Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões – medicina e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. Conselhos ao Povo: os manuais de medicina doméstica no setecentos. In: *Anais ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003, pp.1-15.

MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

\_\_\_\_\_. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, A.C. (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das Casas-Grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org). *A História da Vida Privada no Brasil 2 – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.385-440.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Armanda Álvaro Alberto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MINAS GERAIS. Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo de Minas na 1ª sessão ordinária em 1919 pelo presidente Dr. Arthur da Silva Bernardes. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em 26 de janeiro de 2018.

MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. Pensando a Família no Brasil: ganhos interpretativo a partir da micro-história. *Revista di Studi Iberoamericani*, Bolonha, Itália, v.8, n.1, 2016, pp.10-27.

MONTEIRO, Giuliana. Parábola dos Saneadores: análise das políticas de saneamento para Baixada Fluminense (1906-1930). *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, a.VII, n.8, maio 2008, pp.40-43.

NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Um Desafio do Tamanho da Nação: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo*. 163p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Estratégias para a Formação da Prática: as Ligas como lugar de mobilização social durante a Primeira República. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, Ouro Preto-MG, v.8, n.2, 2009, pp.55-67.

PARÁ. Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará no dia 07 de setembro de 1919 pelo presidente Dr. Lauro Sodré. Disponível em: <http://brazil.crl>. Acesso em 26 de janeiro de 2018

PASQUIM, Franciele Ruiz. Antonio da Silva Jardim (1860-1891) na história do ensino de leitura e escrita no Brasil. In: MORTATTI, MRL., *et al.*, orgs. *Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015 pp.35-58.

PECKOLT, Theodor. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 13 de janeiro de 2017.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Edição do Autor, 1960.

PERES, Guilherme. *Um lugar no passado*. Rio de Janeiro, Editora IPAHB, 2006.

\_\_\_\_\_. *Perfis Meritienses*. Rio de Janeiro, Editora IPAHB, 2011.

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiro-sangradores e curandeiros no Brasil (1808 – 28)\*. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, jul.-out., 1998, pp.349-372.

\_\_\_\_\_. Entre Sangradores e Doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. *Caderno Cades*, Campinas, v.23, n.59, abril 2003a, p.91-102.

\_\_\_\_\_. Terapeutas Populares e Instituições Médicas na Primeira Metade do Século XIX. In: CHALHOUN, Sidney *et al.* (Org). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003b, pp.307-330.

\_\_\_\_\_. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade dos oitocentos. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, supl.1, 2004, pp.67-92.

\_\_\_\_\_. Sangrar, sarjar e aplicar sanguessugas: sangradores no Rio de Janeiro da primeira metade do Oitocentos. In: PIMENTA, Tânia Salgado, GOMES, Flávio (Org.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras letras, 2016, pp.229-247.

PIMENTA, Tânia Salgado e COSTA, Ediná Alves. O Exercício do Farmacêutico na Bahia da Segunda Metade do Século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out-dez., 2008, pp.1013-1023.

REVEL, Jaques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIO DE JANEIRO. Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no dia 15 de setembro de 1895 pelo presidente Dr. Joaquim Maurício de Abreu. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

RIO DE JANEIRO. Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no dia 15 de setembro de 1896 pelo presidente Dr. Joaquim Maurício de Abreu. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

RIO DE JANEIRO. Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1919 pelo presidente Dr. Raul de Moraes Veiga. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

RIO DE JANEIRO. Mensagem Apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920 pelo presidente Dr. Raul de Moraes Veiga. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em 27 de janeiro de 2018.

RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. *A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória*. São Paulo: RR Donneley, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que Mudou na Família Brasileira? (da colônia a atualidade). *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v.13, n.2, 2002, p.27-48.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

SANTOS. Julio César Paixão. *Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*. 230p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2008.

SANTOS, Nadja Paraense dos. Theodoro Peckolt: a produção científica de um pioneiro da fitoquímica no Brasil. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio-ago., 2005, pp.515-533.

\_\_\_\_\_. Passando da Doutrina à Prática. Ezequiel Corrêa dos Santos e a farmácia nacional. *Quim.Nova*, São Paulo, v.30, n.4, 2007, p.1038-145.

SARTI, Cynthia A. Família Patriarcal entre os Pobres Urbanos?\*. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.82, ago. 1992, pp.37-41.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Revista de História da UNIABEU*, v.3, n.5, jul-dez de 2013, pp.47-63.

\_\_\_\_\_. Saneamento e Política da Baixada Fluminense: Nova Iguaçu no início do século XX. *Revista de Ciências Humanas*: Santa Catarina, v.48, n.2, jul.-dez. 2014, pp.282-302.

\_\_\_\_\_. Baixada Fluminense como Vazio Demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). *Revista Brasileira de Estudos da População*: Belo Horizonte, v.34, n.2, maio/ago. 2017, pp.415-425.

SILVA, Vilma Correa Amâncio da. Ações Educativas do Movimento Higienista na Baixada Fluminense (1920-1930): educar e civilizar pelo ensino primário. *Revista Pilares da História*: Duque de Caxias, n.12, dez. 2011, pp.07-15.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A medicina e a influenza espanhola de 1918. *Tempo*, Rio de Janeiro. n.19, 2005, pp.91-105.

SOARES, Márcio de Souza. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.8, n.2, jul.-ago. 2001, pp.407-438.

SOCIEDADE FARMACÊUTICA BRASILEIRA. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em 07 de dezembro de 2017.

SOUZA, Christiane Maria da Cruz de. A gripe espanhola na Bahia de Todos os Santos: entre os ritos da ciência e os da fé. *Dynamis*, 30, 2010, pp.41-63.

SOUZA, Marlúcia dos Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

THIELEN, Eduardo Velela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas foto biográficas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.9, n.2, maio-ago. 2002, pp.387-404.

VALE, Vanda Arantes do. Memórias do Médico Pedro Nava: documentos para a história da saúde e doenças (1890-1949). *Intersemiose: Revista Digital*, v.1, n.1, jan.-jul. de 2012, pp.233-259.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. 345p. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Assistência Farmacêutica: discursos e práticas na capital do Império do Brasil (1850-1880). *Revista Varia História*. Belo Horizonte, v.26, n.44, jul.-dez. 2010, pp.373-394.

VIANNA, Lucia Helena. Mulheres Revolucionárias de 30. *Revista Gênero*, v.2, n.2, , 1º. sem. 2002, pp.27-34.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Entre Homens de Saber, Letras e de Ciência: médicos e outros agentes de cura no Brasil colonial. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Pernambuco, n.32, v.1, 2014, pp.5-27.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889- 1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.